



RELATÓRIO E CONTAS CONSOLIDADO 2018

**SAG GEST – Soluções Automóvel Globais, SGPS, S.A.
Sociedade Aberta**

Capital Social: EUR 169.764.398

NIPC: 503 219 886

Matriculada na CRC da Amadora sob o n.º 503 219 886

Sede: Estrada de Alfragide, n.º. 67 – 2614-519 Amadora

Escritórios: Alfrapark – Edifício SGC, Piso 2
2614-519 Amadora

Tel: 21 359 66 64

Fax: 21 359 66 74

E-mail: investor.relations@sag.pt

Web: <http://www.sag.pt>

ÍNDICE

RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO 2018.....	4
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS 2018	43
NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS 2018.....	48
1. INFORMAÇÃO GERAL SOBRE A ATIVIDADE	49
2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS	49
3. ENTIDADES CONSOLIDADAS	81
4. OPERAÇÕES DESCONTINUADAS.....	81
5. RELATO POR SEGMENTOS OPERACIONAIS	81
6. OUTROS GANHOS OPERACIONAIS	86
7. OUTRAS PERDAS OPERACIONAIS	87
8. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS – CUSTOS COMERCIAIS.....	88
9. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS – CUSTOS COM VIATURAS	88
10. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS – CUSTOS DE ESTRUTURA.....	89
11. GASTOS COM O PESSOAL	90
12. GANHOS E PERDAS EM VENDAS DE ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS.....	90
13. GASTOS FINANCEIROS.....	91
14. GANHOS FINANCEIROS.....	91
15. GANHOS E PERDAS EM EMPRESAS DO GRUPO	92
16. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO	93
17. RESULTADO LÍQUIDO POR ACÇÃO	100
18. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	101
19. ATIVOS INTANGÍVEIS – “GOODWILL”	103
20. ATIVOS INTANGÍVEIS - OUTROS	104
21. INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS	105
22. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO	106
23. INVENTÁRIOS	107
24. DEVEDORES E OUTROS ATIVOS - CLIENTES.....	108
25. DEVEDORES E OUTROS ATIVOS – ENTIDADES RELACIONADAS.....	109
26. DEVEDORES E OUTROS ATIVOS – OUTROS	110
27. GASTOS A RECONHECER	110
28. ACRÉSCIMOS DE RENDIMENTOS.....	111
29. OUTROS IMPOSTOS.....	111
30. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E DEPÓSITOS A PRAZO	112
31. INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO	112
32. INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM	114
33. EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS.....	115
34. CREDORES E OUTROS PASSIVOS – FORNECEDORES.....	120
35. CREDORES E OUTROS PASSIVOS – OUTROS	120
36. DIVULGAÇÕES DE PARTES RELACIONADAS	120
37. ACRÉSCIMOS DE GASTOS	122
38. RENDIMENTOS A RECONHECER	122
39. RENDAS E ALUGUERES OPERACIONAIS.....	123
40. INSTRUMENTOS FINANCEIROS	123
41. COMPROMISSOS E CONTINGÊNCIAS	124
42. EVENTOS SUBSEQUENTES.....	129

RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO 2018

RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO ÍNDICE

- I. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO**
 - 1. Panorama Internacional
 - 2. Economia Portuguesa
- II. ENQUADRAMENTO SETORIAL - MERCADO AUTOMÓVEL**
 - 1. Mercado Global
 - 2. Portugal
- III. RELATÓRIO DE ATIVIDADES**
 - 1. Distribuição Automóvel – SIVA
 - 2. Retalho Automóvel - Soauto
- IV. RELATÓRIO DE ATIVIDADES NÃO FINANCEIRAS**
- V. RECURSOS HUMANOS**
- VI. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA**
- VII. GESTÃO DE RISCOS**
- VIII. PERSPETIVAS PARA 2019**
 - A. PERSPETIVAS DE EVOLUÇÃO MACROECONÓMICA
 - 1 – Enquadramento Internacional
 - 2 – Economia Portuguesa
 - B. PERSPETIVAS DE EVOLUÇÃO DO MERCADO AUTOMÓVEL E DA SAG GEST E SUAS PARTICIPADAS
- IX. APLICAÇÃO DE RESULTADOS**
- X. MENÇÕES OBRIGATÓRIAS**
- XI. NOTA FINAL**

I. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

1. Panorama Internacional

A economia mundial evoluiu favoravelmente em 2018, tendo o PIB mundial apresentado um crescimento de 3,6%, de acordo com as estimativas do BCE de dezembro 2018.

Na Zona Euro o PIB cresceu 1,9%, embora a um ritmo inferior ao registado em 2017 de 2,5%, comportamento também verificado em cada uma das quatro maiores economias europeias.

Nas economias avançadas, o Reino Unido passou de 1,8% para 1,4%, no Japão de 1,9% para 0,9% e no Canadá de 3,0% para 2,1%. Os EUA contrariaram esta tendência, acelerando de 2,2% para 2,9%.

Entre os países emergentes, a evolução do PIB melhorou na Rússia (de 1,5% para 1,7%) e na Índia (de 6,7% para 7,3%). e desacelerou na China (de 6,9% para 6,6%), na Europa em desenvolvimento (de 6,0% para 3,8%) e na América Latina e Caraíbas (de 1,3% para 1,1%). Neste último grupo de países, o Brasil registou ligeira melhoria, de 1,1% para 1,3%.

Quadro 1 – Enquadramento Internacional – Principais Indicadores

	2017	2018 (E)
PIB mundial (% tvr)	3,6	3,6
PIB zona euro (% tvr)	2,5	1,9
Comércio mundial (% tvr)	5,2	4,7
Procura externa para Portugal (% tvr) ¹	4,6	3,4
Preço petróleo (brent, USD/barril)	54,4	71,8
Inflação zona Euro (%)	1,5	1,7
Taxa de câmbio USD/EUR (média anual)	1,13	1,18
Taxa de juro de curto prazo (média anual, %) ²	-0,3	-0,3
Taxa de juro implícita da dívida pública (%)	3,1	2,9

Fonte: Banco de Portugal, dez. 2018

¹Calculada como média ponderada do crescimento em volume das importações de bens e serviços dos principais parceiros comerciais de Portugal. Cada país / região é ponderada de acordo com o seu peso como mercado de exportação de Portugal

² Euribor a 3 meses

A inflação média na Zona Euro foi de 1,7% em 2018 (1,5% em 2017), sendo esta aceleração provocada sobretudo pelos preços da energia (em particular o petróleo) e dos serviços.

A taxa de desemprego na Zona Euro (EA19) diminuiu pelo 5º ano consecutivo, para 8,2% (9,1% em 2017), a mais baixa desde 2008. Na EU-28 foi 7,0% em 2018 (7,6% em 2017) (dados Eurostat).

O Euro teve nova apreciação em termos nominais efetivos, que foi de 2,4% em 2018, assim como em relação ao USD, de 1,13 para 1,18 em média anual, movimento este registado desde 2016.

As taxas de juro de curto prazo mantiveram-se negativas, o que se verifica desde maio de 2015, terminando os anos de 2016 a 2018 em cerca de -0,3%. A taxa de longo prazo, implícita na dívida pública, teve de novo uma descida de 0,2 pp, para 2,9% no final de 2018.

2. Economia Portuguesa

O PIB cresceu em Portugal pelo 5º ano consecutivo em 2018, apresentando uma taxa média de crescimento anual de 2,1%.

O Consumo Privado manteve o ritmo de crescimento verificado no ano anterior (2,3%), tendo esta evolução sido mais acentuada nos bens não duradouros.

O Consumo Público acelerou, de 0,2% em 2017 para 0,7%.

O investimento (FBCF) abrandou para 3,9% em 2018, resultado de uma quebra de obras públicas face ao registado em 2017.

Quadro 2 – Portugal – Indicadores Macroeconómicos

	2017	2018 (E)
PIB (tvr %)	2,8	2,1
Consumo Privado (tvr %)	2,3	2,3
Consumo Público (tvr %)	0,2	0,7
Investimento (FBCF) (tvr %)	9,2	3,9
Procura Interna (% tvr)	3,0	2,4
Exportações (tvr %)	7,8	3,6
Importações (tvr %)	8,1	4,1
Inflação (IHPC) – médias (% var.)	1,6	1,4
Emprego (% var.)	3,3	2,2
Taxa de desemprego (% pop. act.)	8,9	7,0
Défice Público (% PIB)	-3,0	-0,7
Dívida Pública (% PIB)	124,8	121,5

Fontes: Comissão Europeia, fev.2019 (fin. públicas); Banco de Portugal; Dez. 2018 (outros)

O excedente da Balança Corrente e de Capital diminuiu para 1,3% do PIB (1,4% em 2017), com melhoria nas de Serviços (impulsionada pelo Turismo) e de Capital e deterioração na de Bens.

Apesar do forte aumento das exportações da VW Autoeuropa (+163% em volume), as exportações totais do País registaram uma acentuada desaceleração, em linha com a evolução da procura externa, num contexto de tensões comerciais associadas ao anúncio de políticas protecionistas.

A inflação média baixou ligeiramente de 1,6% para 1,4%, com uma variação nula dos preços de importação excluindo bens energéticos, impulsionada pela apreciação do euro.

A taxa de desemprego reforçou a trajetória de redução que se regista desde 2013, para 7,0% da população ativa em 2018, o valor mais baixo desde 2004.

Em 2018 observou-se uma nova redução do défice público para 0,7% do PIB e da dívida pública para 121,5% do PIB (124,8% em 2017). Esta evolução positiva contribuiu para uma melhoria do “rating” de Portugal, atribuído pelas várias agências de “rating”.

II. ENQUADRAMENTO SECTORIAL - MERCADO AUTOMÓVEL

1. Mercado Global

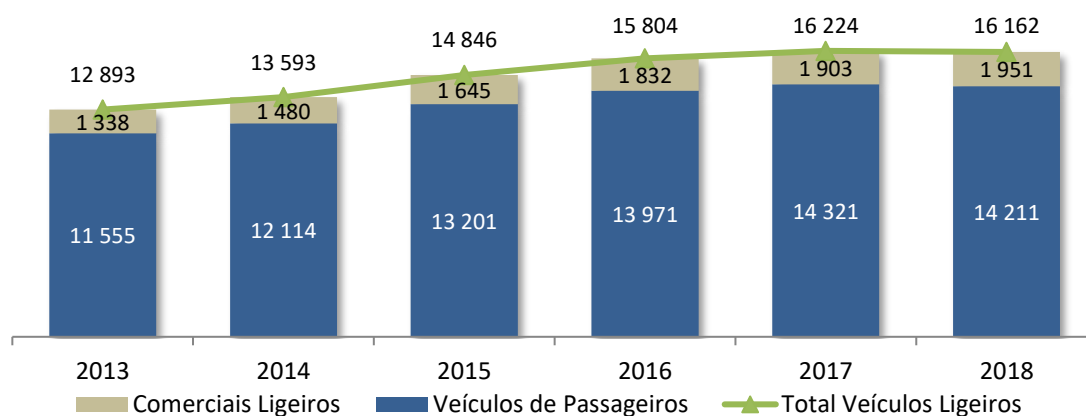
O mercado mundial terá atingido em 2018 novo recorde em volume, para cerca de 100 milhões de veículos, entre veículos de passageiros (75 milhões) e veículos comerciais (25 milhões), segundo estimativas provisórias da IHS.

A China, o maior mercado automóvel mundial, atingiu novamente um volume acima de 28 milhões de veículos, apesar de um decréscimo de cerca de 3% em relação a 2017, dos quais quase 24 milhões de viaturas de passageiros (VP).

Os EUA registaram um ligeiro acréscimo (0,6%) no volume de veículos ligeiros, após a quebra de 1,8% em 2017, que se seguiu a 8 anos de crescimento. O volume de 17,34 milhões de viaturas decompôs-se em 5,36 milhões de VP (-12,4%) e 11,98 milhões de veículos comerciais ligeiros (VCL) (+7,8%).

Na Europa Ocidental (UE-15+EFTA) registou-se, após 4 anos consecutivos de crescimento do volume, uma ligeira quebra (-0,4%), atingindo 16,16 milhões de veículos ligeiros, com os VCL a continuarem a subir (+2,5%), enquanto os VP diminuíram 0,8% para 14,2 milhões de viaturas.

*Gráfico 1 – Mercado de Veículos Ligeiros na Europa Ocidental
(UE-15 + EFTA) (em milhares)*



Fonte: ACEA

No Japão, o volume total (VP+VC) aumentou pelo 2º ano consecutivo, em 0,7% para 5,27 milhões de unidades, após dois anos de queda.

O Grupo Volkswagen poderá ter sido de novo o maior fabricante mundial, com 10,834 milhões de veículos ligeiros e pesados, um aumento de 0,9% em relação a 2017. Com contributos positivos da Europa (+1,2%), Américas (+3,3%) e Ásia-Pacífico (+0,9%). Todas as Marcas cresceram, à exceção da Audi.

Na Europa (UE-28+EFTA), o Grupo Volkswagen continuou a liderar o mercado, com uma quota de 23,9%, a confortável distância dos mais diretos competidores, da mesma forma que a Volkswagen lidera ao nível de Marcas, com uma quota de 11,2%.

Nas marcas “premium”, a Audi diminuiu a quota devido a significativas restrições de produção relacionadas com o novo ciclo de ensaios WLTP. A Škoda aumentou a sua quota nestes 31 países, de 4,5% para 4,7%.

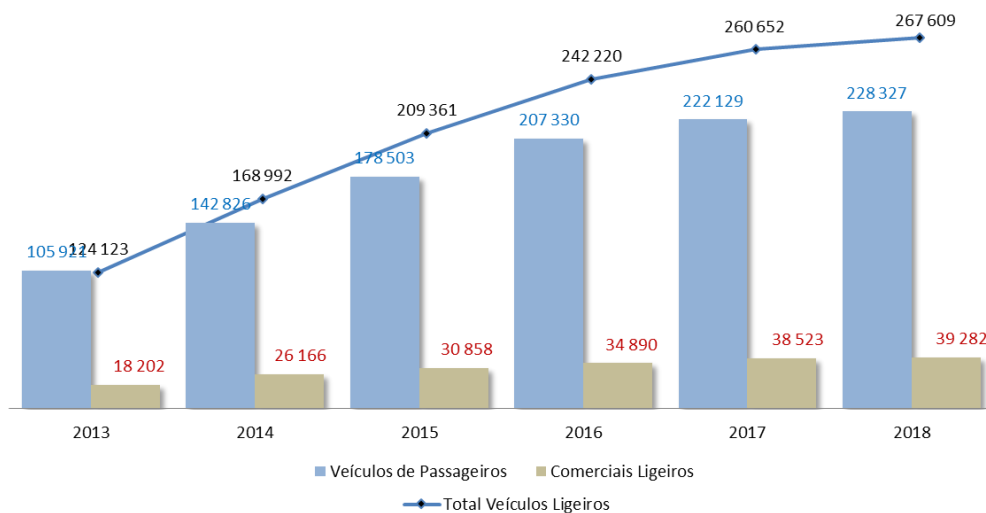
2. Portugal

Os mercados de VP e de VCL cresceram em 2018 pelo 6º ano consecutivo, embora o volume total se situe ainda abaixo do nível de 2010. O mercado de veículos ligeiros (VL), somatório daqueles dois mercados, atingiu as 267.609 unidades, mais 2,7% do que em 2017.

O mercado de veículos de passageiros (VP) cresceu 2,8%, para 228.327 unidades, enquanto o volume de veículos comerciais ligeiros (VCL) aumentou 2,0% para as 39.282 unidades.

O mercado VCL ABC + *Pick-ups* (que exclui Derivados de Passageiros e o segmento A0, composto por concorrentes da VW Caddy mas de menor dimensão) cresceu novamente a 2 dígitos (12,6%), para as 38.507 unidades – contabilizando aqui as versões de passageiros (M1). Esta referência é feita para efeitos de comparação, dado que a ACAP decidiu não aplicar o novo critério atrás referido às estatísticas anteriores a 2018.

Gráfico 2 – Mercado Veículos Ligeiros
(unidades)



Fonte: ACAP

No mercado de VP os fatores mais relevantes que determinaram o comportamento em 2018 foram:

- Novo aumento significativo das importações de veículos usados: sexto ano consecutivo de crescimento a 2 dígitos, que foi de 16,7% em 2018.
- Novo crescimento (4,6%) das entregas a Empresas de aluguer de veículos sem condutor (“Rent-a-Car”, RAC), outro fenómeno a exercer uma pressão acrescida no mercado de usados.

- Envelhecimento do parque de viaturas em circulação, devido à elevada importação de usados, à ausência de apoio ao abate e ao ainda elevado nível de endividamento.
- Descida do peso dos VP movidos a Diesel no mercado total, pelo quinto ano consecutivo, para 53,2% (60,9% em 2017), por contrapartida das viaturas movidas a gasolina e a energias alternativas.
- Nova duplicação do volume de veículos elétricos e híbridos “*plug-in*” – embora ainda a níveis baixos.
- Continuação do aumento do peso dos SUV no mercado total, para 27,8%.
- A entrada em vigor, a 1 de setembro, de novas regras na Europa para as novas matrículas, relacionadas com o ciclo de ensaios WLTP, fornecendo níveis de emissões e consumos dos veículos mais aproximadas à realidade, embora realizadas em laboratório tal como o anterior ciclo NEDC. Este facto originou significativos atrasos na produção e homologação.
- Elevada agressividade comercial, em particular entre as Marcas “*premium*”.

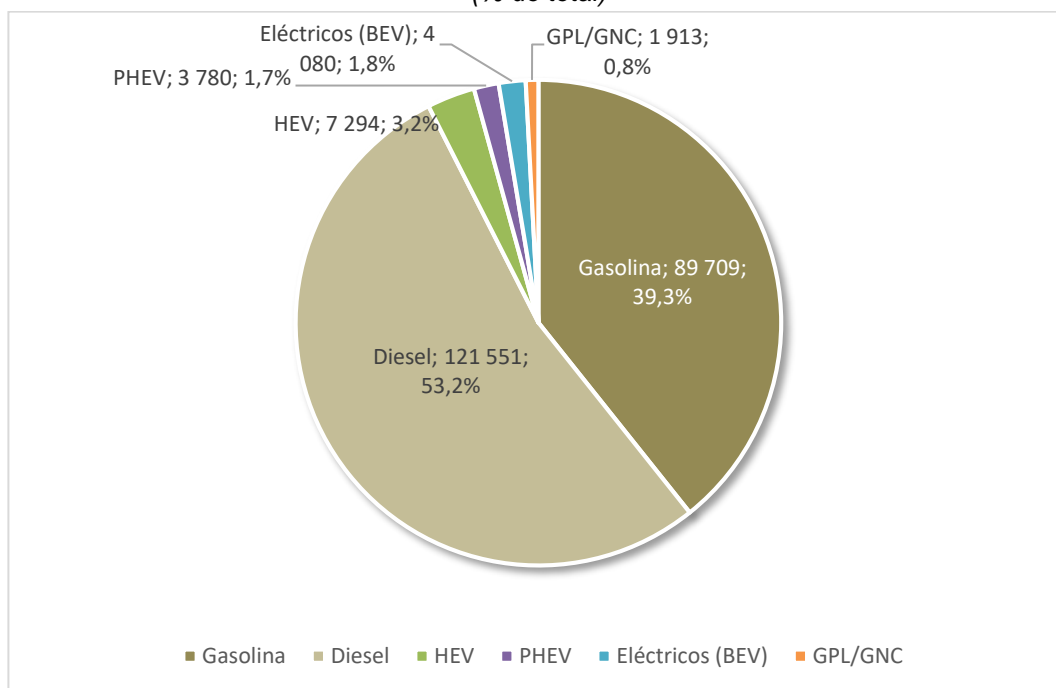
O volume do RAC cresce pelo sétimo ano consecutivo, quase sempre acima da variação do mercado total, representando em 2018, 24,3% desse mercado, quase o dobro do que era há dez anos.

A maioria dos veículos envolvidos são posteriormente recomprados, sendo seguidamente comercializados no mercado de viaturas usadas. Por outro lado, o facto de em Portugal a métrica do mercado ser a mera atribuição de matrícula, e não o registo em nome de Cliente Final, conjugado com a agressividade comercial que caracteriza este mercado, tem potenciado um fenómeno já implantado há vários anos em grande parte dos países desenvolvidos, conhecido por “quilómetro zero” ou “*self registrations*”, ou seja, viaturas matriculadas que apenas são efetivamente vendidas a Cliente Final em momento posterior à data da atribuição da matrícula.

Estes fenómenos conjugados, sobretudo quando analisados à escala Europeia no âmbito do Mercado Único, têm gerado um aumento significativo das importações de veículos usados, com idades médias cada vez mais baixas.

O volume destas importações passou de 15.006 em 2012 para 77.241 em 2018, equivalendo neste ano a mais de um terço (33,8%) do mercado de veículos novos.

Gráfico 3 – VP por Tipos de Propulsão em 2018
(% do total)

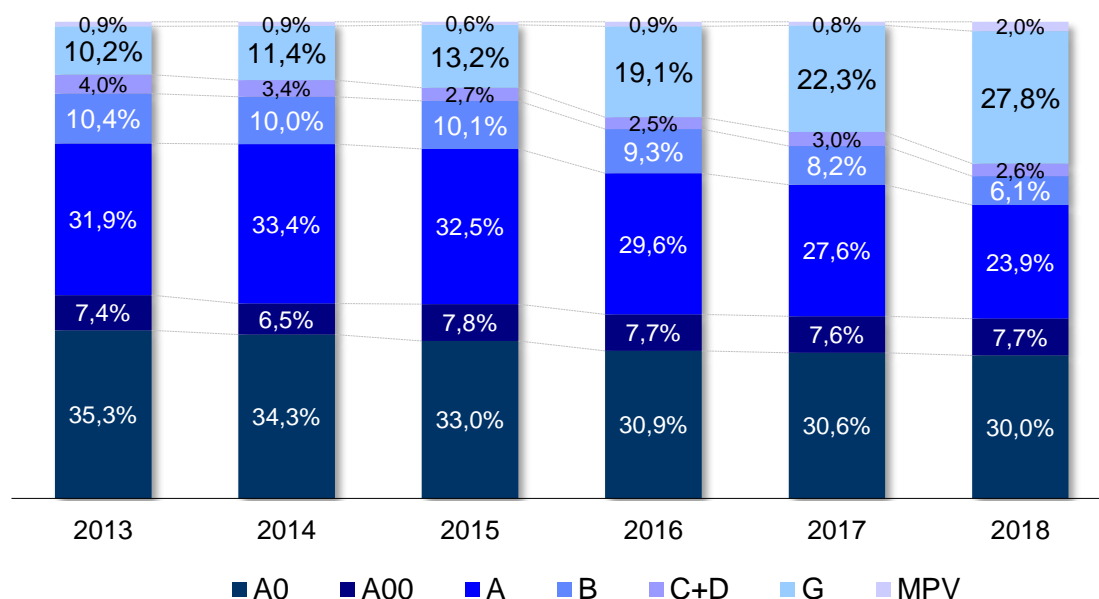


Fonte: ACAP

Por tipo de propulsão, os VP elétricos puros (BEV) e híbridos “*plug-in*” representaram 3,4% do mercado total (1,8% em 2017). A totalidade das viaturas de passageiros movidas a energias alternativas atingiram 7,5% (4,8% em 2017). Os BEV quase triplicaram o volume, para 4.080 VP, com um aumento de 149% em comparação com 2017. A quota de 1,8% dos BEV foi a 4ª mais elevada da UE. Os híbridos “*plug-in*” (PHEV) cresceram 55%, para 3.780 unidades. Os veículos a gasolina aumentaram de novo o seu peso no total, para 39,3% (34,3% em 2017).

Ainda no mercado de VP, o segmento dos SUV continuou a aumentar o seu peso, que passou de 22,3% em 2017 para 27,8% em 2018 (era apenas 4,0% em 2008), devido a novo alargamento da oferta e à apetência dos Consumidores por este tipo de viaturas.

Gráfico 4 – Segmentos VP 2013-2018
(% do total)



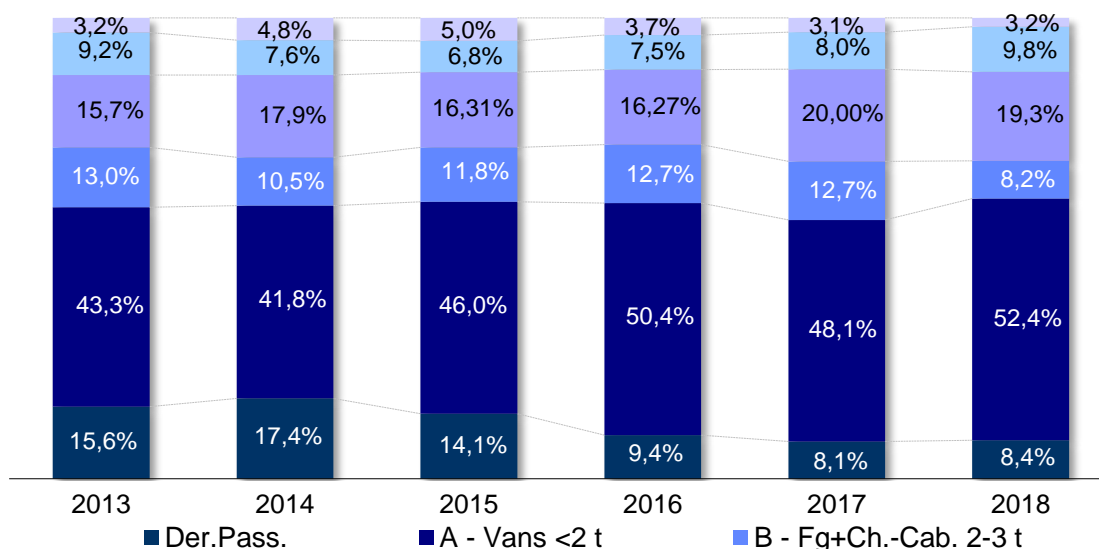
Fonte: ACAP / SIVA

Nos VCL, aumentou pelo quarto ano consecutivo o peso do conjunto dos 4 segmentos que formam o mercado ABC+PU, para 89,7% (88,8% em 2017).

O segmento A (da *Caddy*) passou de 48,1% para 52,4%, o B (da *Transporter*) baixou de 12,7% para 8,2% e o C (da *Crafter*) de 20,0% para 19,3%, enquanto o das “*Pick-ups*” (PU) aumentou de 8,0% para 9,8%.

Para completar o mercado VCL, o segmento de Derivados de Passageiros também aumentou, de 8,1% para 8,4% e o A0 (semelhantes à *Caddy*, mas de menores dimensões) reduziu de 3,1% para apenas 1,9% em 2018.

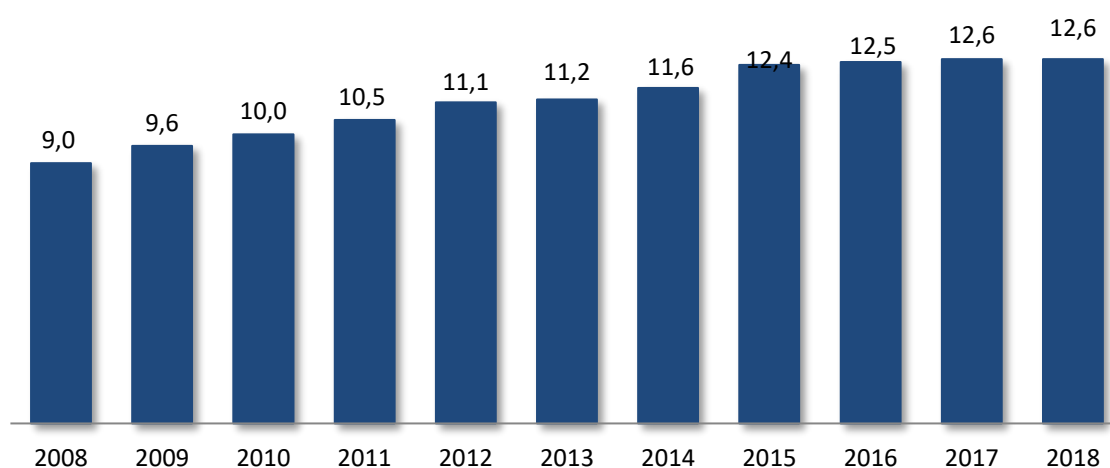
Gráfico 5 – Segmentos VCL 2013-2018
(% do total)



Fonte: ACAP / SIVA

O parque automóvel Português atingiu, segundo estimativas da ACAP, 5.015 milhares de VP, 1.120 milhares de VCL. A idade média, que cresce continuamente desde há 10 anos, alcançou 12,6 anos nos VP e 13,8 anos nos VCL, para o que têm contribuído os sucessivos aumentos das importações de veículos usados e a ausência de incentivos ao abate, apesar da recuperação recente do volume do mercado.

Gráfico 6 – Idade média do Parque de VP em Portugal
(anos)



Fonte: ACAP

III. RELATÓRIO DE ACTIVIDADES

1. Distribuição Automóvel – SIVA

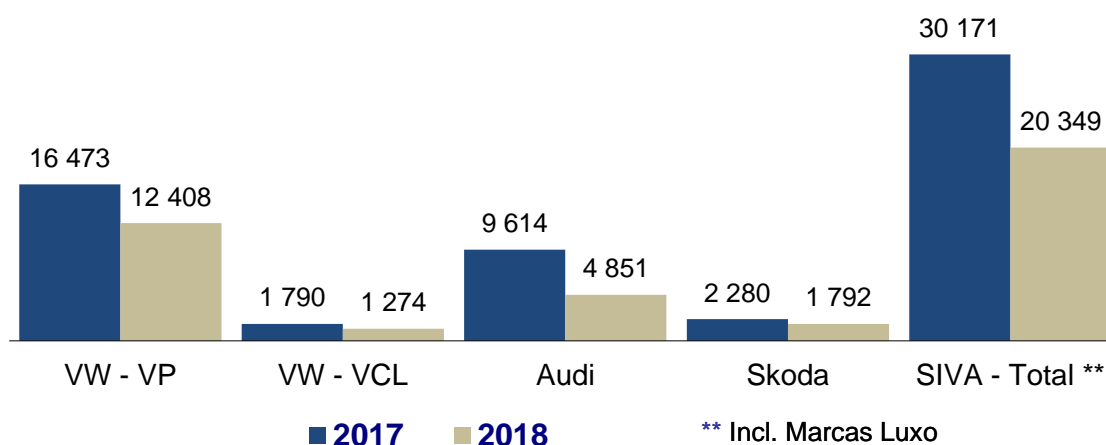
O volume das Marcas distribuídas pela Subsidiária SIVA em 2018 foi 20.349 veículos (30.171 unidades em 2017), a que correspondeu uma quota de 8,4% no mercado de Veículos Ligeiros de Passageiros (VP) (12,8% em 2017) e de 7,6% no mercado de Veículos Ligeiros (VP + Veículos Comerciais Ligeiros - VCL), que compara com a quota de mercado de 11,6% do ano anterior.

O volume de VP foi 19.075 unidades e o de VCL foi 1.274 unidades, correspondendo estas a uma quota de 3,2% no mercado VCL. Considerando as versões de mercadorias e de passageiros dos veículos da Marca VW VCL (Caddy, Transporter, Crafter e Amarok), o volume anual foi 1.772 unidades, atingindo uma quota de 4,6% no mercado ABC+PU, o qual contabilizou 38.507 veículos (VCL excluindo segmentos Derivados de Passageiros e A0).

Esta redução de volumes, transversal a todas as Marcas representadas pela Subsidiária SIVA, deve-se essencialmente a três fatores:

- Forte redução do volume relativo ao negócio de “*Rent-a-Car*” devido à margem reduzida deste canal e ao elevado risco envolvido (Buy Backs).
- Eliminação do volume de “*self registration*” (viaturas matriculadas para venda em períodos subsequentes), devido ao elevado nível de descontos que este tipo de venda envolve.
- Falta de disponibilidade de stocks de inúmeros modelos de todas as marcas, resultante de atrasos na produção decorrentes do novo processo de homologação dos veículos automóveis (WLTP) na Europa, com impacto significativo nas nossas vendas a partir de agosto de 2018.

Gráfico 7 – Volume total SIVA 2017-2018
(unidades)



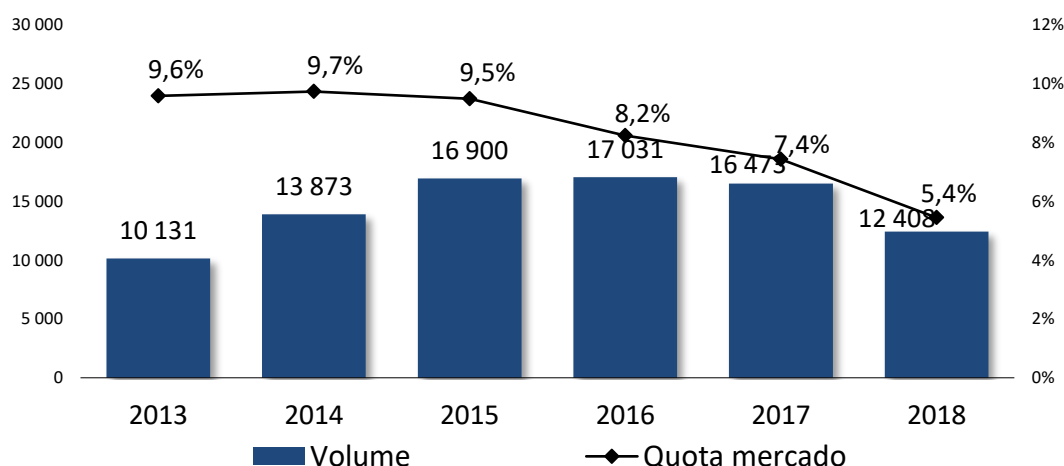
Fonte: ACAP

Volkswagen - Veículos Ligeiros de Passageiros

A Volkswagen atingiu em 2018 um volume de vendas de 12.408 veículos, a que correspondeu uma quota de 5,4% do mercado de VP.

Conforme já referido, a Marca tomou a decisão de reduzir significativamente a sua presença no canal "Rent-a-Car", que se estima ter representado quase 25% do mercado de VP, assim como noutros canais menos rentáveis.

Gráfico 8 – Volkswagen - Veículos Ligeiros de Passageiros
(unidades e quotas de mercado)



Fonte: ACAP

O volume da Marca na sua Rede de Concessionários representou 67% do volume total da Marca (59% em 2017).

Por modelos, destaca-se o comportamento dos modelos T-Roc, SUV compacto fabricado na VW Autoeuropa, com 1.094 unidades e Arteon, topo de gama da Marca, com 341 unidades, que registaram significativos aumentos de volume de vendas em relação ao ano anterior.

Os modelos mais vendidos continuaram a ser o Polo com 4.329 unidades e Golf com 2.837 unidades, incluindo 55 do e-Golf.

O monovolume Sharan, também produzido na fábrica de Palmela, atingiu uma quota de 21,5% no seu segmento, com 268 unidades vendidas.

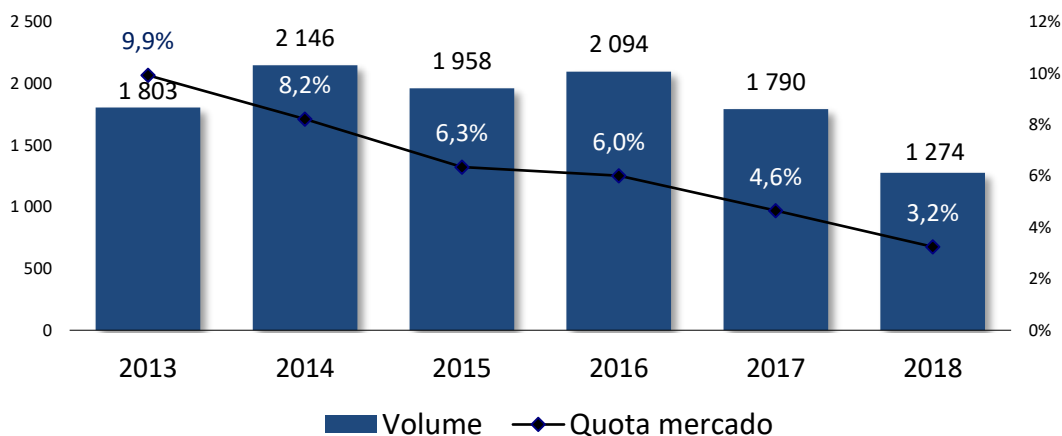
A Marca continuou em 2018 a privilegiar o canal Rede de Concessionários, tendo em vista a melhoria da sua rentabilidade e adotando medidas que proporcionem um cada vez melhor serviço ao Cliente.

Volkswagen - Veículos Comerciais

No mercado de Veículos Comerciais Ligeiros (VCL), a Volkswagen Veículos Comerciais registou em 2018, segundo as estatísticas oficiais ACAP, o volume de 1.274 unidades e uma quota de mercado de 3,2%.

Porém, segundo o critério de classificação de veículos da ACAP vigente até 2017, o volume de viaturas matriculadas pela VW VCL foi de 1.772 viaturas, i.e. incluindo as viaturas com homologação M1 (veículos de passageiros). Tal volume correspondeu a uma quota no mercado ABC+Pickups de 4,6% (5,1% em 2017).

Gráfico 9 – Volkswagen - Veículos Comerciais
(unidades e quota de mercado)



Fonte: ACAP, Nota: em 2018 exclui as viaturas com homologação M1, contabilizadas na VW VP

O volume de vendas dos modelos *Crafter* e *Amarok* continuou a crescer – e em geral o bom desempenho da Marca deve ser salientado, num ano marcado por ausência de novos lançamentos, menor disponibilidade de produção do modelo *Amarok* e das versões de passageiros da gama *Transporter*, bem como atraso no lançamento das versões de tração traseira do modelo *Crafter*.

Ainda assim, a Marca registou um crescimento no volume de vendas face ao ano anterior, destacando-se o aumento do volume de vendas da Rede de Concessionários Volkswagen Veículos Comerciais, que atingiu os 8,5%.

Em 2018, a Marca entregou várias centenas de viaturas a importantes clientes estratégicos de diversos sectores de atividade, como autarquias ou distribuição e serviços de manutenção, não só Clientes de longa data como novos clientes.

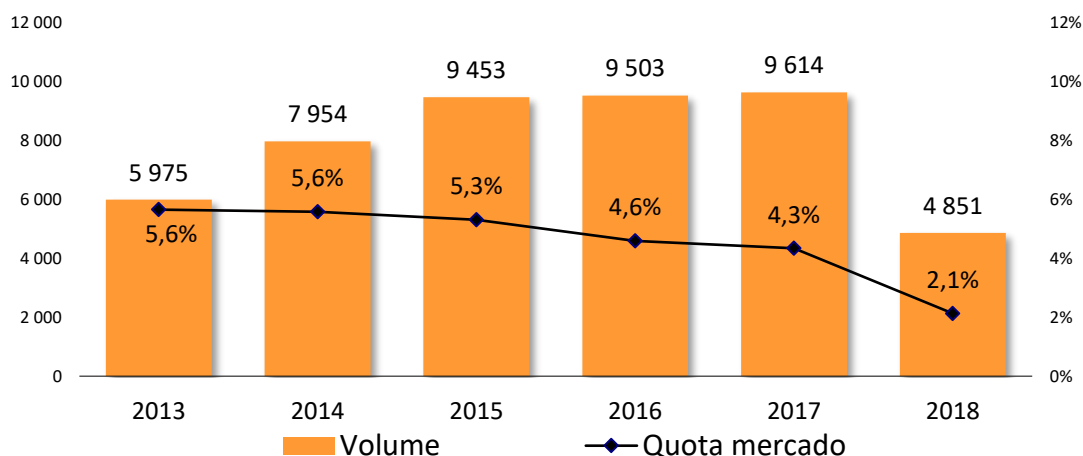
A Marca renovou, para os anos de 2018 e de 2019, o seu apoio ao Instituto de Socorros a Náufragos, completando-se nove anos consecutivos de parceria nesta ação de responsabilidade social, projeto “*Sea Watch*” sob o lema “Juntos salvamos vidas”. Tal parceria materializou-se na entrega de 28 *pickup* Volkswagen *Amarok* ao ISN, assim contribuindo para aumentar a segurança das praias portuguesas durante a época balnear.

Audi

A marca Audi atingiu em 2018 um volume de 4.851 unidades (9.614 em 2017), com uma quota de mercado de 2,1%.

Esta redução do volume resulta essencialmente dos três fatores anteriormente evidenciados, diminuição significativa do volume no canal RAC, eliminação de Self-Registrations e efeito WLTP.

*Gráfico 10 - Audi
(unidades e quota de mercado)*



Fonte: ACAP

De salientar que a marca prosseguiu a renovação da sua gama de produtos, com especial incidência nos segmentos altos, com os lançamentos dos novos A6, A7 e A8, complementados pela introdução do novo topo de gama da marca no segmento dos SUV, o Q8.

Esta ofensiva de produto terá continuidade em 2019, com os lançamentos dos novos A1 e Q3.

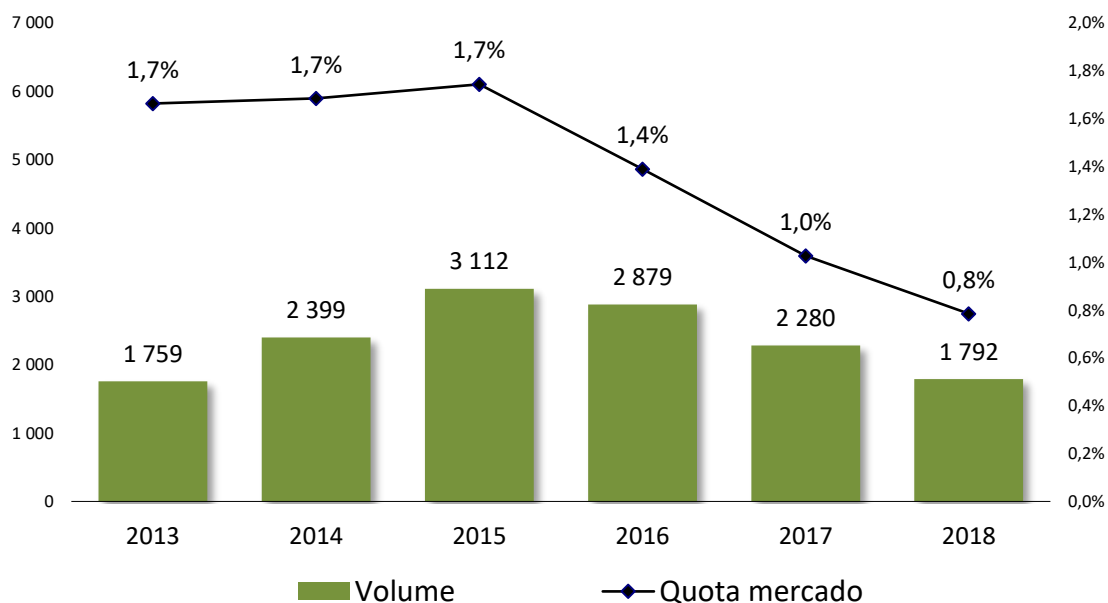
Também de destacar para 2019 o início da ofensiva elétrica por parte da marca, com o lançamento de dois novos modelos 100 % elétricos (o e-tron e o e-tron sportback), bem como o lançamento de versões híbridas plug-in de vários modelos existentes (A3, A6, A7, A8, Q5 e Q7).

Škoda

A Marca Škoda atingiu em 2018 um volume de 1.792 unidades vendidas, correspondendo a uma quota de mercado de 0,8%.

A reestruturação da Rede de Concessionários ŠKODA foi concluída com sucesso no final de 2017, dando assim continuidade à estratégia que foi desenhada pela Marca. A renovada imagem corporativa está totalmente alinhada com o arranque da maior ofensiva de produto da história da Marca – e que passará não só pela renovação de todos os seus modelos, mas também pela entrada em segmentos de mercado onde nunca esteve presente.

Gráfico 11 – Škoda
(unidades e quota de mercado)



Fonte: ACAP

Por outro lado, continua a ser efetuado um trabalho intensivo na recuperação da imagem da Marca e dos valores residuais. Neste sentido, foi tomada a decisão estratégica de, gradualmente e num espaço de 3 anos, reduzir para níveis completamente residuais as vendas ao canal de RAC, tendo o foco da marca sido, em 2018, totalmente direcionado para a venda a particulares

O evento de maior destaque em 2018 foi o lançamento do ŠKODA Karoq, que veio desde logo reforçar o elevado sucesso da recente ofensiva SUV da Marca, cujo modelo pioneiro foi o ŠKODA Kodiaq, lançado cerca de um ano antes.

Marcas de Luxo - Bentley e Lamborghini

As Marcas de Luxo representadas, registaram em 2018 o maior volume de vendas de sempre: 17 Bentley (10 em 2017) e 7 Lamborghini (4 em 2017). A atividade de pós-venda também apresentou uma evolução positiva face ao verificado em 2017.

Peças e Acessórios

A venda de Peças e Acessórios atingiu em 2018 o valor de Eur 64,1 milhões, registando um decréscimo de 2,2% em relação a 2017, apesar da diminuição do parque circulante, superior a 5%.

Durante o ano de 2018 foi dada continuidade à implementação de um conjunto de iniciativas, algumas delas já iniciadas em 2017 e que tiveram impacto relevante para o resultado alcançado:

- Dinamização das campanhas nacionais e das ações de *marketing* local
- Reforço da promoção e divulgação da linha de Acessórios
- Reposicionamento dos preços das peças mais competitivas

- Utilização crescente da plataforma *online* de Peças – “*Partslink24*”
- Melhorias introduzidas ao nível da gestão de “*stocks*”
- Alargamento do sistema de peças pedidas e entregues no próprio dia a um maior número de Oficinas Autorizadas

Serviço Após Venda

A atividade Após Venda nas redes de Oficinas Autorizadas apresentou uma variação do número de horas vendidas de aproximadamente -7% em relação ao ano de 2017, variação esta devido em primeiro lugar à redução do parque circulante das Marcas representadas pela SIVA com idade até 15 anos, que foi de 5%, mas essencialmente devido à redução significativa das intervenções em garantia, que representou aproximadamente 70% do total da variação, fazendo com que a atividade para Cliente final tenha reduzido significativamente menos que a diminuição verificada no parque circulante, o que representa mais um ano com um desempenho positivo na fidelização de Clientes às Oficinas Autorizadas.

Este desempenho positivo foi possível graças ao desenvolvimento, sistematização e cumprimento de um conjunto de programas e ações específicas, que permitiram continuar a aumentar a fidelização dos Clientes às Redes de Oficinas Autorizadas.

O ano 2018 ficou marcado pela conclusão da implementação das soluções disponibilizadas pela Volkswagen AG para a ação de serviço dos motores EA189, sempre em estreita colaboração com as Autoridades Nacionais competentes. Foram atualizados com sucesso vários milhares de viaturas, numa ação onde se procurou sempre garantir a todo o tempo a maior comodidade e conveniência para os nossos Clientes. No final do ano, a taxa de tratamento da ação em Portugal já se encontrava próxima dos 98%.

Estratégia Digital e CRM

Em 2018 a SIVA, manteve o foco no aumento de eficiência e de eficácia dos investimentos em campanhas de Marketing Digital realizadas ao longo de todo o ano pelas Marcas, incrementando significativamente o alcance das publicações, as taxas de conversão e o número de “*leads*” (potenciais novos negócios) geradas.

O mesmo aconteceu nas redes sociais, com a criação de uma dinâmica de interação baseada em conteúdos alinhados com os eixos de comunicação das Marcas e integrados com a estratégia de investimentos em marketing digital, o que permitiu manter a nossa presença nos lugares de topo dos *rankings* a nível nacional.

Em 2018 continuamos a investir e a desenvolver o “*SIVA Sales Program (SSP)*”, acrescentando funcionalidades que possibilitem às equipas de vendas da Rede de Concessionários das nossas Marcas, apresentarem soluções e propostas aos seus Clientes de forma rápida e eficiente.

O ano de 2018 ficou igualmente marcado pela entrada em vigor do Regulamento Geral da Proteção de Dados (RGPD). Neste âmbito, a SIVA, enquanto gestora de relações com Clientes, realizou esforços no sentido de adaptar os seus processos e procedimentos de forma a garantir o cumprimento dos requisitos deste regulamento e assegurar a continuidade das suas atividades de tratamento de dados pessoais, nomeadamente ao nível do marketing e comunicação de produtos e serviços e da prestação de serviços de assistência aos Clientes.

2. Retalho Automóvel - Soauto

A presença da SAG Gest na área do Retalho Automóvel realiza-se através dos seguintes Concessionários:

- Soauto SA, subsidiária detida a 100% com estabelecimentos em:
 - Lisboa – Expo: Concessão e Oficina Autorizada Volkswagen (VP e VC) e Audi
 - Lisboa – Laranjeiras: Concessão e Oficina Autorizada Volkswagen e Škoda
 - Carnaxide: Concessão e Oficina Autorizada Volkswagen
 - Paço de Arcos: Concessão e Oficina Autorizada Audi
 - Barreiro: Concessão e Oficina Autorizada Volkswagen
- Rolporto SA, subsidiária detida a 100% com estabelecimento de Concessão e Oficina Autorizada Volkswagen, no Porto
- Rolvia SA, participada detida em 60%, com estabelecimento de Concessão e Oficina Autorizada Audi, em Leça da Palmeira
- Loures Automóveis, participada detida em cerca de 70%, com estabelecimento de Concessão e Oficina Autorizada Volkswagen, Audi e Škoda em Loures
- Autolombos, participada detida em 40%, com Oficina Autorizada Volkswagen e Audi em Carcavelos

Em termos de organização comercial, as atividades da área de Retalho da SAG Gest adotaram a designação Soauto para as Concessões e Oficinas Autorizadas das Marcas Volkswagen (VP e VC), a designação Expocar para as atividades associadas à Marca Audi, e a designação Carlar para as operações da Marca Škoda.

As atividades de Retalho Automóvel, cuja área de atuação se situa exclusivamente na Grande Lisboa e no Grande Porto, representam cerca de 25% do volume das vendas da Subsidiária SIVA às Redes de Concessionários das Marcas que esta representa.

Em 2018, a área do Retalho Automóvel da SAG Gest vendeu 3.831 viaturas novas das Marcas Volkswagen – Viaturas de Passageiros, Volkswagen – Veículos Comerciais, Audi e Škoda, o que representou uma redução de 13,4% em relação às 4.424 viaturas vendidas em 2017. Na área das viaturas usadas, foram vendidas 2.058 unidades, o que representou um aumento de 5,7% em relação às 1.947 viaturas vendidas durante o ano de 2017.

Na atividade oficial, o volume de horas vendidas decresceu 1,1% em relação a 2017, tendo atingido as 181.482 horas (183.445 horas em 2017).

A contribuição da organização Soauto para o Volume de Negócios Consolidado foi Eur 127,6 milhões, registando uma ligeira redução de 4,6% em relação ao valor de Eur 133,8 milhões de 2017.

IV. RELATÓRIO ACTIVIDADES NÃO FINANCEIRAS

Missão, Visão e Valores

A nossa Missão e Visão:

Missão

Fornecer soluções de **Mobilidade Individual** adequadas, através de **Marcas Fortes**, garantindo a **Satisfação dos Clientes** e a **Criação de Valor** para acionistas, colaboradores e parceiros.

Visão

Ser a **referência** na oferta de **Produtos** e soluções de **Mobilidade Individual**, excedendo as expectativas dos nossos **Clientes**, com uma **equipa coesa, eficiente e inovadora**.

Os 5 Valores são:

Valores



Equipa que cresce com mérito.

Desenvolvemos e **premiamos** os nossos Colaboradores com base no seu **desempenho individual e coletivo**.

Valores



Orgulho pelo resultado.

Partilhamos os nossos **objetivos**, estamos determinados em atingi-los e **celebramos o seu sucesso**.

Valores



Paixão pelo Cliente.

Construímos relações duradouras baseadas na **confiança**, na **satisfação** e na **antecipação das necessidades dos nossos Clientes**.



O valor **Ética e Transparência** vai muito mais além do mero cumprimento das regras, leis e regulamentos, estabelecendo uma conduta empresarial pautada pela honestidade, boa conduta e cidadania responsável com cada um dos “*stakeholders*” com que as Entidades participadas pela SAG Gest se relacionam.

Política de anti-corrupção e suborno

O perfil das empresas e a sua imagem estão cada vez mais interligados não só com o desempenho económico e financeiro, mas também com o quadro de valores, princípios e regras de condutas adotados. O compromisso ético e a responsabilidade social emergem como um modo de resposta às exigências de maior transparência e de mais informação, formuladas quer pelas partes interessadas quer pelas comunidades onde as empresas se integram.

As Entidades participadas pela SAG Gest, os titulares dos seus Órgãos Sociais e os Colaboradores não devem, diretamente ou indiretamente, aceitar ou recorrer a pagamentos ou favores como forma de obtenção de vantagens ilegítimas, ilegais ou injustificadas ou praticar quaisquer ações que possam ser entendidas como visando a obtenção de tais vantagens.

Código de Conduta

A SAG Gest reconhece como crucial, para um crescimento e sucesso continuados, o incremento da confiança de Acionistas, Colaboradores, Clientes, Fornecedores e outras Entidades com quem estabeleça relações de negócio, bem como das Comunidades onde desenvolve as suas atividades. Neste sentido, a SAG Gest estabeleceu um Código de Conduta, cujos principais objetivos são:

- I. Elencar os comportamentos e atitudes consonantes com o quadro de princípios e valores definidos para a SAG Gest e suas Participadas, que se pretendem ver reconhecidos pelos seus Acionistas, Colaboradores, Clientes, Fornecedores, Parceiros e a Sociedade em geral
- II. Garantir a adesão aos valores postulados

III. Promover relações de confiança entre as partes interessadas

O Código de Conduta define os seguintes itens:

- I. Responsabilidades
- II. Uso de recursos das Entidades
- III. Confidencialidade e sigilo profissional
- IV. Conflitos de interesses
- V. Uso de informação privilegiada
- VI. Informação e publicidade
- VII. Integridade e ofertas
- VIII. Cumprimento de legislação
- IX. Mecenato e responsabilidade social
- X. Independência política
- XI. Relações com entidades reguladoras

O Código de Conduta da SAG Gest é regularmente revisto e atualizado, e está disponível no “site” www.sag.pt.

Anualmente, todos os Membros dos Órgãos Sociais e Colaboradores da SAG Gest e das suas Participadas são chamados a reafirmar, por escrito, o seu cumprimento das normas de conduta estabelecidas no Código de Conduta. Da mesma forma, e também numa base anual, as regras relativas a ofertas são reafirmadas junto aos Clientes e Fornecedores.

“Know Your Customer / Know Your Supplier”

A SAG Gest e suas Participadas cumprem as normas de “*compliance*” nacionais e internacionais no âmbito das suas atividades, seguindo os processos e mecanismos exigidos para (i) formar, (ii) observar, (iii) analisar e (iv) comunicar, se necessário, os comportamentos das Entidades e indivíduos com quem se relaciona comercialmente.

Política de comunicação de irregularidades

A SAG Gest tem instituída uma política de comunicação das irregularidades alegadamente ocorridas, como medida de deteção precoce de eventuais práticas irregulares, que contribua para prevenir a ocorrência de situações gravosas e penalizantes, quer para a SAG Gest e suas Participadas e respetivos Colaboradores, quer para os Acionistas.

No quadro desta política, é dada a possibilidade de comunicação das alegadas irregularidades ou práticas que não se coadunem com o Código de Conduta da SAG Gest ou com os princípios nele definidos, sem qualquer receio de represálias. Esta comunicação pode ser efetuada à respetiva hierarquia direta ou indireta ou, no caso de pretendido tratamento confidencial, utilizando para o efeito o e-mail comunicação.irregularidades@sag.pt ou por carta dirigida ao Conselho Fiscal (Comunicação Irregularidades [Estritamente Confidencial]), Estrada de Alfragide, nº 67, 2614-519 Amadora.

Os meios e a política de comunicação de irregularidades podem ser consultados com maior detalhe em www.sag.pt.

Políticas Ambientais

A SAG Gest e suas Participadas desenvolvem o seu modelo empresarial de acordo com as políticas ambientais, desenvolvendo todos os esforços para que a sua atividade comercial contribua para o bem-estar social e ambiental.

Nas duas principais áreas de negócio (a Distribuição Automóvel e o Retalho Automóvel) estão definidos e certificados, por Entidades independentes, os processos na recolha, tratamento e reciclagem de diversos materiais potencialmente poluentes, tais como:

- I. Óleos
- II. Papel
- III. Resíduos de pintura
- IV. Metais ferrosos e não ferrosos
- V. Pneus
- VI. Plásticos

Através da adoção destes processos, a SAG Gest e suas Participadas asseguram uma eficiente gestão de resíduos resultantes das diversas intervenções de reparação e manutenção de viaturas.

Políticas Sociais e relativas aos Trabalhadores

A SAG Gest e suas Participadas desenvolvem e promovem políticas sociais envolvendo os seus Colaboradores, assumindo o compromisso de respeitar e cumprir os direitos fundamentais no trabalho.

O modelo de gestão de Recursos Humanos tem como pilares fundamentais o diálogo social, o direito à informação e consulta, a formação, o respeito pelos direitos dos Colaboradores, a igualdade entre Homens e Mulheres, a não discriminação e a tolerância e o respeito.

Eco – estudo do clima organizacional



Desde 2012 que têm vindo a ser realizados anualmente Estudos do Clima Organizacional. Desde 2017, que o Estudo do Clima Organizacional conta com a colaboração do “*Great Place to Work® Institute Portugal (GPTW)*”, tendo sido utilizado um questionário onde se combinaram as questões habituais do ECO da SAG Gest com as questões que fazem parte do Modelo GPTW. Em 2018 o

nosso inquérito incluiu apenas as questões que fazem parte do questionário do GPTW, permitindo-nos comparar os resultados com o ano anterior.

Mobilidade Interna

Os profissionais que se desenvolvem e crescem internamente são valorizados e reconhecidos. O Programa de Recrutamento Interno permite que todas as vagas sejam disponibilizadas nos meios de comunicação interna, com exceção de vagas confidenciais e promoções na própria área. Os Colaboradores podem estar sempre a par das Oportunidades que se encontram em aberto através das ferramentas de comunicação interna e, em especial, através da “newsletter” interna RH Comunica.

Comunicação Interna (CI)

A CI contribui para que os Colaboradores estejam totalmente alinhados com a Missão, Visão e Valores, constituindo uma ferramenta que ajuda a fortalecer o negócio e a melhorar o ambiente de trabalho. Por essa razão, a CI é uma prioridade da área de Recursos Humanos.

Como acreditamos que Colaboradores Felizes fazem Empresas Felizes, e porque consideramos que é fundamental termos momentos de diversão entre nós, realizamos várias iniciativas nesse sentido, nomeadamente, Festa de Natal - Circo para Colaboradores e Familiares, Comemoração dos aniversariantes do mês (para além de oferecermos o Dia de Aniversário), Bebés SAG, etc.



Com o objetivo de disponibilizar uma plataforma digital interna de partilha e colaboração entre todos os Colaboradores, temos a nossa página no WORKPLACE. Neste portal de interação, que funciona como uma rede social interna, disponível para todos os Colaboradores, são publicadas notícias, fotos, vídeos e informações sobre o dia a dia das várias áreas da Empresa. É também possível utilizar esta plataforma para estabelecer contactos diretos entre Colaboradores através do “Chat Online” e assistir em direto a eventos como as Reuniões de apresentação de Resultados.



Reunião de Quadros

A Reunião de Quadros é realizada 2 vezes por ano e reúne, para além dos Administradores, os Diretores e todas as Chefias de 1ª linha. Além de clarificar as metas, desafios e resultados, também tem como objetivo melhorar o dia-a-dia dos Colaboradores e das Equipas.

Juntos Resultamos

Juntos Resultamos é uma Reunião realizada trimestralmente, com todos os Colaboradores da Organização da Azambuja, e pode ser seguida em direto por todos os Colaboradores das Empresas do Grupo. Assim, é possível atingir a totalidade dos Colaboradores.



Nesta Reunião, apresentam-se as metas e desafios gerais da companhia e de cada uma das áreas operacionais, bem como os resultados e as medidas para melhorar os mesmos.

No final da Reunião todos os Colaboradores podem colocar questões, quer presencialmente, quer “on-line”, a qualquer um dos Diretores presentes na Reunião.

RH Comunica

RH Comunica é uma ferramenta de Comunicação Interna via email, sendo uma das principais formas utilizada para comunicar com os Colaboradores.

Os conteúdos do RH Comunica são variados e incluem atualmente as secções Cultura & Valores, Compensação e Benefícios, Mobilidade Interna, Eventos, Bem-Estar, Ofertas & Parcerias, Acolhimento, Avaliação de Desempenho e Formação.

#RHSobreRodas e SAG Global

A “newsletter” digital periódica – #RHSobreRodas – tem por foco principal as Pessoas, e são tratados temas como Admissões, Mobilidade Interna, Cultura e Valores, Eventos Futuros, etc.

SAG4US

A SAG4US é o portal da Intranet, que oferece informações que estão repartidas por áreas como Grupo (Informação das Empresas, História, Organogramas, contactos, etc.), Colaboradores (Aniversários, Protocolos, Regras e Procedimentos, acolhimento, Formação, etc.), Marcas (informação sobre as várias Marcas e Produtos) e Comunicação (SAG Global, ExcluSiva, etc.).

Employee Connect

Criámos mais um Canal de Comunicação – EMPLOYEE CONNECT SIVA – onde os Colaboradores podem colocar 4 tipos de informação: Elogio, Sugestão, Reclamação e Outros. O remetente tem a possibilidade de se identificar ou não. Se se identificar a resposta é-lhe enviada e este tem a possibilidade de responder se o esclarecimento é suficiente ou não.

Não sendo identificado deve anotar um código que lhe será apresentado no final e terá que consultar a página nos dias seguintes para verificar a sua resposta, uma vez que não temos como o notificar diretamente.

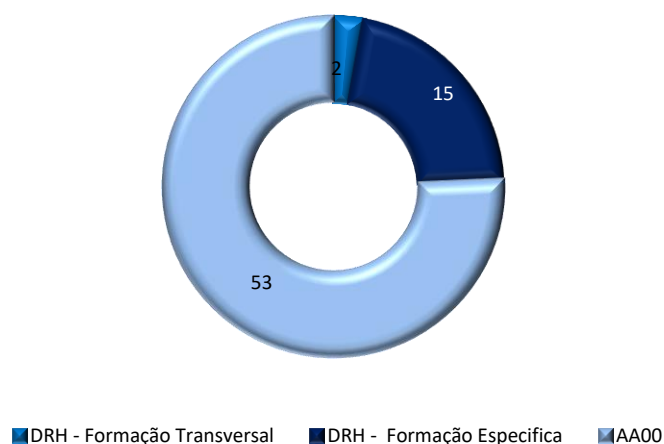
As respostas são publicadas na Intranet (caso haja autorização para isso) mensalmente.



Formação

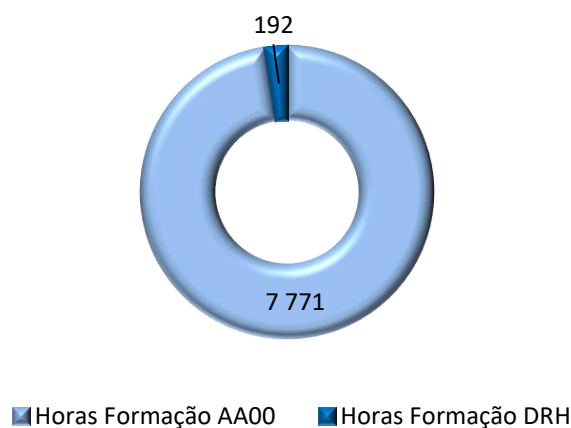
De acordo com a estratégia focada no desenvolvimento de competências e formação dos Colaboradores, foi delineado o Plano de Formação para 2018 que, decorrente das necessidades formativas identificadas junto dos Responsáveis de área, pretende acrescentar valor ao capital humano da SAG Gest e suas Participadas.

Gráfico 12 – Número de Ações de Formação



As ações de Formação realizadas em 2018 totalizaram 7.963 horas.

Gráfico 13 – Horas de Formação



Igualdade entre Homens e Mulheres

A SAG Gest e suas Participadas promovem ativamente o desenvolvimento dos seus recursos humanos, não olhando ao seu género. Todas as oportunidades de evolução de carreira, seleção e recrutamento de novos recursos e o sistema de remunerações garantem o respeito entre a igualdade entre homens e mulheres.

Não discriminação

A SAG Gest e suas Participadas desenvolvem e promovem ativamente o desenvolvimento dos seus recursos humanos não olhando à raça, religião ou nacionalidade, de acordo com os princípios e regras definidos no Código de Conduta.

Tolerância e Respeito

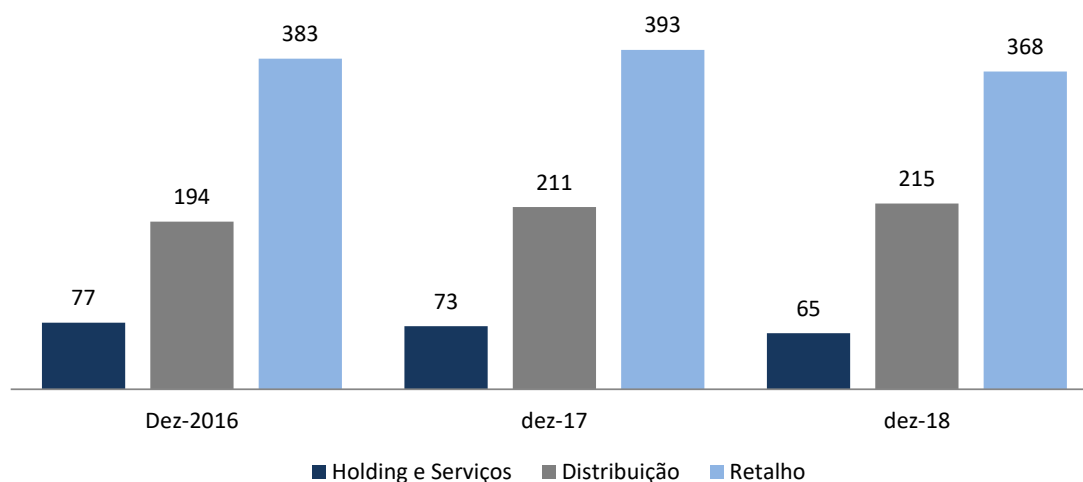
A SAG Gest e suas Participadas pautam os seus comportamentos e atitudes segundo princípios da tolerância mútua, respeitando contextos culturais, socioeconómicos e geográficos na sua esfera de atuação, bem como promovendo e participando em tradições e culturas das comunidades locais.

V. RECURSOS HUMANOS

Colaboradores

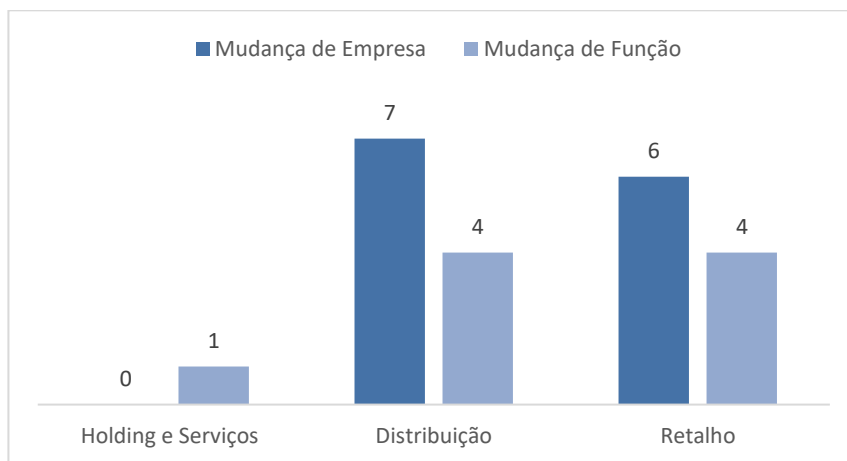
No final de 2018, a SAG Gest e suas Participadas contavam com 648 Colaboradores, tendo-se verificado uma diminuição de 4,3% em relação aos 677 Colaboradores de 31 de dezembro de 2017.

Gráfico 14 – Evolução Número de Colaboradores por Área de Atividade



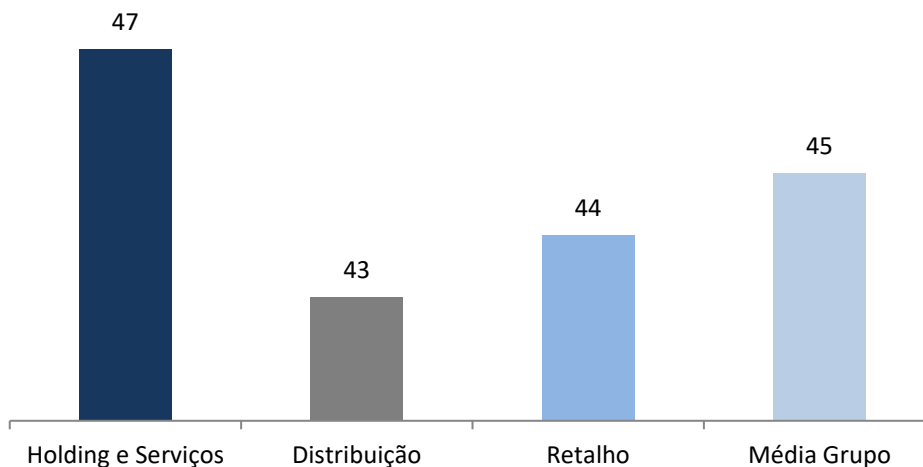
A política de Mobilidade Interna continua a ser uma realidade, visando proporcionar aos Colaboradores novos desafios profissionais e uma valorização constante das suas carreiras. Durante o ano de 2018 foram abrangidos 22 Colaboradores que integraram novas funções na organização e/ ou mudaram de Empresa.

Gráfico 15 – Mobilidade Interna



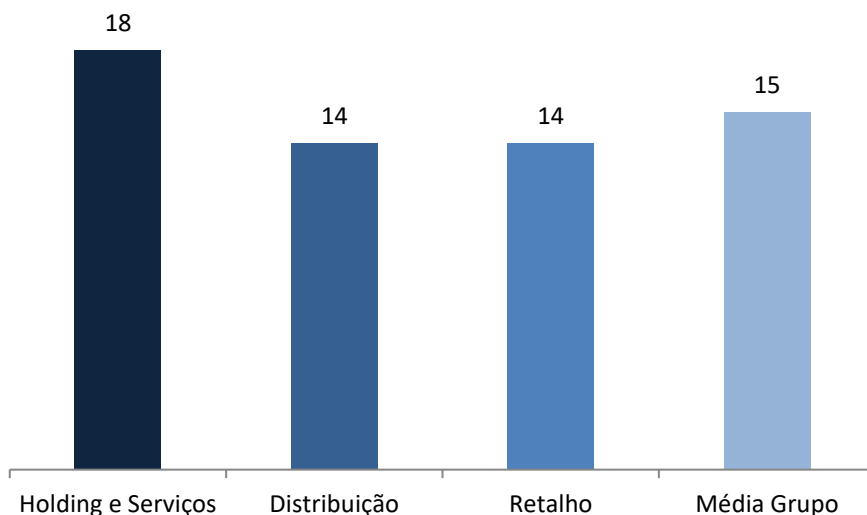
A idade média dos Colaboradores manteve-se nos 45 anos.

Gráfico 16 – Estrutura Etária por Área de Atividade



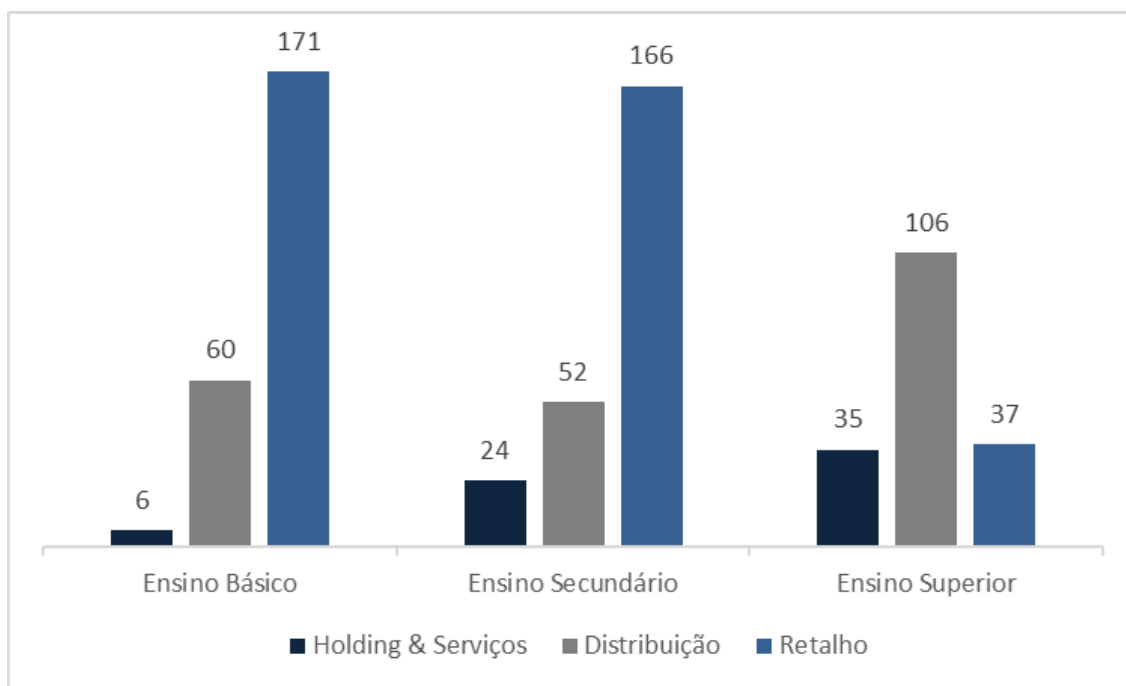
Em termos médios, a antiguidade passou de 14 para 15 anos.

Gráfico 17 – Antiguidade por Área de Atividade



Cerca de 27% dos Colaboradores possui habilitações literárias ao nível do Ensino Superior. Na área do Retalho destaca-se a maioria de Colaboradores com Ensino Básico (46%).

Gráfico 18 – Habilitações Literárias por Área de Atividade



VI. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

Nota Explicativa: Em função do processo de reestruturação que decorreu durante o ano de 2018, que culminou com o estabelecimento do acordo mencionado no ponto VIII B – Perspetivas de evolução do mercado automóvel, da SAG Gest e das suas participadas, as Demonstrações Financeiras de 2018 são apresentadas de modo a que os ativos envolvidos na transação estão classificados como ativos/passivos detidos para venda. Em conformidade com a respetiva norma IFRS 5 o comparativo na Demonstração dos Resultados e de Outro Rendimento Integral foi re-expresso. A alteração decorrente da reestruturação implicou o registo de imparidades com partes relacionadas que alteram significativamente a comparação com o exercício de 2017. Apresentamos na Demonstração dos Resultados e de Outro Rendimento Integral e na Demonstração da Situação Patrimonial Consolidada, os valores de 2018 em bases comparáveis (2018 recorrente). Os quadros que constam desta secção estão expressos em milhares de Euros. Os valores em percentagem foram calculados utilizando os valores em Euros.

A. Resultados

O Volume de Negócios Consolidado de 2018 em base comparável foi Eur 535,1 milhões, o que representou uma redução de cerca de 13,7% em relação ao valor de 2017 (Eur 619,7 milhões).

A área da Distribuição Automóvel registou uma redução de 15,5% no Volume de Negócios Consolidado (que exclui transações com outras Entidades incluídas no perímetro de consolidação da SAG Gest, nomeadamente as vendas efetuadas pela Subsidiária SIVA aos Concessionários da Soauto), tendo essencialmente mantido o seu peso no Volume de Negócios Consolidado (76,5% em 2018, 78,2% em 2017).

A Margem de Contribuição Consolidada, numa base comparável, apresentou uma redução em relação a 2017, tendo correspondido a 8,6% do Volume de Negócios Consolidado (8,9% em 2017). Em valores absolutos, a Margem de Contribuição Consolidada reduziu-se em cerca de Eur 8,6 milhões.

Esta redução da Margem de Contribuição Consolidada de 2018, resulta, em grande parte, do resultado gerado em operações pontuais de venda acelerada para escoamento de “stock” de carros usados e de “Self-Registration”, que se concentraram essencialmente no primeiro trimestre de 2018.

Os Custos Comerciais, que se encontram associados à atividade promocional desenvolvida pelas Marcas comercializadas pela Subsidiária SIVA registaram uma redução de cerca de Eur 4,5 milhões em relação ao ano anterior, em consequência da forte quebra de produção verificada fundamentalmente no segundo semestre, provocada pelo novo processo de homologação (WLTP) das viaturas.

Em consequência, os Custos Operacionais Consolidados, no seu total, apresentaram em 2018 uma redução de cerca de Eur 5,2 milhões em relação ao valor registado em 2017, aumentando ligeiramente o seu peso em relação ao Volume de Negócios Consolidado, de 8,4% para 8,8%.

Da conjugação da redução do valor da Margem de Contribuição Consolidada, e da evolução dos Custos Operacionais Consolidados, o EBITDA Consolidado, numa base recorrente, foi negativo em Eur 0,7 milhões muito influenciado pelo resultado do primeiro trimestre do ano em que reportamos um prejuízo de Eur 3,6 milhões.

De referir que, as operações pontuais de venda acelerada acima referidas realizadas fundamentalmente no primeiro trimestre traduziram-se num EBITDA negativo nesse período em

Eur 3,6 milhões, o que significa que o resultado obtido nos três trimestres subsequentes atingiu um valor positivo de Eur 2,9 milhões, superior ao resultado obtido em todo o ano de 2017.

Quadro 3 – Demonstração dos Resultados - EBITDA

12 Meses findos em 31 de Dezembro							
Demonstração dos Resultados Consolidados (000)	2018	2018 S/ Operações descontinuadas	Não Recorrentes	2018 Recorrente	2017 Ajustado	2017 Reportado	% Variação
Vendas		523 887		523 887		608 523	-13,9%
Prestação de serviços		11 206		11 206	96	11 185	0,2%
Volume de Negócios		535 093		535 093	535 093	619 707	-13,7%
Margem com Serviços		48 049		48 049	96	57 398	-16,3%
% do Volume de Negócios		9,0%				9,3%	
Outros Proveitos Operacionais	8 083	25 866		25 866	368	24 047	7,6%
Outros Custos Operacionais	(8 341)	(23 704)		(23 704)	(177)	(18 307)	-29,5%
Impostos		(1 160)		(1 160)		(1 069)	-8,5%
Perdas por Imparidade em Dívidas a Receber		10		10	(9)	(39)	125,8%
Perdas por Imparidade Empresas do Grupo	(141 313)	(151 967)	151 967				
Perdas por Imparidade em Inventários		(2 807)		(2 807)		(7 138)	60,7%
Margem de Contribuição	(141 571)	(105 712)	151 967	46 255	277	54 892	-15,7%
% do Volume de Negócios		-19,8%		8,6%		8,9%	
FSE - Custos Comerciais	(30)	(7 987)		(7 987)	(35)	(12 486)	36,0%
FSE - Custos com Viaturas	(23)	(3 472)		(3 472)	(37)	(2 552)	-36,1%
Sub Total Custos Variáveis	(53)	(11 459)		(11 459)	(72)	(15 038)	23,8%
FSE - Custos de Estrutura	(1 268)	(12 400)		(12 400)	(2 196)	(14 570)	14,9%
Custos Pessoal	(1 215)	(23 096)		(23 096)	(1 521)	(22 596)	-2,2%
Sub Total Custos de Estrutura	(2 483)	(35 497)		(35 497)	(3 716)	(37 166)	4,5%
Custos Operacionais	(2 536)	(46 956)		(46 956)	(3 788)	(52 204)	10,1%
% do Volume de Negócios		-8,8%		-8,8%		-8,4%	
EBITDA	(144 107)	(152 668)	151 967	(701)	(3 511)	2 688	-126,1%
% do Volume de Negócios		-28,5%		-0,1%		0,4%	

O EBIT Consolidado de 2018, numa base comparável, foi negativo em Eur 2,8 milhões, representando uma redução em relação ao valor de Eur 0,3 milhões positivo registado em 2017.

O Resultado Financeiro Líquido Consolidado de 2018 representou um custo de Eur 16,3 milhões, , mais 1,3% (Eur 0,2 milhões) do que o valor de Eur 16,1 milhões reconhecido no ano de 2017.

O custo incorrido com as garantias bancárias prestadas a favor de terceiros – com especial peso das garantias prestadas em nome da Subsidiária SIVA a favor dos Fabricantes dos veículos das Marcas que esta Subsidiária representa, baixou face ao verificado em 2017 resultante de uma redução do montante de garantias bancárias utilizadas ao longo de 2018. Inversamente, o custo associado a Juros teve um aumento este ano, decorrente da dilação do prazo de pagamento à Fábrica.

O Resultado Consolidado Antes de Impostos de 2018, numa base comparável, foi negativo em Eur 19.0 milhões, Eur 157,7 milhões com efeitos dos eventos não recorrentes das imparidades e das operações descontinuadas, e representa uma redução de 20,8% (Eur 15,7 milhões em 2017).

O Resultado Líquido Consolidado atribuível à SAG Gest representou um prejuízo de Eur 186,8 milhões (prejuízo de Eur 13,8 milhões em 2017, que compara com Eur 19,1 milhões).

Quadro 4 – Demonstração dos Resultados – Resultado Líquido

Demonstração dos Resultados Consolidados (000)	12 Meses findos em 31 de Dezembro						% Variação
	2018	2018 S/ Operações descontinuadas	Não Recorrentes	2018 Recorrente	2017 Ajustado	2017 Reportado	
EBITDA	(144 107)	(152 668)	151 967	(701)	(3 511)	2 688	-126,1%
% do Volume de Negócios		-28,5%		-0,1%		0,4%	
Imparidades em Activos Fixos Tangíveis	(1 123)	(9 914)	9 914				
Amortizações e Depreciações do Exercício	(353)	(2 026)		(2 026)	(355)	(2 359)	14,1%
Mais/(Menos) Valias	(29)	(29)		(29)	(10)	(10)	-189,6%
EBIT	(145 613)	(164 637)	161 881	(2 756)	(3 876)	319	-964,0%
% do Volume de Negócios		-30,8%		-0,5%		0,1%	
Dividendos e Mais Valias de Investimentos	(235)	(235)		(235)	13	13	-1934,8%
Juros Líquidos	(773)	(10 379)		(10 379)	(730)	(7 766)	-33,7%
Outros Custos Financeiros	(416)	(5 644)		(5 644)	(790)	(8 301)	32,0%
Resultado Financeiro	(1 424)	(16 259)		(16 259)	(1 507)	(16 054)	-1,3%
EBT	(147 037)	(180 896)	161 881	(19 015)	(5 383)	(15 735)	-20,8%
% do Volume de Negócios		-33,8%		-3,6%		-2,5%	
Impostos sobre o Rendimento	(7 666)	(5 932)	5 895	(36)	747	2 098	-101,7%
Resultado Líquido Consolidado	(154 703)	(186 828)	167 776	(19 051)	(4 636)	(13 637)	-39,7%
Interesses que não Controlam	(17)	(17)		(17)	(141)	(141)	112,0%
Resultado Líquido Antes de Operações Descontinuadas	(154 719)	(186 845)	167 776	(19 068)	(4 777)	(13 778)	-38,4%
% do Volume de Negócios		-34,9%		-3,6%		-2,2%	
Resultado Corrente de Operações Descontinuadas	(32 125)				(9 001)		
Resultado Líquido do Exercício	(186 845)	(186 845)	167 776	(19 068)	(13 778)	(13 778)	-38,4%

B. Estrutura Financeira

A dívida líquida consolidada da SAG Gest no final do ano de 2018 apresenta um aumento de Eur 4,0 milhões em relação a 31 de dezembro de 2017 (3,2%) tendo registado um valor total de Eur 129,1 milhões. A manutenção do endividamento num patamar semelhante ao observado no final de 2017, é resultado de uma atuação em que significativa parte das necessidades de fundo de maneio foram supridas com recurso a uma otimização dos níveis de stock, conforme já referido.

O valor dos Ativos Correntes em 31 de dezembro de 2018 era cerca de Eur 51,2 milhões inferior ao valor dos Passivos Correntes na mesma data. Esta situação, que ocorre recorrentemente, é característica das atividades “core” da SAG Gest, onde a rotação dos principais componentes dos Ativos Correntes (Inventários e Dívidas de Terceiros) é significativamente superior à rotação da principal componente dos Passivos Correntes (Dívidas a Terceiros), por força dos acordos comerciais que se encontram em vigor com as fábricas.

Os Capitais Próprios Consolidados no final de 2018 eram negativos em Eur 179,1 milhões, registando uma redução de Eur 186,6 milhões em relação ao valor do final de 2017 (Eur 7,5 milhões). Esta redução corresponde essencialmente ao resultado líquido (depois da consideração de Interesses que Não Controlam) do exercício de 2018, decorrente das imparidades reconhecidas no exercício.

C. Rácios Financeiros

A evolução dos rácios financeiros mais significativos foi como segue:

Quadro 5 – Rácios Financeiros

	2018	2017
Resultado Líquido / Activo Total - (%)	-60,6%	-2,5%
Resultado Líquido / Capital Próprio - (%)	92,3%	-183,1%
EBITDA / Juros Líquidos (vezes)	-8,99	0,17
Dívida Financeira Líquida / EBITDA (vezes)	-0,90	46,56
Dívida Financeira Líquida / Capital Próprio (%)	-72,1%	1680,2%
Dívida Financeira Líquida / Activo Total (%)	47,3%	22,8%
Dívida Financeira Médio e Longo Prazo / Dívida Financeira Total (%)	73,4%	33,2%
Capital Próprio / Activo Total (%)	-65,7%	1,4%

Os rácios financeiros apresentam em 2018 uma deterioração em relação aos valores relativos ao ano anterior, tanto no que respeita aos rácios de rentabilidade, como nos rácios relativos à estrutura financeira, em consequência, por um lado, das ações de venda acelerada para escoamento de *stocks* já acima mencionadas e, por outro lado, das necessidades acrescidas de fundo de maneo com impacto na estrutura financeira.

No cálculo dos rácios acima apresentados foram considerados os valores detalhados no Quadro 6.

Quadro 6 – Bases para Cálculo dos Rácios Financeiros

	2018	2017
EBITDA	(144 107)	2 688
Custos Financeiros	(18 692)	(17 538)
Proveitos Financeiros	2 668	1 471
Custos Financeiros Líquidos	(16 024)	(16 067)
Resultado Líquido (antes de operações descontinuadas)	(165 356)	(13 637)
Capital Próprio	(179 106)	7 450
Total Passivo	451 870	542 679
Dívida Financeira - Curto Prazo	38 998	88 667
Dívida Financeira - Médio e Longo Prazo	107 680	44 098
Dívida Financeira Total	146 678	132 765
Disponibilidades	(17 540)	(7 593)
Dívida Financeira Líquida	129 138	125 172
Activo Total	272 764	550 129

Os conceitos utilizados no cálculo dos valores acima apresentados foram os seguintes:

- EBITDA = Volume de Negócios – Custo das Vendas – Custos Operacionais + Outros Proveitos Operacionais – Outros Custos Operacionais

- Juros Líquidos = Resultado Financeiro (conforme relatado no Quadro 4 – Demonstração de Resultados – Resultado Líquido), que inclui: Juros Pagos – Juros Recebidos + Outros Encargos Financeiros Suportados, incluindo custos com garantias bancárias, dividendos recebidos, ajustamentos de justo valor e mais-valias em Investimentos Financeiros
- Dívida Financeira Total = Dívida Financeira Corrente + Dívida Financeira não corrente
- Dívida Financeira Líquida = Dívida Financeira Total – Depósitos a Prazo – Caixa e equivalentes de Caixa

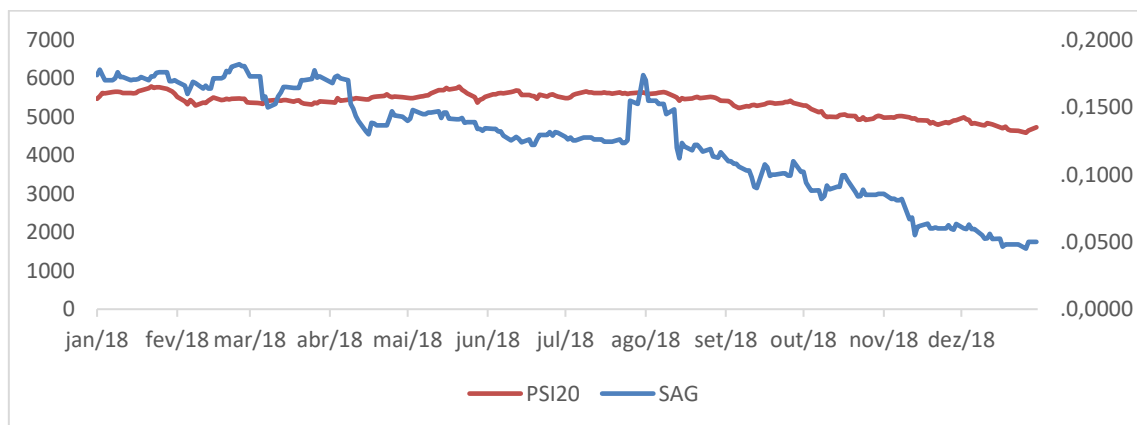
D. Rentabilidade para o Acionista e Dividendos

O Resultado Líquido do exercício de 2018 evidenciado nas Contas Separadas da SAG Gest foi negativo, assim como o Resultado Líquido Consolidado deste mesmo exercício, pelo que o Conselho de Administração não irá propor qualquer distribuição de dividendos com referência ao exercício de 2018.

E. Comportamento Bolsista das Ações

A cotação bolsista da ação da SAG Gest encerrou o ano 2018 com a cotação de Eur 0,05 que corresponde a uma desvalorização de 67,5% em relação à cotação em 31 de dezembro de 2017 (Eur 0,154). A ação da SAG Gest chegou a ser transacionada ao valor máximo de Eur 0,1820 em fevereiro de 2018.

Gráfico 19 – Evolução da Cotação (Eur)



VII. GESTÃO DE RISCOS

A Política de Gestão de Riscos da SAG Gest tem como objetivos assegurar a correta identificação dos riscos associados aos negócios desenvolvidos pelas suas Subsidiárias e Participadas, bem como adotar e implementar as medidas necessárias para minimizar os impactos negativos que evoluções adversas dos fatores subjacentes a esses riscos possam ter na sua estrutura financeira consolidada e na respetiva sustentabilidade.

A identificação dos riscos a que se encontram expostas as Subsidiárias da SAG Gest materialmente mais relevantes permitiu identificar como principais os seguintes:

Dependência de Fornecedores

O negócio da Subsidiária SIVA assenta em Contratos de Distribuição celebrados com o Grupo Volkswagen AG, por tempo indeterminado, sujeitos ao Regulamento Comunitário aplicável, que se mantêm em vigor desde há mais de 30 anos. No entanto, a manutenção destes Contratos está obviamente dependente do seu integral cumprimento e de fatores que incluem a manutenção da política de distribuição do Grupo Volkswagen, e a “*performance*” das Marcas representadas no mercado Português.

Risco Automóvel – Valores Residuais

A característica dos negócios no segmento do “*Rent-a-Car*”, que implica a recompra, como viaturas usadas, dos automóveis fornecidos inicialmente (cláusulas de “*Buy-Back*”) expõem a Subsidiária SIVA aos riscos que decorrem das variações de preço do mercado de viaturas semi-novas e usadas.

Para minimizar os potenciais impactos negativos que possam resultar deste tipo de risco, a Subsidiária SIVA implementou mecanismos de acompanhamento permanente da evolução do valor de mercado das viaturas semi-novas e usadas que mantêm no seu balanço (viaturas faturadas às Entidades que operam no segmento de “*Rent-a-Car*” que a Subsidiária assumiu o compromisso de recomprar).

O valor de mercado destas viaturas é determinado com base nas previsões do valor “*forward*” fornecido pela Eurotax (Entidade internacional que publica regularmente os preços de mercado “*spot*” e “*forward*” de viaturas por Marca, por modelo, versão e ano de fabricação), bem como pelo preço real de venda dessas viaturas no presente (“*spot*”). Estas previsões para cada modelo (onde é considerado o preço “*forward*” para a data estimada de devolução das viaturas, a que acresce o prazo estimado para concretizar a venda) levam também em consideração o peso previsto de cada um dos canais de venda futura.

Riscos Financeiros

Os principais riscos financeiros identificados são riscos de capital, de liquidez, de exposição às variações das taxas de juro e o risco de crédito.

A gestão do risco de capital tem por objetivo assegurar que os Capitais Próprios Consolidados atingirão os níveis adequados para garantir uma estrutura equilibrada da posição patrimonial consolidada.

Na situação em que atualmente se encontra, a SAG Gest, para assegurar em moldes sustentáveis o exercício da atividade das suas Subsidiárias, necessita de reestruturar a sua base de capital e o seu passivo financeiro, de modo a que haja uma combinação adequada entre Capitais Próprios e Empréstimos e Financiamentos, que permitam manter o exercício da sua atividade operacional sem constrangimentos de liquidez e com rentabilidade, assegurando assim a sua continuidade.

A concretização do acordo assinado entre a SAG Gest, os Bancos e a Porsche Holdings irá permitir à SAG Gest ter uma estrutura de capital adequada ao desenvolvimento nas actividades que permanecem na sua esfera.

A gestão do risco de liquidez procura um acompanhamento e medição dinâmica daquele tipo de risco, por forma a assegurar o cumprimento de todas as responsabilidades financeiras de curto e médio prazo (“*cash outflows*”) da Sociedade para com as Entidades com as quais se relaciona na sua atividade.

O risco de liquidez do Grupo SAG e suas subsidiárias, é gerido e acompanhado diariamente pelo Departamento de Tesouraria do Grupo, através de mapas de projeção de Fluxos de Caixa, onde são consideradas todas as responsabilidades assumidas com as respetivas datas de vencimento.

Em função da informação resultante da atualização diária dos mapas de Fluxos de Caixa são tomadas decisões relativamente a compras e investimentos a realizar e estabelecidos contactos com as Instituições Financeiras para ajuste das maturidades dos respetivos empréstimos.

A situação de constrangimento financeiro que se acentuou desde o último Trimestre de 2017 resulta da conjugação de um conjunto de fatores, onde se destaca como um dos mais relevantes o compromisso de realização dos volumes de compras assumidos pelas diversas Marcas, que se tem situado a um nível superior à capacidade de absorção do mercado e que originou um aumento de *stocks* de “*self-registrations*” e de viaturas usadas provenientes dos negócios de RAC. Adicionalmente, a Audi no final de 2017 reduziu o prazo de pagamento das vendas à SIVA de 90 para 60 dias.

Esta pressão sobre o “*Working Capital*” da SIVA, e face à indisponibilidade de meios financeiros adicionais, são a justificação para a realização no 1º Trimestre de 2018, de um conjunto de negócios com margem negativa acima explicados, de modo a assegurar no imediato a geração de fundos necessários para satisfazer compromissos inadiáveis e poder continuar a efetuar compras de viaturas encomendadas e com cliente final.

Simultaneamente e para a sustentabilidade da operação foram negociados para 2018, com as diversas Marcas do Grupo VW, reduções ao volume de encomendas face ao inicialmente projetado para 2018 e ajustados os respetivos planos de compras para cada Marca e respetivos canais. Foi ainda solicitado que o pagamento por parte das Marcas dos respetivos apoios comerciais se processe/liquide em prazos mais curtos do que os normalmente instituídos.

Estas medidas, junto com a eliminação dos “*Self-registrations*” e a redução do volume de vendas ao segmento RAC, permitiram diminuir a pressão sobre o “*Working Capital*” ao longo do 2º Semestre de 2018.

A gestão do risco de taxa de juro tem por objetivo assegurar uma medição e administração dinâmica deste risco, através da definição e estabelecimento de limites de exposição da Demonstração da Situação Patrimonial Consolidada e da Demonstração dos Resultados e de Outro Rendimento Integral Consolidada da SAG Gest a variações das taxas de juro. Através da política de controlo adotada procuram-se selecionar as estratégias adequadas para cada área de negócio, com o objetivo de assegurar que este fator de risco não afete negativamente a respetiva capacidade operacional. Por outro lado, é ainda monitorizada a exposição ao risco de taxa de juro, mediante a simulação de cenários adversos, mas com algum grau de probabilidade, que possam afetar negativamente os resultados consolidados da SAG Gest.

Na gestão do risco de crédito é acompanhada mensalmente a evolução da carteira de Clientes, bem como a exposição de cada unidade de negócios. A SAG Gest tem em vigor, desde 2001, um Manual de Risco de Crédito, onde se encontram estabelecidas as políticas, critérios e procedimentos a adotar na área de controlo de crédito. O Manual de Risco de Crédito, que é periodicamente atualizado, inclui os critérios a utilizar na determinação de um “*rating*” de crédito.

Risco Operacional

A gestão do risco operacional assenta na atribuição de responsabilidades funcionais e na definição formal de procedimentos de controlo interno, ao nível das áreas de negócio.

VIII. PERSPECTIVAS PARA 2019

A. PERSPECTIVAS DE EVOLUÇÃO MACROECONÓMICA

1. Enquadramento Internacional

Em 2019 o crescimento do PIB mundial deverá desacelerar ligeiramente para 3,3%, de acordo com as previsões do BCE, ou 3,5% segundo o FMI.

O ritmo do crescimento económico na Zona Euro deverá abrandar de 1,9% para 1,7%, com a maioria dos países (com poucas exceções como a França) a evoluírem nesse sentido. Os EUA deverão também desacelerar de 2,9% para 2,5%, tal como a Rússia de 1,7% para 1,6%. A China deverá registar novo abrandamento, de 6,6% para 6,2%.

Em sentido contrário espera-se que evoluam o Japão (de 0,9% para 1,1%) e o Brasil, que deverá voltar a melhorar para um crescimento do PIB de 2,5% (após 1,1% em 2017 e 1,3% em 2018).

O comércio mundial deverá abrandar o ritmo de crescimento, de 4,7% para 3,7%, dada a incerteza sobre o enquadramento futuro, aumento do protecionismo, tensões EUA-China, provável saída do Reino Unido da UE. Os preços do petróleo Brent deverão diminuir, embora para um nível superior ao de 2017.

Quadro 7 – Economia Internacional – Principais Indicadores em 2017 – 2019

	2017	2018 (E)	2019 (P)
PIB mundial (% ttr)	3,6	3,6	3,3
PIB zona euro (% ttr)	2,5	1,9	1,7
Procura externa (% ttr) ¹	4,6	3,4	3,6
Preço do petróleo (brent, média anual, USD/barril)	54,4	71,8	67,5
Inflação zona Euro (%)	1,5	1,7	1,4
Taxa de câmbio USD/EUR (média anual)	1,13	1,18	1,14
Taxa de juro de curto prazo (média anual, %) ²	-0,3	-0,3	-0,3

Fonte: Banco de Portugal, dez. 2018

¹ Calculada como uma média ponderada do crescimento em volume das importações de bens e serviços dos principais parceiros comerciais de Portugal. Cada país / região é ponderada de acordo com o seu peso como mercado de exportação de Portugal

² Euribor a 3 meses

A procura externa dirigida a Portugal deverá recuperar ligeiramente, para um nível próximo da evolução do comércio mundial.

A inflação na zona Euro deverá diminuir para 1,4%, em parte pela evolução favorável dos preços energéticos. A taxa de câmbio do Euro face ao Dólar Americano deverá sofrer uma depreciação de 0,7% na média anual 2019. As taxas de juro deverão permanecer em níveis historicamente muito baixos (negativas no curto prazo), pelo menos até final de 2019.

2. Economia Portuguesa

O PIB deverá continuar a desacelerar, para 1,8% em 2019 em Portugal, mantendo a trajetória de recuperação moderada dos anos mais recentes e continuando a crescer acima da média da zona Euro.

Quadro 8 – Portugal – Principais Indicadores em 2017 – 2019

	2017	2018 (E)	2019 (P)
PIB (% tvr)	2,8	2,1	1,8
Consumo Privado (% tvr)	2,3	2,3	2,0
Consumo Público (% tvr)	0,2	0,7	0,1
Investimento (FBCF) (% tvr)	9,2	3,9	6,6
Procura Interna (% tvr)	3,0	2,4	2,4
Exportações (% tvr)	7,8	3,6	3,7
Importações	8,1	4,1	4,7
Inflação (IHPC) – médias (% tvr)	1,6	1,4	1,4
Emprego (% var.)	3,3	2,2	1,2
Taxa de desemprego (% pop act.)	8,9	7,0	6,2
Défice Público (% PIB)	-3,0	-0,7	-0,6
Dívida Pública (% PIB)	124,8	121,5	119,2

Fontes: Ministério das Finanças, out. 2018 (fin. públicas); Banco de Portugal; Dez. 2018 (outros)

Tal como em anos anteriores, a economia Portuguesa continua em grande parte dependente da compra de dívida pública por parte do BCE e da classificação das agências de notação, que melhoraram a notação do país no passado recente.

O contributo da procura interna para o crescimento do PIB deverá manter-se em 1,2% e acima do das exportações líquidas de importações (0,7%).

O investimento (FBCF) beneficiará da realização de grandes projetos de infraestruturas, num contexto de manutenção de condições de financiamento favoráveis. Voltará a ser a componente mais dinâmica do PIB. Mesmo assim, o investimento continuará muito abaixo dos níveis pré-crise.

O consumo privado deverá desacelerar para 2,0%, embora crescendo acima do geral da atividade económica, com nova ligeira melhoria do rendimento disponível real, influenciada por um crescimento moderado dos salários e a continuação da recuperação do mercado de trabalho, embora continue muito condicionado pelo elevado nível de endividamento das famílias.

As exportações de bens e serviços, em grande parte impulsionadas pela atividade da VW Autoeuropa e do turismo, deverão voltar a registar um dinamismo superior ao da procura externa, proporcionando novos ganhos de quota de mercado.

A inflação deverá manter um nível idêntico ao de 2018, influenciada pela evolução moderada da componente energética e mantendo-se em níveis próximos da média da zona Euro.

A situação no mercado de trabalho deverá continuar a melhorar, prevendo-se novo crescimento do emprego, embora a um ritmo mais moderado e a manutenção da trajetória descendente da taxa de desemprego, para perto de 6% da população ativa, ao nível de 2003.

As contas públicas terão de continuar a melhorar, para cumprir os compromissos assumidos perante as instâncias comunitárias e diminuir os juros da dívida pública, quer ao nível de taxas praticadas quer sobretudo dos montantes a pagar.

B. PERSPECTIVAS DE EVOLUÇÃO DO MERCADO AUTOMÓVEL E DA SAG GEST E SUAS PARTICIPADAS

Tal como divulgado nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, apesar do processo de reestruturação concluído pela SAG Gest em dezembro de 2015 com os seus principais bancos lhe ter permitido o reequilíbrio da sua estrutura financeira consolidada e criado condições para a continuidade das operações da SAG Gest e das suas participadas (em conjunto o “Grupo SAG”), no final do exercício de 2017, com a deterioração das condições do negócio a situação financeira do Grupo SAG deteriorou-se, agravando assim o risco de liquidez do Grupo e a sua rentabilidade operacional e financeira.

Na sequência dos eventos mencionados acima, no início de 2018, e com o objetivo de permitir a continuidade das operações do Grupo SAG, o Conselho de Administração da SAG Gest começou desenvolver, em conjunto com as Marcas representadas pela subsidiária SIVA, um plano de reposicionamento do seu negócio de forma a inverter a situação e garantir a sustentabilidade de todo o Grupo e em consequência o seu acesso às fontes de financiamento necessárias para a sua atividade, pelo que as demonstrações financeiras de 2018, da SAG Gest e das suas participadas, foram preparadas com base no princípio da continuidade das operações, por ser convicção do Conselho de Administração que as negociações se irão concluir com sucesso.

Adicionalmente, e como resposta à situação em que o Grupo se encontra, a Administração tem vindo a desenvolver diariamente uma gestão criteriosa no que respeita à sua atividade operacional, focada nos seus fluxos de caixa, tendo ajustado os planos de compras com as diversas marcas do Grupo VW, reduzindo o volume de encomendas e solicitado a redução dos prazos de recebimento dos apoios comerciais das Marcas.

Apesar da complexidade do processo negocial com os diversos “stakeholders”, incluindo as Marcas representadas pela subsidiária SIVA, as Instituições financeiras que participam nos financiamentos e garantias que o Grupo SAG dispõe e entidades do Grupo VW, foi possível estabelecer acordos que permitem garantir a continuidade das operações.

O acordo estabelecido entre a SAG Gest, a Porsche Holdings (Sociedade pertencente ao Grupo VW) com sede em Salzburg, o Banco Comercial Português, S.A., o Banco BPI, S.A., a Caixa Geral de Depósitos, S.A. e o Novo Banco, S.A tem em vista a alienação à PHS do negócio automóvel da SAG, constituído pelas seguintes sociedades do grupo:

- a) AA00 – Sociedade de Formação Profissional e Consultoria Técnica, S.A.;
- b) Globalrent – Sociedade Portuguesa de Rent-A-Car, Unipessoal, Lda.;
- c) SIVA Serviços – Assessoria Financeira e Administrativa, S.A.;
- d) SIVA – Sociedade Importadora de Veículos Automóveis, S.A.;
- e) Soauto SGPS, S.A.

Depois de concluída a operação acima descrita a SAG ficará a deter a totalidade das UP's do fundo imobiliário Imocar e uma participação de 40% na Sociedade Autolombos. O processo de

reestruturação inerente a esta transação com a Porsche Holdings irá dotar a SAG de uma estrutura de capitais adequada e que lhe permita desenvolver os negócios que permanecem em bases sólidas e sustentáveis.

IX. APLICAÇÃO DE RESULTADOS

No exercício de 2018, o Grupo SAG apresentou um Resultado Líquido Consolidado negativo em Eur mil 186.827,7 e um Resultado Líquido nas Contas Separadas negativo em Eur mil 177.130,9, que se propõe que seja integralmente aplicado em resultados transitados.

X. MENÇÕES OBRIGATÓRIAS

- a) De acordo com o Artigo 21º do Decreto-Lei 411/91 e Artigo 2º de Decreto-Lei 534/80, confirma-se que as Empresas do perímetro de consolidação têm a sua situação regularizada perante a Segurança Social, não existindo igualmente quaisquer dívidas em mora ao Sector Público.
- b) Os eventos subsequentes que requerem divulgação encontram-se relatados no ponto VIII B do Relatório de Gestão, na nota 2.6 – Julgamentos da Gestão e 42 – Eventos Subsequentes das Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas.
- c) Não ocorreram quaisquer aquisições ou alienações de Ações Próprias durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.
- d) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 não se realizaram quaisquer negócios entre as Empresas do perímetro de consolidação e os Membros do seu Conselho de Administração.

XI. NOTA FINAL

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, o Conselho de Administração submete à apreciação dos Acionistas o Relatório e Contas Consolidado, referente ao exercício de 2018, na firme convicção de que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação nele contida foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da SAG Gest e das Empresas incluídas no perímetro da consolidação, e que o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da SAG Gest e das Empresas incluídas no perímetro da consolidação e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

Alfragide, 8 de Maio de 2019

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

João Manuel de Quevedo Pereira Coutinho

Esmeralda da Silva Santos Dourado

Pedro Roque de Pinho de Almeida

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS 2018

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS E DE OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL CONSOLIDADO							
(Montantes em Milhares de Euros) Ilhares de Euros)							
	Notas	Período de 12 meses findo em 31 de Dezembro			Período de 3 meses findo em 31 de Dezembro		
		2018	2017 Ajustado	2017 Reportado	2018	2017 Ajustado	2017 Reportado
Proveitos							
Vendas	5	-	-	608 522,9	-	-	141 947,9
Prestações de Serviços	5	-	95,6	11 184,6	-	95,6	3 061,9
Volume de Negócios	5	-	95,6	619 707,5	-	95,6	145 009,8
Custo das Vendas	2.5.7	-	-	(562 310,0)	-	-	(133 231,1)
Margem com Serviços		-	95,6	57 397,5	-	95,6	11 778,7
Outros Ganhos Operacionais	6	8 083,0	367,7	24 046,7	7 963,5	109,7	3 264,6
Outras Gastos Operacionais	7	(8 340,7)	(177,1)	(19 375,8)	(8 171,2)	(37,8)	(4 657,8)
Imparidades em Dívidas a Receber	24	-	(8,9)	(38,5)	-	(1,6)	(29,3)
Imparidades em Empresas do Grupo	15	(141 313,4)	-	-	(141 313,4)	-	-
Imparidades em Inventários	23	-	-	(7 137,8)	-	-	(4 280,2)
Margem de Contribuição		(141 571,2)	277,4	54 892,1	(141 521,1)	165,9	6 076,0
Custos Variáveis							
Fornecimentos e Serviços de Terceiros - Custos Comerciais	8	(30,0)	(35,0)	(12 486,4)	(3,7)	(10,3)	(3 860,8)
Fornecimentos e Serviços de Terceiros - Custos com Viaturas	9	(23,3)	(37,0)	(2 551,5)	(5,5)	(9,2)	(991,1)
Sub-Total - Custos Variáveis		(53,3)	(72,0)	(15 038,0)	(9,2)	(19,4)	(4 851,9)
Margem Variável		(141 624,4)	205,4	39 854,2	(141 530,4)	146,4	1 224,1
Custos de Estrutura							
Fornecimentos e Serviços de Terceiros - Custos de Estrutura	10	(1 267,7)	(2 195,7)	(14 569,6)	(934,8)	(550,9)	(3 878,6)
Gastos com Pessoal	11	(1 215,0)	(1 520,6)	(22 596,4)	(201,0)	(371,3)	(6 023,1)
Sub-Total - Custos de Estrutura		(2 482,7)	(3 716,3)	(37 166,0)	(1 135,7)	(922,2)	(9 901,7)
Resultado Operacional (EBITDA)		(144 107,1)	(3 511,0)	2 688,2	(142 666,1)	(775,8)	(8 677,6)
Imparidades em Activos Fixos Tangíveis	18	(1 123,3)	-	-	(1 123,3)	-	-
Amortizações e Depreciações	18 e 20	(353,4)	(354,8)	(2 359,2)	(88,4)	(88,9)	(561,4)
Ganhos e (Perdas) em vendas de Activos Fixos Tangíveis	12	(28,9)	(10,0)	(10,0)	(6,6)	(15,6)	(15,6)
Resultado Antes de Impostos e Encargos Financeiros (EBIT)		(145 612,7)	(3 875,7)	319,0	(143 884,4)	(880,2)	(9 254,6)
Gastos Financeiros	13	(4 120,9)	(2 919,9)	(17 537,5)	(2 025,8)	(762,2)	(4 281,0)
Ganhos Financeiros	14	2 932,1	1 399,9	1 470,3	1 871,3	335,7	326,5
Ganhos / (Perdas) em Empresas do Grupo	15	(260,6)	(3,5)	(3,5)	(260,6)	(9,9)	(9,9)
Ganhos / (Perdas) em Propriedades de Investimento	22	25,2	16,4	16,4	25,2	,4	,4
Resultado Antes de Imposto (EBT)		(147 036,9)	(5 383,0)	(15 735,3)	(144 274,3)	(1 316,2)	(13 218,6)
Imposto Sobre o Rendimento	16	(7 665,7)	746,7	2 097,9	(7 652,9)	1 119,2	3 227,0
Resultado Líquido antes de Operações Descontinuadas		(154 702,7)	(4 636,2)	(13 637,4)	(151 927,2)	(197,0)	(9 991,6)
Resultado Corrente de Operações Descontinuadas	4	(32 125,1)	(9 001,2)	-	(22 545,7)	(9 794,6)	-
Resultado Líquido do Exercício		(186 827,7)	(13 637,4)	(13 637,4)	(174 472,9)	(9 991,6)	(9 991,6)
Atribuível a:							
Accionistas da SAG GEST SGPS, SA	17	(186 844,5)	(13 777,9)	(13 777,9)	(174 472,9)	(9 991,6)	(10 011,5)
Interesses que não Controlam	32	16,8	140,5	140,5	-	-	19,8
Rendimento Integral de Operações Continuadas e Descontinuadas		(186 827,7)	(13 637,4)	(13 637,4)	(174 472,9)	(9 991,6)	(9 991,6)
Resultado Líquido Por Acção Básico e Diluído:							
Resultado por acção com base no Resultado Líquido antes de Operações Descontinuadas (Eur)	17	(1,0112)	(0,0303)	(0,0891)	(0,9930)	(0,0013)	(0,0653)
Resultado por acção com base no Resultado Líquido do Ano (Eur)	17	(1,2211)	(0,0891)	(0,0891)	(1,1404)	(0,0653)	(0,0654)

As Notas Anexas constituem parte integrante da Demonstração Financeira supra mencionada

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÃO DA SITUAÇÃO PATRIMONIAL CONSOLIDADA			
		(Montantes em Milhares de Euros)	
	Notas	Dezembro 2018	Dezembro 2017
Activos Não Correntes			
Activos Fixos Tangíveis	18	44 001,1	65 370,8
Activos Intangíveis - "Goodwill"	19	-	10 653,2
Activos Intangíveis - Outros	20	-	362,4
Investimentos em Associadas - MEP	21	10,9	(0,0)
Devedores e Outros Activos - Entidades Relacionadas	25 e 36	-	139 580,8
Propriedades de Investimento	22	470,5	1 039,0
Imposto Diferido Activo	16	419,3	7 089,6
Total - Activos Não Correntes		44 901,8	224 095,8
Activos Correntes			
Inventários	23	-	216 796,7
Devedores e Outros Activos - Clientes	24	188,7	28 574,1
Devedores e Outros Activos - Entidades Relacionadas	25 e 36	1 881,1	864,2
Devedores e Outros Activos - Outros	26	36,2	6 055,2
Gastos a Reconhecer	27	5,8	1 944,5
Acréscimos de Rendimentos	28	-	34 199,9
Imposto Corrente Sobre o Rendimento	16	4 655,3	8 379,3
Outros Impostos	29	278,3	21 625,9
Depósitos a Prazo	30	2 146,0	3 196,0
Caixa e Equivalentes de Caixa	30	1 254,2	4 396,9
Total - Activos Correntes		10 445,5	326 032,7
Activos não correntes detidos para venda	4	217 416,8	
Total do Activo		272 764,0	550 128,5
Capital Próprio			
Capital Social	14 e 31	169 764,4	169 764,4
Acções Próprias - Valor Nominal	14 e 31	(16 771,0)	(16 771,0)
Acções Próprias - Descontos e Prémios	31	(16 367,8)	(16 367,8)
Prémios de Emissão	31	149 664,3	149 664,3
Prestações Acessórias	31	135 171,9	135 171,9
Reservas:			
Reservas Legais	31	15 172,5	15 077,1
Outras Reservas	31	-	8 132,1
Resultados Transitados	2,4 e 31	(430 403,6)	(424 933,8)
Ajustamentos da Primeira Consolidação	2,4 e 32	(268 649,7)	(268 649,7)
Resultados Transitados	32	(161 753,9)	(156 284,1)
Resultado Líquido do Exercício	17	(186 844,5)	(13 777,9)
Sub Total		(180 613,8)	5 959,3
Interesses que Não Controlam	32	1 507,6	1 490,8
Total do Capital Próprio		(179 106,2)	7 450,0
Passivos não Correntes			
Empréstimos	33	38 997,6	44 097,6
Imposto Diferido Passivo	16	3 076,5	3 913,1
Total - Passivos Não Correntes		42 074,1	48 010,7
Passivos Correntes			
Empréstimos	33	33 319,7	88 667,1
Credores e Outros Passivos - Fomecedores	34	26 681,5	283 752,1
Credores e Outros Passivos - Outros	35	40,2	11 512,7
Credores e Outros Passivos (Curto Prazo) - Entidades Relacionadas	36	32,8	,0
Acréscimos de Gastos	37	538,4	23 274,5
Rendimentos a Reconhecer	38	-	38 079,8
Imposto Corrente Sobre o Rendimento	16	772,1	502,2
Outros Impostos	29	220,7	48 879,5
Total - Passivos Correntes		61 605,4	494 667,8
Passivos associados a Activos não correntes detidos para venda	4	348 190,8	
Total do Passivo		451 870,3	542 678,5
Total do Capital Próprio e do Passivo		272 764,0	550 128,5

As Notas Anexas constituem parte integrante da Demonstração Financeira supra mencionada

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS			
(Montantes em Milhares de Euros)			
	Notas	Dezembro 2018	Dezembro 2017
Resultado Líquido do Exercício		(186 827,7)	(13 637,4)
Itens Não Monetários			
Amortizações, Depreciações e Ajustamentos	12, 18 e 20	353,4	2 369,2
Perdas por Imparidade em Dívidas a Receber	24	-	38,5
Perdas por Imparidade em Inventários	23	-	7 137,8
Estimativa de imposto sobre o rendimento	16	7 665,7	(2 097,9)
Ganhos / (Perdas) em Empresas do Grupo	15	142 400,6	-
Empréstimos - reconhecimento custo amortizado	33	1 574,7	480,1
Total Itens Não Monetários		151 994,4	7 927,7
Itens Não Monetários de Operações Descontinuadas		23 670,0	
Res. Líquido Ajustado de Itens Não Monetários		(11 163,3)	(5 709,7)
Pagamentos de Impostos Sobre o Rendimento		(856,2)	(748,8)
Pagamentos de Impostos Sobre o Rendimento de Operações Descontinuadas		1 320,1	
Resultado Monetário		(10 699,3)	(6 458,5)
Fundo de Maneio			
Cientes		(170,5)	11 828,8
Utilização de Ajustamentos em Dívidas a Receber		-	(59,0)
Fornecedores		179,9	(470,6)
Inventários		-	(32 303,2)
Acréscimos e Diferimentos		(116,7)	12 081,6
Outros Devedores e Credores		(1,9)	(3 862,1)
Impostos - Excluindo Imposto sobre o Rendimento		13 993,5	(5 989,3)
Total Fundo de Maneio		13 884,3	(18 773,7)
Fundo de Maneio de Operações Descontinuadas		2 323,1	
Fluxos Líquidos Gerados pela Actividade Operacional		5 508,0	(25 232,2)
Empresas Associadas			
Operações de Tesouraria com Empresas Associadas		(2 786,4)	(1 281,8)
Total Saldos Empresas Associadas		(2 786,4)	(1 281,8)
Saldos Empresas Associadas das Operações Descontinuadas		(2 527,0)	
Fluxo das Actividades de Investimento			
Aquisições/Venda Activos Fixos		(1 305,3)	(1 937,8)
Utilização Amortizações e Depreciações		(13,9)	(744,1)
Aquisições/Venda Activos Financeiros		557,7	(12,5)
Depósitos a Prazo		-	-
Total das Actividades de Investimento		(761,5)	(2 694,4)
Actividades de Investimento de Operações Descontinuadas		(9 385,4)	
Fluxos das Actividades de Financiamento			
Empréstimos Bancários	33	1 164,4	24 946,8
Total das Actividades de Financiamento		1 164,4	24 946,8
Actividades de Financiamento de Operações Descontinuadas		10 009,3	
Total Fluxos Líquidos		1 221,4	(4 261,6)
Caixa e Seus Equivalentes no Início do Período	30	4 396,9	8 658,5
Caixa e Seus Equivalentes no Fim do Período	30	5 618,3	4 396,9
Variação de Caixa e Seus Equivalentes		1 221,4	(4 261,6)

As Notas Anexas constituem parte integrante da Demonstração Financeira supra mencionada

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração



Soluções Automóvel Globais

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO CONSOLIDADO												
	Capital	Acções Próprias (Valor Nominal)	Acções Próprias (Descontos e Prémios)	Prémio de Emissão	Prestações Acessórias	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultado Transitado	Resultado Líquido do Exercício	Total	(Montantes Milhares de Euros) Interesses que Não Controlam	Total Capital Próprio
Notas	31	31	31	31	31	31	31	2.4 e 31	17		32	
A 1 Janeiro de 2018												
Saldo inicial	169 764,4	(16 771,0)	(16 367,8)	149 664,3	135 171,9	15 077,1	8 132,1	(424 933,8)	(13 777,9)	5 959,3	1 490,8	7 450,0
Resultado Líquido do Exercício de Operações continuadas	-	-	-	-	-	-	-	-	(154 719,5)	(154 719,5)	16,8	(154 702,7)
Resultado Líquido do Exercício de Operações Descontinuadas	-	-	-	-	-	-	-	-	(32 125,1)	(32 125,1)	-	(32 125,1)
TOTAL DO RESULTADO INTEGRAL	-	-	-	-	-	-	-	-	(186 844,5)	(186 844,5)	16,8	(186 827,7)
Aplicação do Resultado Líquido do exercício anterior	-	-	-	-	-	95,4	-	(13 873,3)	13 777,9	-	-	-
Outras Variações	-	-	-	-	-	-	-	271,5	-	271,5	-	271,5
Reclassificação para Resultados Transitados	-	-	-	-	-	-	(8 132,1)	8 132,1	-	-	-	-
A 31 de Dezembro de 2018	169 764,4	(16 771,0)	(16 367,8)	149 664,3	135 171,9	15 172,5	(0,0)	(430 403,6)	(186 844,5)	(180 613,8)	1 507,6	(179 106,2)

	Capital	Acções Próprias (Valor Nominal)	Acções Próprias (Descontos e Prémios)	Prémio de Emissão	Prestações Acessórias	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultado Transitado	Resultado Líquido do Exercício	Total	Interesses que Não Controlam	Total Capital Próprio
A 1 Janeiro de 2017												
Saldo inicial	169 764,4	(16 771,0)	(16 367,8)	149 664,3	135 171,9	14 916,1	8 132,1	(423 927,2)	(1 158,0)	19 424,8	1 662,6	21 087,4
Resultado Líquido do Exercício de Operações continuadas	-	-	-	-	-	-	-	-	(4 776,8)	(4 776,8)	140,5	(4 636,2)
Resultado Líquido do Exercício de Operações Descontinuadas	-	-	-	-	-	-	-	-	(9 001,2)	(9 001,2)	-	(9 001,2)
TOTAL DO RESULTADO INTEGRAL	-	-	-	-	-	-	-	-	(13 777,9)	(13 777,9)	140,5	(13 637,4)
Aplicação do Resultado Líquido do exercício anterior	-	-	-	-	-	161,0	-	(1 319,0)	1 158,0	-	-	-
Reclassificação Interesses que não controlam	-	-	-	-	-	-	-	312,4	-	312,4	(312,4)	-
A 31 de Dezembro de 2017	169 764,4	(16 771,0)	(16 367,8)	149 664,3	135 171,9	15 077,1	8 132,1	(424 933,8)	(13 777,9)	5 959,3	1 490,8	7 450,0

As Notas Anexas constituem parte integrante da Demonstração Financeira supra mencionada

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

SAG GEST – Soluções Automóvel Globais, SGPS, SA – Sociedade Aberta

Sede: Estrada de Alfragide, nº 67 Amadora

Capital Social: Eur 169.764.398,00

Matriculada na Conservatória do Registo Comercial da Amadora

Número Único de Matricula e de Identificação Fiscal 503 219 886

Escritório: Alfrapark – Estrada de Alfragide, nº 67, Edifício SGC – Piso 2

2614-519 Amadora

Tel: 21 359 66 64

Fax: 21 359 66 74

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS 2018

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

31 DE DEZEMBRO DE 2018

1. INFORMAÇÃO GERAL SOBRE A ACTIVIDADE

O objeto social da SAG Gest, que tem sede social na Estrada de Alfragide nº 67, em Alfragide, Amadora, Portugal, é a gestão de participações sociais.

As Ações da SAG Gest encontram-se cotadas na NYSE Euronext Lisboa, desde junho de 1998, sendo o Dr. João Pereira Coutinho o último detentor de uma participação qualificada de 80.08% do capital social.

As Demonstrações Financeiras Consolidadas da SAG Gest - Soluções Automóvel Globais SGPS, SA (abreviadamente SAG Gest) referidas a 31 de dezembro de 2018 foram aprovadas e autorizadas para divulgação pelo Conselho de Administração em 8 de maio de 2019.

Na opinião do Conselho de Administração as Demonstrações Financeiras Consolidadas da SAG Gest referidas a 31 de dezembro de 2018 refletem de forma verdadeira e apropriada as operações consolidadas, bem como a posição financeira consolidada e os fluxos de caixa consolidados da SAG Gest e das Entidades incluídas no perímetro de consolidação.

Os Acionistas têm a capacidade de alterar as Demonstrações Financeiras Consolidadas da SAG Gest referidas a 31 de dezembro de 2018 após a sua aprovação para emissão pelo Conselho de Administração.

As Demonstrações Financeiras são consolidadas em Portugal.

O perímetro de consolidação liderado pela SAG Gest é constituído por Entidades que atuam em diferentes áreas de negócio, que incluem:

- o comércio de distribuição e retalho de viaturas novas das marcas Volkswagen, Volkswagen – Veículos Comerciais, Audi, Škoda, Bentley e Lamborghini
- o comércio de distribuição e retalho de peças e acessórios para veículos automóveis
- a prestação de serviços de após venda (reparação e manutenção) de veículos automóveis
- a comercialização de viaturas usadas multimarca
- a preparação de viaturas novas e a reparação de carroçarias
- a formação Automóvel de Colaboradores das Redes de Concessionários das Marcas Volkswagen, Volkswagen – Veículos Comerciais, Audi e Škoda
- a prestação de serviços de aluguer de viaturas sem condutor (“Rent-a-Car”)

Em 31 de dezembro de 2018 foram reclassificados para ativos não correntes detidos para venda os montantes referentes aos negócios de distribuição, retalho, formação e “rent-a-car”, na sequência do acordo estabelecido entre a SAG Gest a Porsche Holding GmbH (PHS), com sede em Salzburg, o Banco Comercial Português, S.A., o Banco BPI, S.A., a Caixa Geral de Depósitos, S.A. e o Novo Banco, S.A, divulgado em maior detalhe na nota 43 – Eventos Subsequentes.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1 Bases de Preparação

As Demonstrações Financeiras Consolidadas da SAG Gest foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro adotadas pela União Europeia (“IFRS”), emitidas e em

vigor ou emitidas e adotadas antecipadamente à data de 1 de janeiro de 2018. Estas correspondem às Normas Internacionais de Relato Financeiro emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (“IFRIC”), ou pelo anterior Standing Interpretations Committee (“SIC”), em vigor à data de preparação das referidas demonstrações financeiras.

Na preparação das Demonstrações Financeiras Consolidadas, a SAG Gest seguiu a convenção do custo histórico, modificada, quando aplicável, pela mensuração ao justo valor de ativos financeiros ao justo valor através de resultados.

A preparação das Demonstrações Financeiras Consolidadas em conformidade com as IFRS requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela SAG Gest, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência da Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que os pressupostos e as estimativas sejam significativos são apresentadas na Nota 2.6 – Julgamentos da Gestão e Nota 2.7 – Estimativas Significativas.

As Demonstrações Financeiras Consolidadas da SAG Gest, assim como as Demonstrações Financeiras Separadas das Entidades que integram o atual perímetro de consolidação da SAG Gest (apresentadas na Nota 3 – Entidades Consolidadas) reportam-se aos doze meses findos em 31 de dezembro de 2018 e foram preparadas utilizando políticas contabilísticas consistentes entre elas.

Todos os valores constantes das Notas onde não esteja indicada unidade monetária distinta estão expressos em milhares de Euros (Eur mil).

2.2 Declaração de Conformidade

Na opinião do conselho de Administração, as demonstrações financeiras da SAG Gest referidas a 31 de dezembro de 2018 refletem de forma verdadeira e apropriada as operações do Grupo, bem como a sua posição financeira e fluxos de caixa, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), tal como adotadas na União Europeia, em vigor a 1 de janeiro de 2018.

2.3 Alterações de Políticas Contabilísticas

2.3.1 Novas Normas, alterações e Interpretações aplicáveis ao exercício iniciado em 1 de janeiro de 2018

A União Europeia (UE) endossou, para produzirem efeitos a partir de 1 de janeiro de 2018, as emissões, revisões, alterações e melhorias das Normas e Interpretações, indicadas no quadro seguinte:

Alterações com efeitos nos Exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2018		
Norma	Alteração	Aplicação obrigatória nos Exercícios iniciados em ou após
IFRS 15 – Rédito de contratos com clientes	Reconhecimento do rédito relacionado com a entrega de ativos e prestação de serviços, pela aplicação o método das 5 etapas.	1 de Janeiro de 2018
Alterações à IFRS 15 – Rédito de contratos com clientes	Identificação das obrigações de desempenho, momento do reconhecimento do rédito de licenças PI, revisão dos indicadores para a classificação da relação principal versus agente, e novos regimes para a simplificação da transição.	1 de Janeiro de 2018
IFRS 9 – Instrumentos financeiros	Nova norma para o tratamento contabilístico de instrumentos financeiros	1 de Janeiro de 2018
IFRS 4 – Contratos de seguro (aplicação da IFRS 4 com a IFRS 9)	Isenção temporária da aplicação da IFRS 9 para as seguradoras para os exercícios que se iniciem antes de 1 de janeiro de 2021. Regime específico para os ativos no âmbito da IFRS 4 que qualificam como ativos financeiros ao justo valor por via dos resultados na IFRS 9 e como ativos financeiros ao custo amortizado na IAS 39, sendo permitida a classificação da diferença de mensuração no Outro rendimento integral.	1 de Janeiro de 2018
IFRS 2 – Pagamentos baseados em ações	Mensuração de planos de pagamentos baseados em ações liquidados financeiramente, contabilização de modificações, e a classificação dos planos de pagamentos baseados em ações como liquidados em capital próprio, quando o empregador tem a obrigação de reter imposto.	1 de Janeiro de 2018
IAS 40 – Propriedades de investimentos	Clarificação de que é exigida evidência de alteração de uso para efetuar a transferências de ativos de e para a categoria de propriedades de investimento.	1 de Janeiro de 2018
Melhorias às normas 2014 – 2016	Clarificações várias: IFRS 1, IFRS 12 e IAS 28	1 de Janeiro de 2018
IFRIC 22 – Transações em moeda estrangeira e contraprestação adiantada	Taxa de câmbio a aplicar quando a contraprestação é recebida ou paga antecipadamente.	1 de Janeiro de 2018

A SAG Gest procedeu à análise dos possíveis efeitos que as emissões, revisões, alterações e melhorias às Normas e Interpretações acima referidas tiveram nas suas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Foram adotadas pela primeira vez as novas normas IFRS 9 - Instrumentos Financeiros e IFRS 15 - Rédito de Contratos com Clientes, não tendo havido reexpressão das Demonstrações Financeiras Consolidadas comparativas. Conforme requerido pela IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras, a natureza e os efeitos destas alterações são os divulgados na Nota 2.1.1.1 – Políticas contabilísticas pela adoção da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros e Nota 2.1.1.2 – Políticas contabilísticas pela adoção da IFRS 15 – Rédito de Contratos de Clientes. No que diz respeito às restantes normas, a SAG Gest concluiu que não existem impactos significativos decorrentes destas alterações nas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

2.3.1.1 Adoção da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros

A IFRS 9 – Instrumentos Financeiros substitui a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e engloba cinco vertentes: i) Reconhecimento ii) Classificação e mensuração iii) Imparidade iv) Contabilidade de Cobertura e v) Desreconhecimento.

A SAG Gest analisou as alterações decorrentes da adoção da IFRS 9 nos seus ativos e passivos financeiros, de forma a identificar e avaliar os impactos qualitativos e quantitativos da adoção da Norma.

Esta norma foi adotada, na data de sua aplicação obrigatória, com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2018, sem reexpressão da informação comparativa, ou qualquer impacto reconhecido nos Resultados Transitados a essa data, conforme previsto na norma

Com a adoção da IFRS 9, a SAG Gest avaliou quais os modelos de negócio que se aplicavam aos seus ativos financeiros e as características dos fluxos de caixa contratuais, à data de aplicação inicial da IFRS 9 (1 de janeiro de 2018) tendo identificado alterações na mensuração associada à classificação dos seus instrumentos financeiros para as novas categorias da IFRS 9. No que respeita à rubrica Devedores e outros ativos – clientes foram identificados 2 modelos de negócio distintos:

- i) ativos financeiros detidos exclusivamente para o recebimento de fluxos de caixa contratuais e os fluxos de caixa recebidos consistem apenas em capital e juros, pelo que se encontram mensurados ao custo amortizado.

- ii) Outros ativos financeiros como instrumentos de dívida em que o modelo de negócio é deter para vender pelo que se encontram mensurados ao justo valor por resultados.

Assim procedeu-se à seguinte classificação dos instrumentos financeiros nas categorias previstas na IFRS 9:

	Notas	Justo valor através de resultados	Custo amortizado	Operações Descontinuadas
Ativos financeiros Correntes				
Devedores e Outros Ativos - Clientes	26	6 230,9	-	-
Devedores e Outros Ativos - Clientes	26	-	15 037,6	21 079,8
Devedores e Outros Ativos - Entidades Relacionadas	25	-	4 477,9	2 596,9
Devedores e Outros Ativos - Outros	27	-	4 336,9	4 300,7
Acréscimos de Rendimentos	28	-	23 029,5	23 029,5
Depósitos a Prazo	30	-	11 921,5	9 775,5
Caixa e equivalentes de caixa	30	-	5 618,3	4 364,1
Total		6 230,9	64 421,7	65 146,5

A reclassificação de alguns ativos para o justo valor não gerou ajustamentos significativos. Relativamente aos restantes ativos também não se verificaram alterações de valor, uma vez que a aplicação dos novos critérios de classificação da IFRS 9 não alterou o modelo de mensuração dos ativos antes de perdas de imparidade, continuando a ser aplicado o custo amortizado.

Imparidade de ativos financeiros

A aplicação da IFRS 9 obriga à determinação das perdas de imparidade com base no modelo das perdas de crédito estimadas, em vez da avaliação efetuada com base nas perdas incorridas conforme previsto na IAS 39.

A SAG Gest detém quatro naturezas de ativos financeiros sujeitos ao novo modelo de perdas de crédito previsto na IFRS 9:

Devedores e Outros Ativos – Clientes
 Devedores e Outros Ativos – Entidades relacionadas
 Devedores e Outros Ativos – Outros
 Acréscimos de rendimentos
 Depósitos a Prazo
 Caixa e Equivalentes de Caixa

A SAG Gest reviu a sua metodologia de cálculo e reconhecimento de perdas de imparidade, de modo que a mesma seja consistente com os princípios da IFRS 9, para cada uma das suas classes de ativos financeiros.

a) Clientes, Outros e Acréscimos de rendimentos

No que se refere aos saldos de Clientes, Outros e Acréscimos de rendimentos, é aplicada a abordagem simplificada da IFRS 9, de acordo com a qual as perdas de imparidade estimadas são reconhecidas desde o reconhecimento inicial dos saldos e pelo período da maturidade dos mesmos, considerando uma matriz de taxas de incumprimento históricas para a maturidade dos saldos, ajustados por estimativas prospetivas.

b) Empréstimos concedidos a entidades relacionadas

Os empréstimos concedidos a entidades relacionadas foram considerados de modo a que as perdas de imparidade sejam determinadas avaliando as perdas estimadas dos próximos 12 meses, conforme o modelo geral das perdas estimadas de imparidade.

Da análise efetuada concluiu-se que não existe impacto nos resultados transitados provocado pela adoção do modelo de imparidade da IFRS 9 a 1 de janeiro de 2018 não tendo por isso sido efetuado qualquer ajustamento em resultados transitados decorrente da adoção deste normativo.

2.3.1.2 Adoção da IFRS 15 – Rédito de Contratos de Clientes

A IFRS 15 vem substituir a IAS 11 - Contratos de construção, a IAS 18 - Rédito e Interpretações relacionadas, sendo o seu enfoque no controlo. Esta norma estabelece um modelo de cinco passos para reconhecimento do rédito resultante destes contratos, e prevê que esse reconhecimento seja feito pelo valor que a entidade espera receber do cliente em troca dos bens vendidos ou serviços prestados.

De acordo com as disposições transitórias da IFRS 15, esta norma foi adotada com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2018 utilizando o método retrospectivo modificado, pelo que se mantém a informação comparativa à data de aplicação em conformidade com a IAS 11 e IAS 18, sendo o efeito cumulativo da adoção da norma reconhecido em Resultados Transitados.

Da adoção não resultou qualquer efeito nos Resultados Transitados àquela data.

De acordo com este método a IFRS 15 foi aplicada apenas aos contratos em vigor à data da adoção da norma.

A SAG Gest procedeu à análise do âmbito dos contratos com clientes sendo os principais os seguintes:

- Venda de viaturas adquiridas
- Viaturas em regime de Buy Back
- Prestação de serviços de reparação
- Venda de peças e acessórios

Todas as transações correspondem a obrigações de desempenho separadas e independentes e cada venda/prestação envolve apenas uma obrigação de performance. A definição dos preços não incorpora uma componente financeira significativa nem uma contraprestação monetária. A definição dos preços no que respeita essencialmente à venda de viaturas envolve contraprestações variáveis mas que não exigem incertezas durante um período longo de tempo nem suscetibilidade a fatores incontrolláveis.

A SAG Gest após a sua análise concluiu que não existem impactos tanto em termos de reclassificações como ajustamentos decorrentes da adoção da IFRS 15.

2.3.2 Novas Normas e Interpretações emitidas, aplicáveis aos exercícios iniciados após 1 de janeiro de 2019

As novas Normas e Interpretações, emendas e revisões emitidas pelo IASB, já endossadas pela União Europeia (UE), que ainda não são de aplicação obrigatória no presente exercício, são indicadas no quadro seguinte:

Alterações com efeitos nos Exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2019, já endossadas pela EU		
Norma	Alteração	Aplicação obrigatória nos Exercícios iniciados em ou após
IFRS 16 – Locações	Nova definição de locação. Nova contabilização dos contratos de locação para os locatários. Não existem alterações à contabilização das locações pelos locadores.	1 de Janeiro de 2019
IFRS 9 – Instrumentos financeiros	Opções de tratamento contabilístico de ativos financeiros com compensação negativa.	1 de Janeiro de 2019
IFRIC 23 – Incertezas sobre o tratamento de imposto sobre o rendimento	Clarificação relativa à aplicação dos princípios de reconhecimento e mensuração da IAS 12 quando há incerteza sobre o tratamento fiscal de uma transação, em sede de imposto sobre o rendimento.	1 de Janeiro de 2019

A IFRS 16 – Locações foi publicada em janeiro de 2016 e substitui a IAS 17 – Locações, a IFRIC 4 – Determinar se um Acordo contém uma Locação, a SIC-15 – Locações Operacionais – Incentivos e a SIC-27 – Avaliação da Substância de Transações que Envolvam a Forma Legal de uma Locação. A IFRS 16 define os princípios de reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação das locações e exige que os locatários contabilizem todas as locações de acordo com um único modelo semelhante à contabilização das locações financeiras definida pela IAS 17. A norma inclui duas exceções no reconhecimento para os locatários – as locações de ativos de “baixo-valor” (por exemplo, computadores) e as locações de curto-prazo (i.e., locações com um prazo de locação igual ou inferior a 12 meses). Na data de começo da locação, o locatário irá reconhecer uma obrigação de efetuar os pagamentos da locação (i.e., o passivo da locação) e um ativo representante do direito de uso do ativo durante o termo da locação (i.e., um ativo de direito de uso). Os locatários terão de reconhecer separadamente as despesas relacionadas com os juros do passivo de locação e as despesas de depreciação do ativo de direito de uso.

Os locatários terão também de remensurar o passivo da locação na ocorrência de certos eventos (por exemplo, uma mudança no prazo da locação, uma mudança nos pagamentos futuros da locação que resultem de uma variação num índice ou taxa utilizada para a determinação desses pagamentos). O locatário irá geralmente reconhecer o montante da remensuração do passivo da locação como um ajuste ao ativo de direito de uso.

A contabilização por parte do locador de acordo com a IFRS 16 mantém-se substancialmente inalterada relativamente à prática atual definida pela IAS 17. Os locadores irão continuar a classificar todas as locações usando os princípios de classificação iguais aos da IAS 17 e a distinguir entre dois tipos de locação: locação operacional e financeira.

Transição para a IFRS 16

A SAG Gest não adotou antecipadamente a IFRS 16. No que se refere à aplicação enquanto locatário, planeia, na transição a partir de 1 de janeiro de 2019, adotar a IFRS 16 utilizando o método retrospectivo modificado e, portanto, manter o comparativo à data de aplicação em conformidade com a IAS 17 e a IFRIC 4. Será também aplicado o expediente prático de, na transição, considerar locações operacionais identificadas no âmbito da IAS 17 e IFRIC 4.

Durante 2018, efetuou-se uma estimativa do impacto da IFRS 16, e à data de reporte, o Grupo estimou os compromissos com locações no âmbito da IFRS 16 como ascendendo ao montante reportado nas tabelas seguintes:

Impacto estimado na demonstração da posição financeira (aumento/(redução)) a 01 de janeiro de 2019:

	Operações descontinuadas	
ATIVO		
Ativos Fixos Tangíveis (ativos de direito de uso)	16 489,7	15 982,8
	16 489,7	15 982,8
PASSIVO		
Passivo da locação	16 489,7	15 982,8
	16 489,7	15 982,8

O Grupo utiliza na estimativa o expediente prático permitido pelo método de adoção escolhido e exclui na transição os custos diretos iniciais da mensuração do ativo de direito de uso. A taxa de juro incremental média utilizada na estimativa cifra-se nos 3%.

Impacto estimado na demonstração dos resultados e de outro rendimento integral consolidado. (aumento/(redução)) em 2019:

	Operações descontinuadas	
Gastos de depreciação	3 775,4	3 690,9
Resultados operacionais	3 775,4	3 690,9
Custos de financiamento	722,4	708,5
Resultado líquido do exercício	4 497,8	4 399,4
Reconhecimento segundo IAS 17	4 025,3	3 933,1
Impacto estimado IFRS 16 - 2019	472,5	466,3

Devido à adoção da IFRS 16, o resultado operacional do Grupo melhorará, enquanto os seus custos de financiamento irão aumentar. Devido às alterações no reconhecimento das despesas das locações que eram anteriormente classificadas como locações operacionais de acordo com a IAS 17, espera-se um impacto negativo da implementação no resultado no primeiro ano de implementação.

O Grupo irá utilizar as exceções aplicáveis à norma para os contratos de locação cujo prazo da locação termina durante os 12 meses seguintes à data de aplicação inicial, e para os contratos de locação cujo ativo subjacente é de “baixo-valor”. Assim sendo, irá reconhecer os pagamentos relativos a estas locações como despesas, na demonstração dos resultados, ao longo do termo da locação.

Para além das alterações mencionadas supra a SAG Gest, concluiu que não existem outros impactos significativos nas suas Demonstrações Financeiras Consolidadas decorrentes das restantes normas.

2.3.3 Novas Normas e Interpretações já emitidas, ainda não endossadas pela União Europeia

As novas Normas e Interpretações, emendas e revisões emitidas pelo IASB, ainda não endossadas pela União Europeia (UE), que ainda não são de aplicação obrigatória pela União Europeia, são indicadas no quadro seguinte:

Alterações com efeitos nos Exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2018, ainda não endossadas pela EU		
Norma	Alteração	Aplicação obrigatória nos Exercícios iniciados em ou após
IAS 19 – Benefícios dos empregados	Obriga a usar pressupostos atualizadas para o cálculo das responsabilidades remanescentes, com impacto na demonstração dos resultados, exceto quanto à diminuição de qualquer excesso enquadrado no âmbito do “asset ceiling”.	1 de Janeiro de 2019
IAS 28 – Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	Clarificação quanto aos investimentos de longo-prazo em associadas e empreendimentos conjuntos que não estão a ser mensurados através do método de equivalência patrimonial.	1 de Janeiro de 2019
IFRS 3 – Concentrações de atividades empresariais	Alteração da definição de negócio.	1 de Janeiro de 2020
IAS 1 – Apresentação das demonstrações financeiras; IAS 8 – Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	Atualização da definição de material.	1 de Janeiro de 2020
Melhorias às normas 2015 – 2017	Clarificações várias: IAS 23, IAS 12, IFRS 3 e IFRS 11	1 de Janeiro de 2019
Estrutura concetual – Alterações na referência a outras IFRS	Alteração a algumas IFRS relativamente a referências cruzadas e esclarecimentos sobre a aplicação das novas definições de ativos / passivos e gastos / rendimentos.	1 de Janeiro de 2020
IFRS 17 – Contratos de seguro	Nova contabilização para os contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária.	1 de Janeiro de 2021

A SAG Gest não antecipa que as emissões, revisões, alterações e melhorias às Normas e Interpretações acima referidas venham a provocar impactos relevantes nas suas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

2.4 Bases de Consolidação

Consolidação pelo Método Integral

- a) As Demonstrações Financeiras Consolidadas incluem as Demonstrações Financeiras da SAG Gest e das Subsidiárias em cujo Capital Social esta participa, direta ou indiretamente, de modo maioritário, ou onde exerce o controlo da gestão.

São incluídas no perímetro de consolidação as Entidades controladas pela SAG Gest (Empresa-Mãe).

O controlo existe quando a SAG Gest está exposta, ou tem direito a retornos variáveis decorrentes do seu envolvimento com a Participada e tem a capacidade de influenciar esses retornos através do seu poder sobre a Participada.

Especificamente, a SAG Gest controla uma Participada se, e apenas se, a SAG Gest tem:

- Poder sobre a Participada, isto é, direitos existentes que lhe dão a capacidade efetiva de dirigir as atividades relevantes da Participada
- Exposição, ou direito a retornos variáveis decorrentes do seu envolvimento com a Participada
- A capacidade de usar o seu poder sobre a Participada para influenciar esses retornos

Geralmente, presume-se que a maioria dos direitos de voto resulta em controlo. Para suportar esta presunção, e quando a SAG Gest não tem a maioria dos direitos de voto, ou direitos similares, em uma Participada, a SAG Gest considera todos os factos e circunstâncias relevantes ao avaliar se tem o poder sobre uma Participada, incluindo:

- A existência, ou não, de acordos contratuais com outros detentores de direitos de voto na Participada
- Direitos que resultam de outros acordos contratuais
- Os direitos de voto e os potenciais direitos de voto da SAG Gest

A SAG Gest reavalia se controla, ou não, uma Participada quando os factos e circunstâncias indicam que ocorreram alterações em um, ou mais, dos três elementos de controlo.

As Demonstrações Financeiras destas Entidades foram consolidadas utilizando o Método de Consolidação Integral.

- b) As Entidades Subsidiárias são consolidadas com a aplicação do Método de Consolidação Integral, desde a data em que a SAG Gest obtém o controlo e até à data em que o controlo é perdido. As Demonstrações Financeiras destas Subsidiárias são preparadas com referência ao mesmo período que as Demonstrações Financeiras da SAG Gest, com aplicação de princípios contabilísticos consistentes entre elas.
- c) A alteração na percentagem de interesse nessas Subsidiárias, sem que ocorra perda de controlo, é reconhecida como uma transação de capital, nos termos da IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Consolidação pelo Método da Equivalência Patrimonial

- d) A Autolombos, participada onde atualmente a SAG Gest tem influência significativa, foi consolidada através da aplicação do Método da Equivalência Patrimonial.

Interesses que Não Controlam

- e) O valor correspondente à participação de terceiros é apresentado na Demonstração da Situação Patrimonial Consolidada e na Demonstração dos Resultados e de Outro Rendimento Integral Consolidado em Interesses que Não Controlam.
- f) As perdas são atribuídas aos Interesses que Não Controlam, mesmo que tal resulte em que o valor dos Interesses que Não Controlam seja negativo.
- g) Os Interesses que Não Controlam representam os interesses de terceiros não relacionados com a SAG Gest nas Subsidiárias Róvia e Loures Automóveis.
- h) Os Interesses que Não Controlam são valorizados pela proporção adquirida dos ativos líquidos identificáveis.
- i) As transações com Interesses que Não Controlam que não resultem na perda do controle são reconhecidas como transações de capital, isto é, como transações com os proprietários, na sua qualidade de proprietários. A diferença entre o Justo Valor de qualquer valor pago e a parcela relevante adquirida do valor contabilístico dos Ativos líquidos da Subsidiária é reconhecida nos Capitais Próprios. Os ganhos ou perdas nas alienações para Interesses que Não Controlam também são reconhecidos nos Capitais Próprios.

Efeitos de alterações de controlo

- j) Quando a SAG Gest deixa de ter controlo ou influência significativa numa Participada, qualquer participação residual nos Capitais Próprios da Participada é reavaliada para o seu valor de mercado, sendo as alterações reconhecidas na Demonstração dos Resultados e de Outro Rendimento Integral Consolidado. O Justo Valor é o valor contabilístico inicial para efeitos de subsequente tratamento contabilístico dessa participação como Ativo Financeiro.
- k) Quando, em consequência da realização de uma transação, a SAG Gest perde o controlo numa Subsidiária, são adotados os seguintes procedimentos:
 - São desreconhecidos todos os Ativos (incluindo o “*Goodwill*”) e Passivos relativos a essa Subsidiária
 - É desreconhecido o valor de quaisquer Interesses que Não Controlam
 - É reclassificado, para o resultado do ano, qualquer Ajustamento de Conversão de Moeda relativo a essa Subsidiária que se encontre incluído no Capital Próprio Consolidado

- É reconhecido o Justo Valor da consideração recebida, caso exista
- É reconhecido o Justo Valor do interesse retido
- Qualquer diferença remanescente é reconhecida no resultado do ano em que ocorra a transação
- São reclassificadas, para o resultado do ano, quaisquer outras rubricas relacionadas com a Subsidiária que tenham afetado o Resultado Integral

Processo de consolidação

- l) Foram eliminados, no processo de consolidação, os saldos, e as transações realizadas (com os correspondentes proveitos e custos) entre as Entidades incluídas no perímetro de consolidação.
- m) Os dividendos distribuídos entre Entidades incluídas na consolidação são eliminados, na proporção do controlo atribuível à SAG Gest.

Aquisições de negócios e “Goodwill”

- n) A SAG Gest adotou a IFRS 3 – Concentrações de Atividades Empresariais, com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2004 pelo que, a partir desta data, deixou de ser considerada a amortização do “Goodwill”. O valor do “Goodwill” passou a estar sujeito, numa base anual, e sempre que necessário, a testes de imparidade.

A 31 de dezembro de 2018 foi reconhecida a imparidade total do Goodwill na Demonstração da Situação Patrimonial Consolidada por se considerar incerta a recuperabilidade do respetivo valor como divulgado na Nota 19 – Ativos Intangíveis – “Goodwill”.

- o) A partir de 1 de janeiro de 2009, a SAG Gest adotou a IFRS 3 revista. As aquisições de negócios são contabilizadas pelo método da compra, sendo o custo avaliado pelo agregado (i) do Justo Valor na data da aquisição, (ii) da consideração paga e (iii) do valor de quaisquer Interesses que Não Controlam na adquirida.
- p) Quando as aquisições de negócios são concretizadas por fases, o Justo Valor na data de cada compra dos interesses anteriormente adquiridos é reavaliado para o Justo Valor à data de cada compra subsequente, sendo os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas no resultado do ano.

Qualquer consideração contingente é avaliada pelo seu Justo Valor na data da compra. Qualquer alteração subsequente deste Justo Valor que seja considerada como um Ativo, ou como um Passivo, será reconhecida de acordo com a IFRS 9 – Instrumentos Financeiros na Demonstração dos Resultados e de Outro Rendimento Integral Consolidado. Se essa contingência é considerada como Capital Próprio, não deve ser reavaliada até que seja estabelecida como componente de Capital Próprio.

- q) As diferenças entre o valor contabilístico dos Investimentos Financeiros e os valores de aquisição das Entidades objeto de consolidação são reportados como segue:
 - Nos casos em que o valor de aquisição seja superior ao valor dos Capitais Próprios adquiridos, em “Goodwill”, na rubrica Ativos Intangíveis
 - Quando o valor de aquisição for inferior ao valor dos Capitais Próprios adquiridos, as diferenças apuradas afetam o Resultado Líquido do exercício em que ocorra a aquisição

Ajustamentos da primeira consolidação

- r) As diferenças apuradas na data da primeira consolidação, efetuada em 1998, independentemente da sua natureza (positiva ou negativa), foram reconhecidas diretamente no Capital Próprio Consolidado, e encontram-se incluídas na rubrica de Resultados Transitados, como relatado na Nota 31 – Instrumentos de Capital Próprio. Estas diferenças foram calculadas como segue:

Empresa	Valor Aquisição	Capitais Próprios Apropriados		Ajustamentos da Primeira Consolidação
		%	Valor	
SIVA - Sociedade de Importação de Veículos Automóveis, S.A.	301.468,5	100%	35.560,0	265.908,4
Soauto - Comércio de Automóveis, S.A.	6.443,0	100%	3.847,0	2.596,0
ROLPORTO - Comércio e Indústria de Automóveis, S.A.	1.240,0	95%	1.289,5	(49,6)
LGA - Logística Automóvel, S.A.	1.097,4	100%	1.384,3	(286,9)
Autoimpor - Sociedade Importadora de Automóveis, S.A.	249,4	100%	(232,3)	481,7
	310.498,2		41.848,6	268.649,7

2.5 Principais Políticas Contabilísticas

As Políticas Contabilísticas adotadas na preparação das Demonstrações Financeiras Consolidadas são as que abaixo se descrevem.

Estas Políticas foram consistentemente aplicadas aos exercícios apresentados, exceto quanto às que resultam da adoção da IFRS 9 e da IFRS 15.

2.5.1 Reconhecimento dos Proveitos (Notas 5 e 37)

2.5.1.1 Rédito

a) Rédito de Contratos com Clientes

Política contabilística adotada a partir de 1 de janeiro de 2018

O Rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber, das transações realizadas com clientes no decurso normal da atividade da sociedade. O Rédito é registado líquido de quaisquer impostos, descontos comerciais e descontos financeiros atribuídos.

Na determinação do valor do rédito, a sociedade avalia para cada transação as obrigações de desempenho que assume perante os clientes, o preço da transação a afetar a cada obrigação de desempenho identificada na transação e a existência de condições de preço variáveis que podem originar acertos futuros ao valor do rédito registado, e para os quais a sociedade efetua a sua melhor estimativa.

O rédito é reconhecido quando é transferido o controlo sobre o produto ou serviço para o cliente, ou seja, no momento a partir do qual o cliente passa a ter capacidade de gerir a utilização do produto ou serviço e obter todos os benefícios económicos remanescentes que lhe estão associados.

Atendendo à natureza do produto ou serviço que está associado às obrigações de desempenho assumidas, a transferência do controlo ocorre maioritariamente em data específica,

A política de reconhecimento do rédito para as principais atividades desenvolvidas, são conforme segue:

– Rédito venda de produtos (viaturas e peças)

No caso das viaturas e peças, o reconhecimento do rédito é registado com a transferência do controlo do bem prometido aos clientes pelo valor da contraprestação em que se espera receber em troca desse bem. Estas transferências respeitam às atividades ordinárias da subsidiária SIVA e do Retalho.

- Viaturas em regime de “Buy-Back”

Nas transações onde o Grupo assume compromissos de recompra das viaturas (transações com cláusulas de “Buy-Back”), são aplicados os princípios constantes do IFRS 15 – Rêdito, não sendo reconhecido o rédito correspondente ao valor da contraprestação, pelo facto de se considerar que não existiu a transferência de controlo do bem. A margem resultante da prestação do serviço é especializada linearmente, durante o período em que se mantém o compromisso (o “holding period”).

– Rêdito prestação de serviços de reparação

O rédito é registado na demonstração dos resultados e de outro rendimento integral consolidado quando é transferido o controlo sobre o serviço para o cliente, ou seja, no momento a partir do qual o cliente passa a ter capacidade de gerir a utilização do serviço e obter todos os benefícios económicos remanescentes que lhe estão associados.

Política contabilística adotada até 31 de dezembro de 2017

O rédito da atividade era reconhecido quando os riscos e benefícios significativos resultantes da propriedade do bem eram integralmente transferidos para o Comprador, quando pudessem ser medidos com fiabilidade e quando era provável que fluíssem benefícios económicos para a Entidade. O rédito era reconhecido líquido de quaisquer impostos e de descontos de carácter comercial. Assim, os Proveitos da Atividade incluíam apenas os influxos brutos de benefícios económicos recebidos e a receber pela SAG Gest e pelas Entidades incluídas no perímetro de consolidação, por sua conta própria. Os valores cobrados por conta de terceiros, tais como impostos, nomeadamente o Imposto Sobre Veículos (ISV), não são benefícios económicos que fluam para a SAG Gest ou para as Entidades incluídas na consolidação, e não resultam em aumentos de Capital Próprio, pelo que são excluídos dos Proveitos da Atividade.

i. Rendimentos a Reconhecer – Faturação Antecipada

No caso das viaturas, o reconhecimento do Provento da Atividade coincide, habitualmente, com a transmissão da propriedade da viatura, que ocorre, na maior parte dos casos, em simultâneo com a emissão da respetiva fatura de venda. Quando se verificam situações onde a entrega das viaturas faturadas apenas tem lugar em momento posterior ao da emissão da fatura, os correspondentes Proveitos da Atividade apenas são reconhecidos no momento da entrega da viatura ao Comprador. O valor destes Proveitos da Atividade é reconhecido em Rendimentos a Reconhecer, durante o período que decorrer entre a data da emissão da fatura e a data da entrega da viatura, como se encontra relatado na Nota 38 – Rendimentos a Reconhecer.

ii. Transações em regime de “Buy-Back”

Nas transações onde, em simultâneo com a emissão da fatura de venda, a Entidade Vendedora, ou outra Entidade incluída no perímetro de consolidação, assume compromissos de recompra dos mesmos veículos (transações com cláusulas de “Buy-Back”), são aplicados os princípios constantes do IAS 18 – Rêdito. Não são reconhecidos os Proveitos correspondentes aos valores de faturação, nem quaisquer outros Custos ou Proveitos associados a este tipo de transações, que são especializados linearmente, durante o período em que se mantêm estes compromissos o que, geralmente, corresponde ao período de tempo que decorre entre a data de emissão da fatura de venda e a data em que o veículo volta a ser adquirido (o “holding period”). O montante já reconhecido, através desta especialização, até 31 de dezembro de 2018 encontra-se divulgado na Nota 6 – Outros Ganhos Operacionais.

b) Juros

Os Proveitos relativos a Juros são periodificados, de forma a serem reconhecidos no período a que respeitem, independentemente de ter sido, ou não, emitido o respetivo documento de suporte.

c) Dividendos

Estes Proveitos são reconhecidos quando, em substância, se constitui, na Entidade declarante, a obrigação de proceder à declaração de Dividendos.

2.5.1.2 Especialização de Ganhos e de Gastos

Os Ganhos e os Gastos são reconhecidos no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes Ganhos e Gastos são reconhecidos como Ativos ou Passivos, se qualificarem como tal.

2.5.2 Imposto Sobre o Rendimento (Nota 16)

O Imposto Sobre o Rendimento do período inclui o Imposto Corrente e o Imposto Diferido. O Imposto Sobre o Rendimento é reconhecido na Demonstração dos Resultados e de Outro Rendimento Integral Consolidado, exceto quando está relacionado com itens que sejam reconhecidos diretamente nos Capitais Próprios. O valor de Imposto Corrente a Pagar é determinado com base no Resultado Antes de Imposto, ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor.

A SAG Gest adota o procedimento de reconhecer Impostos Diferidos, de acordo com o estabelecido na IAS 12 – Imposto sobre o Rendimento, como forma de especializar adequadamente os efeitos fiscais das suas operações, e de excluir as distorções relacionadas com os critérios de natureza fiscal que contrariam os efeitos económicos de determinadas transações.

Os Impostos Diferidos representam o valor do Imposto Sobre o Rendimento que incide sobre as diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos Ativos e Passivos reportados e o correspondente valor para efeitos fiscais.

São reconhecidos Impostos Diferidos Ativos em relação a prejuízos fiscais dedutíveis sempre que existe razoável segurança de que serão gerados lucros futuros que permitirão a utilização integral destes prejuízos fiscais. Estes Impostos Diferidos Ativos são revistos anualmente e reduzidos sempre que deixe de ser provável que possam ser utilizados os prejuízos fiscais que os originam.

Os Impostos Diferidos Passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto as relacionadas com: i) o reconhecimento inicial do “*Goodwill*”; ou ii) o reconhecimento inicial de Ativos e de Passivos que não resultem de uma concentração de atividades empresariais e que, à data da transação, não afetem o resultado contabilístico ou fiscal. Contudo, as diferenças temporárias tributáveis relacionadas com Investimentos em Subsidiárias não devem ser consideradas na medida em que: i) a SAG Gest tem capacidade para controlar o período da reversão da diferença temporária; e ii) é provável que a diferença temporária não reverta num futuro próximo.

O valor dos Impostos Diferidos é determinado através da aplicação das taxas fiscais (e leis) em vigor, ou substancialmente em vigor, na data de reporte e que se espera que sejam aplicáveis no período de realização do Imposto Diferido Ativo ou de liquidação do Imposto Diferido Passivo. De acordo com a legislação em vigor em Portugal, foi considerado IRC à taxa básica de 21%. Nos casos onde uma Entidade não apresente prejuízos fiscais, a taxa básica de IRC é acrescida de Derrama Municipal, à taxa de 1,5%. A taxa de imposto assim determinada (22,5%, quando não sejam apurados prejuízos fiscais, ou 21% caso a Entidade apresente resultados tributáveis negativos) é aplicada ao valor das diferenças temporárias que originaram Impostos Diferidos Ativos ou Passivos.

O movimento ocorrido durante o exercício, a estimativa do Imposto do exercício, a decomposição do Imposto Corrente e a decomposição dos saldos de Impostos Diferidos estão relatados na Nota 16 – Imposto Sobre o Rendimento.

2.5.3 Ativos Fixos Tangíveis (Nota 18)

SAG GEST – Soluções Automóvel Globais, SGPS, SA – Sociedade Aberta

Sede: Estrada de Alfragide, nº 67 Amadora

Capital Social: Eur 169.764.398,00

Matriculada na Conservatória do Registo Comercial da Amadora

Número Único de Matrícula e de Identificação Fiscal 503 219 886

Escritório: Alfrapark – Estrada de Alfragide, nº 67, Edifício SGC – Piso 2

2614-519 Amadora

Tel: 21 359 66 64

Fax: 21 359 66 74

Os Ativos Fixos Tangíveis encontram-se reconhecidos pelo custo de aquisição, que inclui todos os custos associados com a sua aquisição, deduzidos das correspondentes depreciações acumuladas e de eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas sobre o valor de custo, pelo método das quotas constantes, exceto no caso referido abaixo, de forma a depreciar totalmente os bens até ao fim da sua vida útil estimada, sendo aplicadas as taxas anuais de depreciação relatadas no quadro seguinte.

%			
Edifícios e Outras Construções		2,00	
Equipamento Básico	25,00	a	31,25
Equipamento de Transporte	14,28	a	25,00
Ferramentas e Utensílios	20,00	a	33,33
Equipamento Administrativo	12,50	a	33,33
Outros Activos Fixos Tangíveis	20,00	a	33,33

Na Subsidiária Globalrent, as depreciações das viaturas afetas à atividade de “*Rent-a-Car*” (aluguer de curta duração de viaturas sem condutor), que se encontram reconhecidas como Equipamento Básico, são determinadas de forma a refletir, pelo método das quotas constantes, a perda que se estima que venha a ocorrer no valor da viatura, durante o respetivo período de utilização previsto.

As despesas decorrentes da reparação e manutenção dos equipamentos são reconhecidas como custo no exercício em que são incorridas.

2.5.4 Ativos Intangíveis (Notas 19 e 20)

a) “*Goodwill*”

As diferenças de consolidação positivas (“*Goodwill*”) representam o excesso entre o custo de aquisição e o Justo Valor dos Ativos e Passivos identificáveis (i) à data da aquisição ou (ii) à data da alteração de controlo que obrigue a alteração do método de consolidação. O “*Goodwill*” é alocado às Unidades Geradoras de Caixa para realização dos testes de imparidade. O “*Goodwill*” não é amortizado, sendo abatidas ao seu valor as respetivas perdas por imparidade, determinadas anualmente, na data de reporte, ou sempre que sejam identificados indícios de uma eventual perda de valor. Qualquer perda de valor (imparidade) é reconhecida no resultado do período, e não pode ser revertida subsequentemente.

Os ganhos ou perdas decorrentes da venda de uma Entidade/Unidade Geradora de Caixa são calculados com inclusão do respetivo “*Goodwill*”.

Quando haja lugar à reorganização de negócios, implicando a alteração da composição das Unidades Geradoras de Caixa a que tenha sido imputado o “*Goodwill*”, é efetuada a revisão da alocação do “*Goodwill*” às novas Unidades Geradoras de Caixa. A realocação é efetuada através de uma abordagem de valor relativo das novas Unidades Geradoras de Caixa que resultam da reorganização.

b) Trespases de Lojas

Os custos dos Trespases de Lojas são reconhecidos durante o período de duração do respetivo contrato de arrendamento, sendo amortizados num período de 5 anos.

Para efeitos de testes de imparidade os Trespases de Lojas são alocados às Unidades Geradoras de Caixa a que estão associados.

c) Outros Ativos Intangíveis

Os Outros Ativos Intangíveis encontram-se valorizados pelo custo de aquisição. As amortizações são calculadas por duodécimos segundo o método das quotas constantes, utilizando taxas que

permitam a completa amortização destes ativos até ao termo da sua vida útil. O “software” é amortizado a uma taxa de 33,33%.

2.5.5 Investimentos em Associadas (Nota 21)

São consideradas Entidades Associadas aquelas onde a SAG Gest tem uma influência significativa, geralmente associada a uma participação de entre 20% e 50% dos direitos de voto, mas não o controlo.

Os investimentos em associadas da SAG Gest encontram-se reconhecidos através da aplicação do Método da Equivalência Patrimonial. De acordo com este método, os Investimentos em associadas são reconhecidos pelo Método de Equivalência Patrimonial, ajustado pela percentagem detida pela SAG Gest em eventuais alterações subsequentes que ocorram nos capitais próprios daquelas Entidades. Caso sejam detetados indícios de imparidade, os Investimentos em Associadas são sujeitos a testes de imparidade.

O resultado do exercício reflete a apropriação, pela SAG Gest, dos resultados das operações das Entidades Associadas, na proporção da sua participação. Quando a quota-parte das perdas atribuíveis às Entidades incluídas na consolidação é equivalente, ou excede o valor da participação financeira nas Associadas, são reconhecidas perdas adicionais, se a SAG Gest e/ou alguma das restantes Entidades incluídas na consolidação tiverem assumido obrigações perante terceiros.

Os Dividendos reconhecidos no ano são deduzidos ao valor dos Investimentos em Associadas.

Quando a SAG Gest perde influência significativa numa Entidade Associada, o valor de Investimentos em Associadas retido é reconhecido ao Justo Valor (com impacto no resultado do ano).

Os ganhos e perdas não realizados em transações da SAG Gest, e/ou de alguma das restantes Entidades incluídas na consolidação, com as Associadas são eliminados na proporção do interesse detido nas Associadas. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a transação proporcione evidência adicional de uma imparidade sobre o Ativo transferido.

As políticas contabilísticas das Associadas são alteradas, sempre que necessário, de forma a garantir que são aplicadas de forma consistente com as adotadas pela SAG Gest e suas Participadas.

2.5.6 Propriedades de Investimento (Nota 22)

As Propriedades de Investimento respeitam a imóveis e terrenos detidos para auferir rendimento e/ou valorização do capital, ou ambos, e não para utilização no decurso da atividade corrente dos negócios (exploração, serviços prestados ou vendas).

As Propriedades de Investimento são reconhecidas ao Justo Valor, determinado de acordo com o relatado na Nota 2.5.8 – Determinação do Justo Valor, refletindo as condições de mercado no final do período. As diferenças apuradas nas avaliações são reconhecidas no exercício em que ocorrem, na Demonstração dos Resultados e de Outro Rendimento Integral Consolidado, em Ganhos / (Perdas) em Propriedades de Investimento.

Os custos incorridos (manutenção, reparações, seguros e impostos sobre propriedades), e os rendimentos e rendas obtidos com Propriedades de Investimento são reconhecidos na Demonstração dos Resultados e de Outro Rendimento Integral Consolidado do exercício a que se referem.

2.5.7 Inventários e Imparidades em Inventários (Nota 23)

Os Inventários encontram-se valorizados ao custo de aquisição ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda esperado, deduzido dos custos de comercialização.

O valor de custo de aquisição é determinado da seguinte forma:

- Viaturas Novas – são valorizadas ou custo ou ao valor realizável líquido, se este for inferior ao valor de aquisição. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atuais. Os custos de compra dos inventários incluem o preço de compra, direitos de importação e outros impostos (que não sejam os posteriormente recuperáveis das entidades fiscais pela entidade) e custos de transporte, manuseamento e outros custos diretamente atribuíveis à aquisição de bens acabados, materiais e serviços. Descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes são deduzidos na determinação dos custos de compra.
- Viaturas Usadas – quando as viaturas reconhecidas em Inventários são resultantes de retomas, encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, que é determinado na avaliação efetuada no momento da retoma. O valor é ajustado sempre que hajam indícios de imparidade face ao valor realizável líquido
- Viaturas em regime de “Buy-Back” – sempre que os contratos subjacentes tenham períodos inferiores a 12 meses, o valor de custo reconhecido corresponde ao valor de aquisição acordado para o momento da recompra, deduzido de eventuais perdas por imparidade
- Peças e restantes mercadorias – são valorizadas pelo custo de aquisição e outras despesas incorridas até à respetiva entrada em armazém. Descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes são deduzidos na determinação dos custos de compra. As saídas são valorizadas pelo custo médio ponderado.

O valor de eventuais Imparidades em Inventários de Peças é determinado com base na rotação das existências, por tipo de material, calculada a partir dos movimentos registados nos últimos 24 meses. Este critério é aplicado de forma consistente.

2.5.8 Determinação do Justo Valor

Algumas políticas e divulgações aplicadas pela SAG Gest requerem a determinação do Justo Valor de Ativos e Passivos Financeiros e não Financeiros.

O Justo Valor corresponde ao montante que seria recebido pela venda de um Ativo ou pago para transferir um Passivo numa transação regular, entre participantes do mercado, na data de valorização.

Para determinar o Justo Valor de um Ativo ou de um Passivo a SAG Gest utiliza dados observáveis de mercado, sempre que disponíveis. O Justo Valor é classificado nos vários níveis de uma hierarquia baseada em informações (“inputs”) utilizadas nas técnicas de avaliação, como segue:

- Nível 1: preços cotados, não ajustados, praticados em mercados ativos para Ativos e Passivos idênticos
- Nível 2: “Inputs” que são observáveis, direta ou indiretamente para os Ativos ou Passivos
- Nível 3: “Inputs” baseados em dados não observáveis

O Justo Valor não é determinado com base em cotações de mercado ativo, mas sim com recurso a modelos de avaliação, cujos principais “inputs” não são observáveis no mercado. Incluem-se neste nível as Propriedades de Investimento, que são avaliadas por peritos externos independentes.

2.5.9 Ativos Financeiros (para além de Investimentos Financeiros)

Política contabilística adotada a partir de 1 de janeiro de 2018:

Reconhecimento

Compras e vendas de investimentos em ativos financeiros são registadas na data da transação, ou seja, na data em que a SAG GEST se compromete a comprar ou a vender o ativo.

Classificação

A classificação dos ativos financeiros depende do modelo de negócio seguido pela SAG GEST na gestão dos ativos financeiros (recebimento dos fluxos de caixa ou apropriação de variações de justo valor) e os termos contratuais dos fluxos de caixa a receber.

Alterações à classificação dos ativos financeiros só podem ser efetuadas quando o modelo de negócio seja alterado, exceto quanto aos ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, que constituem instrumentos de capital próprio, os quais nunca poderão ser reclassificados para outra categoria.

Os ativos financeiros podem ser classificados nas seguintes categorias de mensuração:

(i) Ativos financeiros ao custo amortizado: inclui os ativos financeiros que correspondem apenas ao pagamento do valor nominal e de juros e cujo modelo de negócio seguido pela gestão é o do recebimento dos fluxos de caixa contratuais;

Incluem-se nesta categoria, as seguintes rubricas: Devedores e Outros Ativos Clientes, Devedores e Outros Ativos Entidades Relacionadas, Devedores e Outros Ativos Outros, Acréscimos de Rendimentos, Depósitos a Prazo e Caixa e Equivalentes de Caixa.

(ii) Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral: esta categoria pode incluir ativos financeiros que qualificam como instrumentos de dívida (obrigação contratual de entregar fluxos de caixa) ou instrumentos de capital próprio (interesse residual numa entidade);

a. Quando se trate de instrumentos de dívida, esta categoria inclui os ativos financeiros que correspondem apenas ao pagamento do valor nominal e de juros, para os quais o modelo de negócio seguido pela gestão é o do recebimento dos fluxos de caixa contratuais ou pontualmente o da sua venda;

b. Quando se trate de instrumentos de capital próprio, esta categoria inclui a percentagem de interesse detido em entidades sobre as quais a SAG GEST não exerce controlo, controlo conjunto ou influência significativa, e que a SAG GEST optou, de forma irrevogável, na data do reconhecimento inicial designar ao justo valor através do outro rendimento integral;

(iii) Ativos financeiros ao justo valor através dos resultados: inclui os ativos que não cumprem com os critérios de classificação como ativos financeiros ao custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral, quer se refiram a instrumentos de dívida ou instrumentos de capital que não foram designados ao justo valor através de outro rendimento integral.

Incluem-se nesta categoria, as seguintes rubricas: Devedores e Outros Ativos Clientes (Factoring).

A 31 de Dezembro de 2018, a classificação dos Ativos Financeiros da SAG GEST por categoria encontra-se na Nota 40.

A 31 de dezembro de 2018, a SAG GEST detém instrumentos de dívida, os quais são classificados como ativos financeiros ao custo amortizado e ativos financeiros ao justo valor através de resultados.

Mensuração

A SAG GEST mensura inicialmente os ativos financeiros ao justo valor, adicionados dos custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro, para os ativos financeiros que não são mensurados ao justo valor através dos resultados. Os custos de transação de ativos financeiros ao justo valor através dos resultados são registados em resultados do exercício quando incorridos.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são mensurados subsequentemente de acordo com o método da taxa de juro efetiva e deduzidos de perdas de imparidade. Os rendimentos de juros destes ativos financeiros são incluídos em “Juros obtidos de ativos ao custo amortizado”, nos rendimentos financeiros.

Os ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, que constituem instrumentos de dívida são mensurados subsequentemente ao justo valor com as variações de justo valor reconhecidas por contrapartida de outro rendimento integral, à exceção das variações respeitantes ao reconhecimento de imparidades, rendimentos de juros e ganhos/(perdas) por diferenças cambiais, as quais são reconhecidas em resultados do exercício. Os ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral estão sujeitos a imparidade.

Os ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral que constituem instrumentos de capital próprio, são mensurados ao justo valor na data do registo inicial e subsequentemente, sendo as variações de justo valor registadas diretamente no outro rendimento integral, no Capital próprio, não havendo lugar a reclassificação futura mesmo após o desreconhecimento do investimento. Os dividendos obtidos destes investimentos são reconhecidos como ganhos, em resultados do exercício, na data em que são atribuídos.

Perdas por imparidade

A SAG GEST avalia de forma prospetiva as perdas de crédito estimadas associadas aos ativos financeiros, que constituem instrumentos de dívida, classificados ao custo amortizado e ao justo valor através de outro rendimento integral.

A metodologia de imparidade aplicada tem em consideração o perfil de risco de crédito dos devedores, sendo aplicadas diferentes abordagens consoante a natureza dos mesmos.

No que respeita aos saldos a receber nas rubricas de Devedores e Outros Ativos – Clientes, Devedores e Outros Ativos – Entidades Relacionadas, Devedores e Outros Ativos - Outros e aos Acréscimos de rendimentos, a SAG GEST aplica a abordagem simplificada permitida pela IFRS 9, de acordo com a qual as perdas de crédito estimadas são reconhecidas desde o reconhecimento inicial dos saldos a receber e por todo o período até à sua maturidade, considerando uma matriz de taxas de incumprimentos históricas para a maturidade dos saldos a receber.

No que respeita aos saldos a receber de entidades relacionadas, que não sejam consideradas parte do investimento financeiro nessas entidades, a imparidade de crédito é avaliada atendendo aos seguintes critérios: i) se o saldo a receber é imediatamente exigível (“on demand”); ii) se o saldo a receber tem baixo risco; ou iii) se tem um prazo inferior a 12 meses.

Nos casos em que o valor a receber é imediatamente exigível e a entidade relacionada tem capacidade de pagar, a probabilidade de incumprimento é próxima de 0% e por isso a imparidade é considerada igual a zero. Nos casos em que o saldo a receber não seja imediatamente exigível é avaliado qual o risco de crédito da entidade relacionada e se este for “baixo” ou se o prazo for inferior a 12 meses, então a SAG GEST apenas avalia a probabilidade de ocorrer um incumprimento para os fluxos de caixa que se vencem nos próximos 12 meses.

Para todas as outras situações e naturezas de saldos a receber, a SAG GEST aplica a abordagem geral do modelo de imparidade, avaliando a cada data de relato se existiu um aumento significativo do risco de crédito desde a data do reconhecimento inicial do ativo. Se não tiver existido um aumento do risco de crédito a SAG GEST calcula uma imparidade correspondente à quantia equivalente às perdas esperadas num prazo de 12 meses. Se tiver existido um aumento do risco de crédito, a SAG GEST calcula uma imparidade correspondente à quantia equivalente às perdas esperadas para todos os fluxos contratuais até à maturidade do ativo.

A SAG GEST avalia de modo prospetivo as perdas de crédito estimadas associadas aos ativos ao custo amortizado. A metodologia de imparidade aplicada depende se ocorreu ou não um aumento significativo no risco de crédito.

Desreconhecimento de ativos financeiros

A SAG GEST desreconhece os ativos financeiros quando, e apenas quando, os direitos contratuais aos fluxos de caixa tiverem expirado ou tiverem sido transferidos, e a Entidade tiver transferido substancialmente todos os riscos e benefícios decorrentes da propriedade do ativo.

Políticas contabilísticas adotadas até 31 de dezembro de 2017:

Classificação

Os Ativos financeiros que não estejam incluídos na rubrica “Caixa e equivalentes de caixa” podem ser classificados como:

- a) Empréstimos concedidos e contas a receber – inclui os ativos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis não cotados num mercado ativo;
- b) Investimentos detidos até à maturidade – incluem os ativos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis e maturidades fixas, que a entidade tem intenção e capacidade de manter até à maturidade;
- a) Ativos financeiros ao justo valor através de resultados - incluem os ativos financeiros não derivados detidos para negociação respeitando a investimentos de curto prazo e ativos ao justo valor por via de resultados à data do reconhecimento inicial;
- d) Ativos financeiros disponíveis para venda – incluem os ativos financeiros não derivados que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou não se enquadram nas categorias acima referidas. São reconhecidos como ativos não correntes exceto se houver intenção de alienar nos 12 meses seguintes à data de reporte.

A 31 de dezembro de 2017, a SAG GEST apenas detinha ativos financeiros classificados como empréstimos e contas a receber e como caixa e equivalentes de caixa. Os empréstimos e contas a receber são apresentados nas rubricas Devedores e Outros Ativos Clientes, Devedores e Outros Ativos Entidades Relacionadas e Devedores e Outros Ativos Outros.

Imparidade

A SAG GEST avalia a cada data de relato financeiro a existência de indicadores de perda de valor para os ativos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor através de resultados. Se existir uma evidência objetiva de imparidade, a SAG GEST reconhece uma perda por imparidade na demonstração dos resultados e de outro rendimento integral, na rubrica de Imparidades em Devedores e Outros Ativos.

Desreconhecimento

A SAG GEST desreconhece ativos financeiros quando, e apenas quando, os direitos contratuais aos fluxos de caixa tiverem expirado ou tiverem sido transferidos, e a Entidade tiver transferido substancialmente todos os riscos e benefícios decorrentes da propriedade do ativo.

2.5.10 Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 30)

Os montantes incluídos na rubrica “Caixa e equivalentes de caixa” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Os descobertos bancários são apresentados na demonstração da posição financeira consolidada, no passivo corrente, na rubrica Empréstimos, e são considerados na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa consolidada, como caixa e equivalentes de caixa.

2.5.11 Instrumentos de Capital Próprio (Nota 31)

Os Instrumentos de Capital Próprio são classificados de acordo com a sua substância contratual, independentemente da forma legal que assumam. Os Instrumentos de Capital Próprio emitidos pelas Entidades incluídas na consolidação são reconhecidos pelo valor recebido, líquido dos custos suportados com a sua emissão.

- As Ações Próprias adquiridas são valorizadas pelo seu preço de aquisição e reconhecidas como uma redução do Capital Próprio. Quando estas Ações são alienadas, o montante recebido, deduzido de eventuais custos diretos de transação e do respetivo imposto, é reconhecido diretamente em Capital Próprio.

Os detentores de Ações Ordinárias têm direito a receber Dividendos conforme deliberação da Assembleia Geral e têm direito a um voto por cada Ação detida, não existindo Ações Preferenciais. Os direitos relativos às Ações Próprias que se encontram em carteira na SAG Gest e nas suas Participadas encontram-se suspensos até essas Ações serem de novo colocadas no mercado.

O valor das Ações Próprias em carteira é apresentado como Ações Próprias até à data em que estas são canceladas, reemitidas ou vendidas. Quando as Ações Próprias são subsequentemente vendidas ou reemitidas, o montante recebido é novamente incluído nos Capitais Próprios atribuíveis aos Acionistas.

- Os Dividendos a pagar são reconhecidos como um passivo nas Demonstrações Financeiras Consolidadas no exercício em que os Acionistas aprovem a sua distribuição, até que seja efetuado o respetivo pagamento.

2.5.12 Passivos Financeiros

Política contabilística adotada a partir de 1 de janeiro de 2018

Os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

- a) Passivos financeiros ao justo valor por via de resultados; e
- b) Passivos financeiros ao custo amortizado.

A categoria “Passivos financeiros ao custo amortizado” inclui os passivos apresentados nas rubricas “Empréstimos” e “Credores e Outros Passivos”. Estes passivos são reconhecidos inicialmente ao justo valor líquido dos custos de transação e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado de acordo com a taxa de juro efetiva. A 31 de dezembro de 2018, o Grupo apenas tem reconhecidos passivos classificados como Passivos Financeiros ao Custo Amortizado.

i) Empréstimos (Nota 33)

Os Empréstimos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido dos custos de transação incorridos. Os empréstimos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado sendo a diferença entre o valor nominal e o justo valor inicial reconhecida na demonstração dos resultados e do outro rendimento integral consolidada ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

Os empréstimos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se a SAG Gest possuir um direito incondicional de diferir o pagamento do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do relato financeiro, sendo neste caso classificados no passivo não corrente.

ii) Credores e Outros Passivos (Notas 34 e 35)

Estas rubricas incluem geralmente saldos de fornecedores de bens e serviços que a Empresa adquiriu,

no decurso normal da sua atividade. Os itens que a compõem serão classificados como passivos correntes se o pagamento se vencer no prazo de 12 meses ou menos, caso contrário, as contas de Fornecedores serão classificadas como passivos não correntes.

Estes passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao justo valor. Subsequentemente ao seu reconhecimento inicial, os passivos apresentados na rubrica Fornecedores são mensurados ao custo amortizado, através do método da taxa de juro efetiva.

A 31 de dezembro de 2018, a SAG Gest apenas tem reconhecidos passivos classificados como “Passivos financeiros ao custo amortizado”.

O Grupo desreconhece um passivo financeiro ou parte dele, da Demonstração da Situação Patrimonial apenas quando a obrigação especificada no contrato for satisfeita, cancelada ou expirada.

Política contabilística adotada até 31 de dezembro de 2017

Os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

- c) Passivos financeiros ao justo valor por via de resultados; e
- d) Outros passivos financeiros.

A categoria Outros passivos financeiros inclui os passivos apresentados nas rubricas Empréstimos obtidos” e Credores e Outros Passivos. Estes passivos são reconhecidos inicialmente ao justo valor e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado de acordo com a taxa de juro efetiva.

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

A 31 de dezembro de 2017, a SAG Gest apenas tem reconhecidos passivos classificados como “Outros passivos financeiros”.

2.5.13 Ativos e Passivos Contingentes (Nota 41)

Os Ativos Contingentes não são reconhecidos nas Demonstrações Financeiras Consolidadas, e apenas são divulgados quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

Os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas Demonstrações Financeiras Consolidadas, sendo divulgados nas Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos seja remota, caso em que não são objeto de divulgação.

2.5.14 Eventos Subsequentes (Nota 42)

Os eventos que ocorram após a data de reporte que proporcionem informação adicional sobre as condições que existiam à data de reporte são refletidos nas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Os eventos ocorridos após a data de reporte que proporcionem informação sobre as condições que se verifiquem após a data de reporte são divulgados nas Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas, se materiais.

2.5.15 Imparidade de Ativos

2.5.15.1 Imparidade de Ativos Não Financeiros

A SAG Gest avalia, em cada data de reporte, a existência de indícios de os seus Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis se encontrarem em situação de imparidade. Sempre que estes se verificam, ou quando as IFRS requerem a realização de testes de imparidade, a SAG Gest estimava o valor recuperável do Ativo em questão, que corresponde ao mais alto do valor realizável do Ativo, deduzido de eventuais custos de venda, ou ao seu valor de uso. Caso se verifique uma situação de imparidade, o valor do Ativo é reduzido por forma a refletir o seu valor recuperável.

Os Ativos não Financeiros, com exceção do “Goodwill”, onde tenham sido reconhecidas perdas por imparidade, eram avaliados, em cada data de relato, sobre a possível reversão das perdas por imparidade reconhecidas.

Quando havia lugar ao reconhecimento de uma perda por imparidade ou à sua reversão, a depreciação/amortização dos respetivos Ativos era recalculada prospectivamente de acordo com o valor recuperável, ajustado pela imparidade reconhecida.

2.5.15.2 Imparidade de Ativos Financeiros

Após 1 de janeiro de 2018, a IFRS 9 – Instrumentos Financeiros estabelece um novo modelo de imparidade baseado em “perdas esperadas” que substitui o anterior modelo baseado em “perdas incorridas”, previsto na IAS 39. Assim a SAG Gest reconhece perdas por imparidade antes de existir incidência objetiva de perda de valor decorrente de um evento passado. A IFRS 9 determina o reconhecimento de perdas por imparidade em instrumentos financeiros detidos cuja mensuração seja ao custo amortizado ou ao justo valor por outro rendimento integral, tais como devedores e Outros Ativos, Caixa e Equivalentes de Caixa, entre outros

Políticas contabilísticas adotadas a partir de 1 de janeiro de 2018

A determinação da imparidade sobre ativos financeiros envolve estimativas significativas. Ao calcular esta estimativa, a Administração avalia, de entre outros fatores, a duração e extensão das circunstâncias de acordo com os quais o valor recuperável destes ativos poderá ser inferior ao seu valor contabilístico. Os saldos de “Empréstimos concedidos a entidades relacionadas”, “Clientes” e “Outros devedores” são avaliados para fatores como o histórico de incumprimento, condições atuais de mercado, e ainda informação prospetiva estimada por referência ao final de cada período de reporte, enquanto elementos de avaliação mais críticos para efeitos de análise das perdas de crédito estimadas

Políticas contabilísticas adotadas até 31 de dezembro de 2017

A determinação da imparidade sobre ativos financeiros envolve estimativas significativas. Ao calcular esta estimativa, a Administração avalia, de entre outros fatores, a duração e extensão das circunstâncias nas quais o valor recuperável destes ativos é inferior ao seu custo. Os saldos de “Empréstimos concedidos a entidades relacionadas”, “Clientes”, e “Outros devedores” foram avaliados para fatores como a frequência de incumprimento, recuperação de imparidades anteriormente reconhecidas, e situação financeira do devedor, enquanto elementos de avaliação mais críticos para efeitos de análise de imparidade.

A análise da antiguidade de saldos de Devedores e Outros Ativos - Clientes e Devedores e Outros Ativos - Outros encontram-se divulgados nas Notas 24 e 26 respetivamente.

2.5.16 Locações Operacionais e Financeiras

São classificadas como Locações Operacionais as locações onde uma parte significativa dos riscos e benefícios da propriedade do bem locado é detida pelo Locador. Os pagamentos efetuados nas Locações Operacionais são reconhecidos em resultados, pelo método das quotas constantes durante o período de locação, líquidos de quaisquer incentivos recebidos do Locador.

Os Ativos Fixos Tangíveis adquiridos ao abrigo de contratos de Locação Financeira, ou de outros instrumentos contratuais que, na sua substância, configurem alugueres de natureza financeira, são reconhecidos como alugueres financeiros (*“financial leases”*), de acordo com a IAS 17 – Locações.

Nestes termos, é reconhecido, por um lado, o valor dos Ativos Fixos Tangíveis adquiridos, deduzido das respetivas depreciações acumuladas e, por outro, o valor das dívidas pendentes de liquidação, calculado ao Custo Amortizado, de acordo com o Método da Taxa de Juro Efetiva. Os juros incluídos nas rendas e as depreciações são reconhecidos como custos no exercício a que respeitam.

Os Ativos locados a terceiros em regime de Locação Operacional são considerados como Ativos Fixos Tangíveis na Demonstração da Situação Patrimonial Consolidada. Estes itens são depreciados ao longo da sua vida útil estimada. Os rendimentos de rendas (líquidos de quaisquer incentivos concedidos ao Locatário) são reconhecidos linearmente durante o termo da locação.

2.5.17 Transações e Saldos em moeda estrangeira

a) Moeda funcional

A moeda funcional e de apresentação das Demonstrações Financeiras Consolidadas da SAG Gest, assim como das suas Subsidiárias, Participadas e Associadas, é o Euro.

b) Reconhecimento de transações denominadas em moeda estrangeira

As operações denominadas em moeda estrangeira (fora da zona Euro) são reconhecidas utilizando, na conversão para Euros, a taxa câmbio em vigor na data da transação. Os valores a receber e a pagar em moeda estrangeira estão expressos em Euros utilizando as taxas de câmbio em vigor na data de reporte.

c) Ativos e Passivos não monetários denominados em moeda estrangeira

Os Ativos e Passivos não monetários denominados em moeda estrangeira, e reconhecidos ao Justo Valor são convertidos para a moeda funcional de cada Subsidiária ou Participada utilizando a taxa de câmbio em vigor na data da determinação do respetivo Justo Valor. Subsequentemente, e em cada data de reporte, aqueles valores são reconvertidos para a moeda funcional da SAG Gest, aplicando a taxa de câmbio em vigor na data de reporte.

d) Diferenças de câmbio

Todas as diferenças de câmbio que são apuradas em consequência da aplicação destes procedimentos são reconhecidas como Custos ou Proveitos do exercício.

As diferenças de câmbio apuradas nos saldos entre Entidades incluídas na consolidação são reconhecidas como rendimentos ou gastos do período nas Demonstrações Financeiras Consolidadas, a menos que esses saldos sejam considerados como parte do investimento líquido numa Subsidiária estrangeira. Neste caso, as referidas diferenças de câmbio são reconhecidas nos Capitais Próprios.

2.5.18 Resultado Líquido por Ação

Na Demonstração dos Resultados e de Outro Rendimento Integral Consolidados é apresentado o Resultado Líquido Básico por Ação e o Resultado Líquido Diluído por Ação referente a operações continuadas e, se aplicável, a operações descontinuadas.

O Resultado Básico por Ação é calculado dividindo (i) os lucros e perdas do período atribuíveis aos titulares de Ações Ordinárias da SAG Gest (ii) pelo número médio ponderado de Ações Ordinárias em circulação durante o período.

Para fins de cálculo do Resultado Diluído por Ação, os lucros e perdas do período atribuíveis aos titulares de Ações Ordinárias da SAG Gest são ajustados (i) pelos Dividendos preferenciais, (ii) pelas diferenças resultantes da liquidação de Ações Preferenciais e (iii) por outros efeitos semelhantes. O número médio ponderado de Ações em circulação deve ser ajustado pelos acontecimentos que não sejam a conversão de potenciais Ações Ordinárias que tenham alterado o número de Ações Ordinárias em circulação sem a correspondente alteração nos recursos, para refletir os efeitos de todas as Ações Ordinárias potenciais diluíveis.

Diluição é uma redução no Lucro por Ação ou um aumento no Prejuízo por Ação que resulte da suposição (i) que sejam convertidos instrumentos convertíveis, (ii) que sejam exercidas opções ou prémios de subscrição ou (iii) que sejam emitidas Ações Ordinárias quando da satisfação de certas condições.

Quando se verifica que o Resultado Básico por Ação e o Resultado Diluído por Ação são iguais, os respetivos valores são apresentados numa só linha na Demonstração dos Resultados e de Outro Rendimento Integral Consolidado.

2.5.19 Relato por Segmentos

Os Segmentos Operacionais são reportados consistentemente com o reporte interno que é produzido e disponibilizado aos Órgão de Gestão, nomeadamente ao Conselho de Administração. Com base nesse reporte os Órgãos de Gestão avaliam o desempenho de cada Segmento e procedem à alocação dos recursos disponíveis.

2.5.20 Ativos não Correntes (ou grupos para alienação) Detidos para Venda (Nota 4)

Os Ativos Não Correntes (ou grupos para alienação) são classificados como Ativos Não Correntes Detidos para Venda quando o seu valor contabilístico venha a ser principalmente recuperado através de uma transação de venda, ou através de uma distribuição aos Acionistas, em vez de seu uso continuado nas atividades.

Os Ativos Não Correntes Detidos para Venda podem-se referir a um Ativo separado (por exemplo: Ativos Tangíveis, ou Investimento numa Subsidiária, com perda de controlo), ou a um grupo para alienação que inclui Ativos e Passivos (por exemplo: negócios para venda).

Para que um Ativo Não Corrente ou grupo para alienação seja classificado como detido para venda, é necessário que se encontre em condições de venda imediata, e que a transação seja altamente provável. A operação de venda é considerada provável quando a Administração se compromete em prosseguir com a venda, definindo um intervalo de preço adequado e procurando ativamente um possível comprador, para que a operação de venda possa ser concluída dentro de um período de 12 meses.

Os Ativos Não Correntes Detidos para Venda são valorizados ao menor entre o valor contabilístico e o justo valor menos os custos de venda, a partir da data de classificação como detidos para venda. Os Ativos com vida útil definida deixam de ser depreciados / amortizados a partir da data em que são classificados como detidos para venda, até à data em que a transação de venda ocorra, ou que a transação deixe de ser provável.

Quando, devido a alterações de circunstâncias, os Ativos Não Correntes, e/ou grupos para alienação deixam de cumprir as condições para serem classificados como detidos para venda serão reclassificados de acordo com a natureza subjacente dos Ativos e serão valorizados pelo menor entre (i) o valor contabilístico antes de terem sido classificados como detidos para venda, ajustado por quaisquer gastos de depreciação / amortização, ou valores de reavaliação que teriam sido reconhecidos, caso esses Ativos não tivessem sido classificados como detidos para venda, e (ii) os valores recuperáveis dos itens na data em que são reclassificados de acordo com a sua natureza subjacente. Estes ajustamentos serão reconhecidos nos resultados do exercício.

2.6 Julgamentos da Gestão

Na preparação das Demonstrações Financeiras Consolidadas de acordo com as IFRS, o Conselho de Administração utiliza estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas e os montantes reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e em outros fatores, incluindo expectativas relativas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas, ou resultado de uma informação ou experiência adquiridas. Os julgamentos mais significativos refletidos nas Demonstrações Financeiras Consolidadas são como segue:

a) Continuidade das operações

Tal como divulgado nas Demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, apesar do processo de reestruturação concluído pela SAG Gest em dezembro de 2015 com os seus principais bancos lhe ter permitido o reequilíbrio da sua estrutura financeira consolidada e criado condições para a continuidade das operações da Sag Gest e das suas participadas (em conjunto o “Grupo SAG”), no final do exercício de 2017, com a deterioração das condições do negócio a situação financeira do Grupo SAG, agravando assim o risco de liquidez do Grupo e a sua rentabilidade operacional e financeira.

Na sequência dos eventos mencionados acima, no início de 2018, e com o objetivo de permitir a continuidade das operações do Grupo SAG, o Conselho de Administração da SAG Gest começou desenvolver, em conjunto com as Marcas representadas, pela subsidiária SIVA, um plano de reposicionamento do seu negócio de forma a inverter a situação e garantir a sustentabilidade de todo o Grupo e em consequência o seu acesso às fontes de financiamento necessárias para a sua atividade pelo que as demonstrações financeiras de 2017, da SAG Gest e das suas participadas, foram preparadas com base no princípio da continuidade das operações, por ser convicção do Conselho de Administração que as negociações se iriam, concluir com sucesso.

Adicionalmente, e como resposta à situação em que o Grupo se encontra, a Administração tem vindo a desenvolver diariamente uma gestão criteriosa no que respeita à sua atividade operacional, focada nos seus fluxos de caixa, tendo ajustado os planos de compras com as diversas marcas do Grupo VW, reduzindo o volume de encomendas e solicitado a redução dos prazos de recebimento dos apoios comerciais das Marcas. Ainda assim, o Grupo apresenta, a 31 de dezembro de 2018, Capitais Próprios negativos.

Apesar da complexidade do processo negocial com os diversos “stakeholders”, incluindo as Marcas representadas pela subsidiária SIVA, as Instituições financeiras que participam nos financiamentos e garantias que o Grupo SAG dispõe e entidades do Grupo VW, foi possível estabelecer acordos que permitem garantir a continuidade das operações. É convicção do Conselho de Administração que as condições suspensivas do acordo, conforme descrito abaixo não ocorrerão.

O acordo estabelecido entre a SAG Gest, a Porsche Holdings (Sociedade pertencente ao Grupo VW) com sede em Salzburg, o Banco Comercial Português, S.A., o Banco BPI, S.A., a Caixa Geral de Depósitos, S.A. e o Novo Banco, S.A tem em vista a alienação à PHS do negócio automóvel da SAG, constituído pelas seguintes sociedades do grupo:

- a) AA00 – Sociedade de Formação Profissional e Consultoria Técnica, S.A.;
- b) Globalrent – Sociedade Portuguesa de Rent-A-Car, Unipessoal, Lda.;
- c) SIVA Serviços – Assessoria Financeira e Administrativa, S.A.;
- d) SIVA – Sociedade de Importação de Veículos Automóveis, S.A.;
- e) Soauto SGPS, S.A.

Como parte desta negociação e do acordo com a PHS, e de forma a permitir a concretização, com sucesso, da transação contemplada e como sua condição (i) os Bancos acordaram apoiar a apresentação pela SAG e pela SIVA a processos especiais de revitalização – “PER” e (ii) o Volkswagen Finance Belgium, S.A., a Audi Aktiengesellschaft, a Skoda Auto A.S. e a Volkswagen Aktiengesellschaft acordaram também disponibilizar apoio financeiro às Sociedades, sujeito à conclusão, com sucesso da Transação (tal como a seguir descrita).

A conclusão da Transação ocorrerá após:

- a) A aprovação incondicional da Transação pela Comissão Europeia e, se aplicável, outras autoridades nacionais de concorrência competentes;
- b) A conclusão, com sucesso, da oferta pública de aquisição voluntária, nos termos preliminarmente anunciada hoje, para aquisição de todas as ações da SAG (a “Oferta Pública”) não detidas pelo oferente e por pessoas que com ele se encontrem numa das situações do artigo 20.º tal como identificadas (“Partes Concertadas”) (salvo no que respeita às ações próprias detidas pela SAG que estarão incluídas no objeto da Oferta Pública), nos termos detalhados no anúncio preliminar hoje divulgado e de acordo com o qual o sucesso da Oferta pública dependerá da aquisição pelo Oferente e pelas Partes Concertadas de, pelo menos, noventa por cento do capital social e dos direitos de voto da SAG;
- c) A perda de qualidade de sociedade aberta após a conclusão, com sucesso, da Oferta Pública, ao abrigo da alínea a) do número 1 do artigo 27.º do Código dos Valores Mobiliários, desde que verificadas todas as condições aí previstas;
- d) Após a perda de qualidade de sociedade aberta, o lançamento e conclusão do processo previsto no artigo 490.º do Código das Sociedades Comerciais, com vista à aquisição potestativa de todas as ações da SAG não detidas pela SGC e sociedades por si dominadas;
- e) A venda pela SAG Gest à SIVA das participações sociais representativas da totalidade do capital social da SIVA Serviços, da Globalrent e da AA00;
- f) A homologação judicial, transitada em julgado, do PER da SAG (tal como definido e melhor descrito a seguir)
- g) A homologação judicial, transitada em julgado, do PER da SIVA (tal como definido e melhor descrito a seguir)
- h) O registo final e definitivo das fusões por incorporação da Autoimpor na LGA e desta na SAG.

A Transação fica ainda sujeita a um conjunto de condições mais diretamente relacionadas com a atividade das Sociedades até ao fecho da Transação. Ainda no âmbito do acordo a SAG compromete-se pelo prazo de dois anos a não exercer a atividade a alienar com exceção da desenvolvida pela Autolombos.

Devida à estrutura de endividamento das sociedades que se encontram no Perímetro de Transação o preço de compra foi fixado em EUR 1 (um euro). A contrapartida poderá ser objeto de ajustamentos adicionais, se existente, nos termos acordados nos documentos da transação, os quais assumirão a forma de perdão adicional de dívida no âmbito do PER da SIVA.

De acordo com o acordo extrajudicial de recuperação apresentado para homologação no âmbito do PER da SAG:

- a) os créditos subordinados da SIVA e de outras sociedades do grupo sobre a SAG, no montante total de EUR 253,1 milhões, serão integralmente extintos por remissão;
- b) os créditos dos Bancos sobre a SAG serão parcialmente extintos, por remissão no montante de Eur 15,9 milhões;
- c) os créditos remanescentes dos Bancos sobre a SAG após a referida remissão serão reembolsados, sujeito a cláusulas de regresso de melhor fortuna ou de remissão adicional, em função do desempenho económico e financeiro da SAG;

- d) após a conclusão da Transação, a atividade principal da SAG consistirá na gestão do investimento atual do Imocar.

De acordo com o acordo extrajudicial de recuperação apresentado para homologação no âmbito do PER da SIVA:

- a) os Bancos assegurarão até 31 de dezembro de 2019 garantias bancárias para garantir a importação de viaturas e peças pela SIVA;
- b) os créditos dos Bancos sobre a SIVA serão parcialmente extintos, por remissão, no montante Eur 100 milhões, acrescido no montante necessário para que a situação líquida da SIVA não seja negativa, sendo esse montante determinado na data do fecho da Transação;
- c) do montante dos créditos remanescentes dos Bancos sobre a SIVA após a referida remissão, parte será reembolsado em função da não verificação de determinadas contingências ao abrigo do CCV da SIVA e da Soauto SGPS, S.A., sendo o restante reembolsado pela SIVA na data do fecho da Transação.

Espera-se que a Transação seja concluída o mais tardar até 30 de setembro de 2019.

Com a conclusão (i) das fusões da Autoimpor na LGA e desta na SAG, (ii) da Transação e (iii) do PER da SAG, a SAG passará a deter (i) participações representativas de 40 (quarenta) por cento do capital social da Autolombos – Sociedade de Automóveis, Lda., (ii) ações representativas de 100 (cem) por cento do capital social da SIVA Defleet – Comércio de Automóveis, S.A., e (iii) a totalidade das unidades de participação do IMOCAR – Fundo de Investimento Imobiliário Fechado (“Unidades de Participação IMOCAR”), um fundo imobiliário fechado gerido pela NORFIN – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliários, S.A, em que todas as Unidades de Participação continuarão empenhadas aos Bancos em garantia do reembolso de capital, e pagamento de juros, custos e despesas relacionadas com a dívida da SAG aos Bancos, após homologação final do PER da SAG e conclusão da Transação.

Pelo exposto acima, as Demonstrações Financeiras Consolidadas foram preparadas de acordo com o princípio da continuidade

b) Estimativa de Imposto Diferido

O valor dos impostos diferidos é calculado pelo método da responsabilidade à data de relato, com base nas diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos reconhecidos nas Demonstrações Financeiras Consolidadas e as respetivas bases de tributação.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos sempre que seja provável que sejam gerados lucros fiscais futuros contra os quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas. Deste modo, alterações na legislação fiscal ou na sua interpretação por parte das autoridades competentes podem ter impacto no valor dos impostos diferidos, assim como o desempenho das várias Entidades incluídas no perímetro de consolidação.

Para a determinação do valor dos impostos diferidos é utilizada a taxa que deverá estar em vigor no exercício em que as diferenças temporárias serão revertidas.

c) Valorização e vida útil de Ativos Intangíveis

A SAG Gest utilizou diversos pressupostos na estimativa dos fluxos de caixa futuros provenientes dos Ativos Intangíveis adquiridos como parte de processos de aquisição de Entidades, entre os quais a estimativa de receitas futuras, as taxas de desconto e a vida útil dos referidos ativos.

2.7 Estimativas Significativas

a) Imparidade de Ativos Financeiros

Após 1 de Janeiro de 2018, a determinação da imparidade sobre ativos financeiros envolve estimativas significativas. Ao calcular esta estimativa, a Administração avalia, de entre outros fatores, a duração e extensão das circunstâncias de acordo com os quais o valor recuperável destes ativos poderá ser inferior ao seu valor contabilístico. Os saldos Devedores e Outros Ativos – Entidades Relacionadas, Devedores e Outros Ativos – Outros, são avaliados para fatores como o histórico de incumprimento, condições atuais de mercado, e ainda informação prospetiva estimada por referência ao final de cada período de reporte, enquanto elementos de avaliação mais críticos para efeitos de análise das perdas de crédito estimadas.

Até 31 de Dezembro de 2017 as perdas por imparidade nos saldos de Clientes e de outras Devedores e Outros Ativos eram reconhecidas, sempre que exista evidência objetiva de que os montantes não eram recuperáveis conforme os termos iniciais da transação. As perdas por imparidade identificadas eram reconhecidas na Demonstração dos Resultados e de Outro Rendimento Integral, em Perdas por Imparidade – Entidades Relacionadas, sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade diminuam ou se deixem de verificar.

b) Análise de Imparidade do “Goodwill”

O valor do “Goodwill”, foi até 31 de dezembro de 2018, testado anualmente, e sempre de forma a verificar possíveis circunstâncias que indicassem que o seu valor contabilístico poderia estar em situação de imparidade. Os valores recuperáveis das Unidades Geradoras de Caixa foram determinados com base na metodologia do valor em uso. A utilização deste método requer a estimativa dos fluxos de caixa futuros provenientes das operações de cada Unidade Geradora de Caixa e a escolha de uma taxa de desconto apropriada.

Considerando o divulgado na Nota 2.6.a) – Continuidade das Operações, na opinião do Conselho de Administração, a 31 de dezembro de 2018, não é expectável que os valores, de “Goodwill” registados anteriormente, venham a ser recuperáveis. Desta forma foram registadas imparidades para a totalidade do valor de “Goodwill”.

c) Reconhecimento de Provisões

A SAG Gest é parte em diversos processos judiciais em curso. Com base na opinião dos seus Advogados, a SAG Gest efetua um julgamento para determinar se deve ser constituída uma Provisão para as contingências associadas aos referidos processos judiciais.

d) Estimativa de imparidade de inventários

O valor da estimativa de Imparidades em Inventários é calculado em cada data de relato tendo em conta a perspetiva do valor de venda esperado das viaturas e peças em Inventário, tendo por base o melhor conhecimento da Gestão à data de aprovação das Demonstrações Financeiras, dos eventos e transações em curso, assim como a experiência de eventos passados e/ou correntes.

Para determinar o valor de venda esperado das viaturas usadas em Inventários, a Sociedade estima a desvalorização do valor de mercado da viatura, determinada à data de relato, tendo em conta as características de cada viatura, o “mix” previsto das respetivas vendas por canal de venda, a informação histórica, os orçamentos de vendas e ainda a informação fornecida por entidades externas especialistas no sector automóvel acreditadas no mercado.

No que respeita à determinação do valor de venda esperado das viaturas usadas que na data de reporte se encontram ainda na posse das Entidades a quem foram faturadas, no âmbito de transações com cláusulas de “Buy-Back”, é ainda estimado o valor atual da retoma, tendo em conta a desvalorização da viatura até à data do exercício da obrigação de recompra (o “holding period”).

Para determinar o valor de venda esperado das Peças e Acessórios, a Entidade apura a rotação daqueles Inventários por tipo de material, tendo por base os movimentos registados durante os últimos 24 meses.

e) Determinação do valor de mercado das Propriedades de Investimento

As Propriedades de Investimento referem-se a terrenos e edifícios e são valorizadas ao Justo Valor determinado por entidades especializadas e independentes, com qualificação profissional reconhecida e com experiência na avaliação de ativos desta natureza.

f) Estimativa de Apoios a Receber e a Pagar

O valor da estimativa de apoios comerciais a receber pela Subsidiária SIVA é calculado, em cada data de relato, com base no resultado das negociações e acordos que foram celebrados com as Marcas representadas por aquela Subsidiária, para cada ano económico.

O valor da estimativa de apoios comerciais a pagar pela Subsidiária SIVA é calculado, em cada data de relato, para as viaturas que foram vendidas por aquela Subsidiária até essa data, considerando a tipologia de cada Cliente final (canal de venda), tendo por base os acordos e regras estabelecidos anualmente pela Subsidiária SIVA, para cada uma das Marcas representadas.

g) Valorização e vida útil de ativos fixos tangíveis

A determinação das vidas úteis dos ativos é baseada em estimativas da gestão. A determinação da existência de perdas por imparidade destes ativos fixos tangíveis envolve a utilização de estimativas. O valor recuperável destes ativos é normalmente determinado com recurso à utilização de modelos de fluxos de caixa descontados. A identificação de indicadores de imparidade, bem como a estimativa de fluxos de caixa futuros dos ativos requerem julgamento significativo por parte da Gestão no que diz respeito à validação de indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis estimadas e valores residuais.

2.8 Políticas de gestão do risco financeiro

2.8.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da SAG Gest estão expostas a uma variedade de fatores de risco financeiro, incluindo os efeitos de alterações de preços de mercado: risco de crédito, risco de liquidez e risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro, entre outros.

A gestão de risco da SAG Gest é controlada pelo departamento financeiro de acordo com políticas aprovadas pela Administração. A Administração define os princípios para a gestão do risco como um todo e as políticas que cobrem áreas específicas, como o risco de taxa de juro, risco de crédito bem como o risco de liquidez.

Risco de crédito

O risco de crédito da SAG Gest resulta essencialmente: i) do risco de recuperação dos meios monetários entregues à guarda de terceiros, e ii) do risco de recuperação dos créditos das entidades exteriores à SAG Gest. O risco de crédito é avaliado no momento inicial e ao longo do tempo, de forma a acompanhar a sua evolução.

Uma parte significativa dos valores a receber de clientes encontra-se dispersa por um número elevado de entidades, um fator que contribui para a redução do risco de concentração de crédito. Regra geral os clientes da SAG Gest não têm rating de crédito atribuído.

O acompanhamento do risco de crédito é efetuado pelo departamento financeiro da SAG Gest, supervisionado pelo Conselho de Administração, com base: i) na natureza societária dos devedores; ii) no tipo de transações originadoras dos saldos a receber; iii) na experiência de transações realizadas no passado; iv) nos limites de crédito estabelecidos para cada cliente e ainda v) pelo recurso a SAG Gest especializadas em análise do risco de crédito.

A partir de 1 de janeiro de 2018, a SAG Gest aplica os seguintes modelos de risco de crédito:

A SAG Gest considera a probabilidade de incumprimento com o reconhecimento inicial do ativo e consoante a ocorrência de aumentos significativos do risco de crédito de forma contínua em cada período de reporte. De modo a avaliar se existiu um aumento significativo no risco de crédito, a SAG Gest compara o risco de ocorrência de incumprimento por referência à data de relato, com o risco de incumprimento avaliado por referência à data de reconhecimento inicial.

Considera-se que existe incumprimento quando a contraparte não cumpre com os pagamentos contratuais até à data de vencimento das faturas. Quando os ativos financeiros são desreconhecidos, a SAG Gest continua a tomar diligências para reaver os valores devidos. Em casos de sucesso com a recuperação de valores, tais quantias são reconhecidas nos resultados do exercício.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando não há expectativa real de recuperação.

Imparidade de ativos financeiros

a) Devedores e Outros ativos

A SAG Gest aplica a abordagem simplificada para calcular e registar as perdas de crédito estimadas exigidas pela IFRS 9, a qual permite a utilização das imparidades para perdas estimadas para todos os saldos de “Devedores e Outros ativos”. De modo a mensurar as perdas de crédito estimadas, os saldos de “Devedores e Outros ativos” foram agregados com base nas características de risco de crédito partilhadas, assim como nos dias de atraso.

O valor contabilístico dos saldos de “Devedores e Outros ativos” reflete o risco de crédito máximo da SAG Gest relativamente a estas rubricas.

Até 31 de dezembro de 2017, as imparidades dos saldos de “Devedores e Outros ativos” foram avaliadas segundo o modelo de perdas de crédito incorridas.

As perdas por imparidade para estes saldos foram reconhecidas como perdas por imparidade. A SAG Gest considerava que existia evidência de imparidade caso algum dos seguintes indicadores se verificasse:

- Dificuldades financeiras significativas para o devedor;
- Probabilidade de o devedor vir a entrar em insolvência ou reorganização financeira; e
- Incumprimento ou atrasos de pagamento (mais de 30 dias após o prazo de vencimento).

b) Empréstimos concedidos a entidades relacionadas

Em 2018 considera-se que os saldos de “Empréstimos concedidos a entidades relacionadas” têm risco de crédito elevado, pois apresentam risco de incobabilidade significativo e a parte relacionada não apresenta capacidade para cumprir com as suas responsabilidades contratuais de fluxos de caixa no curto prazo. Por este motivo no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram registados em resultados valores significativos de perdas por imparidade para partes relacionadas. Esta situação advém da deterioração da situação financeira do Grupo SAG, tal como referido na nota 2.6.

O valor bruto contabilístico dos itens classificados como “Empréstimos concedidos a entidades relacionadas” reflete o risco de crédito máximo da SAG Gest.

c) Equivalentes de caixa e Depósitos a Prazo

O valor bruto contabilístico dos montantes considerados equivalentes de caixa respeita apenas a depósitos bancários e reflete o risco de crédito máximo da SAG Gest relativamente a esses ativos.

A 31 de dezembro de 2018 a qualidade de crédito das instituições financeiras devedoras dos saldos considerados equivalentes de caixa, era a seguinte:



Soluções Automóvel Globais

	31/12/2018	Descontinuadas 31/12/2018	Total	31/12/2017
Depósitos bancários				
A2				
Banco Popular	0,0	172,4	172,4	9,6
A3				
Deutsch	0,0	0,0	0,0	1,3
B3				
Montepio	1 088,2	297,0	1 385,2	673,0
BA2				
Banco do Brasil	0,0	5 548,9	5 548,9	1 001,8
BAA2				
BPI	1,5	4,4	6,0	8,6
CGD	1,9	3 954,5	3 956,4	17,5
BAA3				
Millenium BCP	2 210,5	4 148,3	6 358,8	5 806,5
Santander	96,9	0,0	96,9	62,4
CAA2				
Novo Banco	1,1	13,9	15,0	10,6
Outros sem rating				
BIC	0,0	0,0	0,0	0,0
Popular	0,0	0,0	0,0	0,0
BPN	0,0	0,3	0,3	0,5
Deutsch	0,0	0,0	0,0	0,0
CCAM	0,0	0,0	0,0	1,2
Depósitos bancários (caixa e equivalentes)	3 400,2	14 139,6	17 539,8	7 592,9

Risco de Taxa de Juros - Passivos a Taxa de Juro Variável

Apesar de a totalidade dos financiamentos contratados pelas Entidades incluídas na consolidação ser remunerada com base na taxa de juro Euribor, acrescida de um “*spread*” de risco, em 31 de dezembro de 2018 não existiam quaisquer Instrumentos Financeiros para cobertura do risco de variação da taxa de juro. A decisão de contratar operações de cobertura de risco de variação de taxa de juro é casuística, e depende das expectativas de evolução das taxas de juro de mercado e do risco de liquidez associado aos instrumentos de cobertura, o que justifica a não existência de coberturas nesta data.

i. Análise de Sensibilidade

Para avaliar o efeito que a variação das taxas Euribor tem sobre o resultado antes de imposto da SAG Gest, considerou-se, para efeitos de análise de sensibilidade, a variação de 1bp nas taxas Euribor. Por simplificação, considera-se que a Euribor 1 mês e a Euribor 6 meses variam na mesma proporção, o que se justifica pelo elevado grau de correlação existente entre as duas variáveis.

Análise de Sensibilidade - Impacto das variações nas Taxas Euribor

Empréstimos Bancários	Indexante	Valor Nominal	Variação das Taxas		
			+ 1 bp		-1 bp
			Euribor < 0%	Euribor > 0%	
SIVA - Conta Corrente 1	Euribor 6 Meses	38.200,0	-	4,0	-
SIVA - Conta Corrente 2	Euribor 6 Meses	14.523,8	-	1,5	-
SIVA - Conta Corrente 3	Euribor 6 Meses	20.000,0	-	2,1	-
SAG - Conta Corrente 1	Euribor 6 Meses	14.650,0	-	1,5	-
SAG - Conta Corrente 2	Euribor 6 Meses	7.600,0	-	0,8	-
SAG - Conta Corrente 3	Euribor 6 Meses	675,0	-	0,1	-
SAG - Empréstimo Bancário 1	Euribor 6 Meses	31.200,0	-	3,2	-
SAG - Empréstimo Bancário 2	Euribor 6 Meses	17.997,6	-	1,9	-
Impacto total no Resultado Antes de Impostos			-	7,5	-

Taxas em vigor a 31 de Dezembro de 2018: Euribor 6 Meses -0,237%

A variação das Taxas de Juro Euribor, que se encontram atualmente em valores negativos, apenas terá impacto sobre o resultado da SAG Gest quando estas Taxas de Juro atingirem valores positivos.

Risco de Liquidez

Este risco pode ocorrer se as fontes de financiamento (disponibilidades, fluxos de caixa libertos pelas operações, encaixes decorrentes de desinvestimentos, linhas de crédito, entradas de Acionistas) não satisfizerem as necessidades existentes, de forma a assegurar o cumprimento das obrigações decorrentes das atividades operacionais e de financiamento, os investimentos e o reembolso da dívida.

	2018	2019	2020	2021	2022	Total
Empréstimos	87 888,9	19 791,0	5 100,0	5 100,0	28 797,6	146 677,6
Reclassificação para Passivos assoc. a Activos detidos para venda	74 360,2					74 360,2
Total	13 528,7	19 791,0	5 100,0	5 100,0	28 797,6	72 317,3

i. Linhas de Crédito Contratadas

Em 31 de dezembro de 2018, o valor das linhas de crédito contratadas encontrava-se totalmente utilizado.

ii. Obrigações Contratuais (“Covenants”) Relacionadas com Empréstimos

As obrigações contratuais relacionadas com os empréstimos obtidos encontram-se divulgadas na Nota 33 – Empréstimos Bancários – Obrigações Contratuais.

3. ENTIDADES CONSOLIDADAS

As Entidades Subsidiárias e Associadas incluídas nas Demonstrações Financeiras Consolidadas e os respetivos indicadores financeiros, referidos a 31 de dezembro de 2018 são como segue:

(1) Entidades incluídas na consolidação através da aplicação do Método Integral

Empresa	Sede	Volume de Negócios	Total Activo	Capitais Próprios	Resultado Líquido	% no Capital Próprio	
						Dez-18	Dez-17
AA00 - Sociedade de Formação Profissional e Consultoria Técnica, S.A.	Amadora	1.802,3	282,3	(319,2)	(984,0)	100%	100%
Autoimpor - Sociedade Importadora de Automóveis, S.A.	Amadora	-	11.630,1	(491.313,5)	(267.428,6)	100%	100%
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado - Imocar	Lisboa	-	58.821,4	57.682,6	(5.576,1)	100%	100%
GlobalRent - Sociedade Portuguesa de Rent-a-Car, Lda.	Amadora	58.815,1	6.916,6	1.528,4	412,1	100%	100%
LGA - Logística Automóvel, S.A.	Azambuja	8.843,1	1.788,3	(549.760,6)	(275.764,3)	100%	100%
Loures Automóveis - Comércio de Automóveis, S.A.	Loures	27.038,6	9.440,5	2.893,8	(778,3)	78,17%	78,17%
ROLPORTO - Comércio e Indústria de Automóveis, S.A.	Porto	19.697,1	6.947,8	1.963,3	(1.640,7)	100%	100%
ROLVIA - Sociedade de Automóveis, S.A.	Porto	11.934,9	3.175,2	1.002,1	(754,3)	60%	60%
SIVA - Sociedade de Importação de Veículos Automóveis, S.A.	Azambuja	492.465,3	206.696,4	(174.867,3)	(248.390,6)	100%	100%
Siva Delfleet - Comércio Automóveis, S.A.	Azambuja	-	111,0	95,2	45,9	100%	100%
SIVA Serviços - Assessoria Financeira e Administrativa, S.A.	Amadora	6.667,8	4.118,2	1.810,6	(808,6)	100%	100%
SOAUTO - Comércio de Automóveis, S.A.	Lisboa	77.376,8	22.854,5	5.469,5	(5.168,5)	100%	100%
SOAUTO, SGPS, S.A.	Amadora	-	9.821,4	9.785,1	(7.416,0)	100%	100%

(2) Entidades incluídas na consolidação através da aplicação do Método de Equivalência Patrimonial

Empresa	Sede	Volume de Negócios	Total Activo	Capitais Próprios	Resultado Líquido	% no Capital Próprio	
						Dez-18	Dez-17
Autolombos - Sociedade de Automóveis, Lda.	Oeiras	7.513,3	3.261,4	27,1	27,5	40%	40%

4. OPERAÇÕES DESCONTINUADAS

A SAG Gest, a Porsche Holding GmbH (PHS), com sede em Salzburg, o Banco Comercial Português, S.A., o Banco BPI, S.A., a Caixa Geral de Depósitos, S.A. e o Novo Banco, S.A celebraram um acordo com vista à alienação à PHS do negócio automóvel da SAG, constituído pelas seguintes sociedades do grupo:

- AA00 – Sociedade de Formação Profissional e Consultoria Técnica, S.A.;
- Globalrent – Sociedade Portuguesa de Rent-A-Car, Unipessoal, Lda.;
- SIVA Serviços – Assessoria Financeira e Administrativa, S.A.;
- SIVA – Sociedade de Importação de Veículos Automóveis;
- SOAUTO SGPS, S.A.

Na sequência deste acordo e encontrando-se cumpridos os requisitos IFRS 5 – Ativos Não Correntes Detidos Para Venda e Operações Descontinuadas a 31 de dezembro de 2018, foram estes montantes reclassificados para ativos não correntes detidos para venda, bem como os passivos associados. Os resultados líquidos associados às empresas acima referidas foram igualmente reclassificados, neste caso para Resultado Líquido de Operações Descontinuadas. Os detalhes desses montantes são como segue:

	Período de 12 meses findo em 31 de Dezembro		Período de 3 meses findo em 31 de Dezembro	
	2018	2017	2018	2017
Proveitos				
Vendas	523 887,4	608 522,9	85 509,9	141 947,9
Prestações de Serviços	11 205,8	11 088,9	2 588,2	2 966,3
Volume de Negócios	535 093,3	619 611,8	88 098,1	144 914,2
Custo das Vendas	(487 043,9)	(562 310,0)	(77 322,5)	(133 231,1)
Margem com Serviços	48 049,4	57 301,9	10 775,6	11 683,1
Outros Ganhos Operacionais	17 782,9	23 679,0	5 523,7	3 154,9
Outras Perdas Operacionais	(16 522,6)	(19 198,7)	(4 976,5)	(4 620,0)
Imparidades em Dívidas a Receber	9,9	(29,6)	5,1	(27,7)
Imparidades em Empresas do Grupo	(10 653,2)	-	-	-
Imparidades em Inventários	(2 807,3)	(7 137,8)	(271,7)	(4 280,2)
Margem de Contribuição	35 859,1	54 614,8	11 056,2	5 910,2
Custos Variáveis				
Fornecimentos e Serviços de Terceiros - Custos Comerciais	(7 957,4)	(12 451,4)	(1 883,3)	(3 850,5)
Fornecimentos e Serviços de Terceiros - Custos com Viaturas	(3 448,6)	(2 514,6)	(519,8)	(981,9)
Sub-Total - Custos Variáveis	(11 406,0)	(14 966,0)	(2 403,1)	(4 832,4)
Margem Variável	24 453,1	39 648,8	8 653,1	1 077,7
Custos de Estrutura				
Fornecimentos e Serviços de Terceiros - Custos de Estrutura	(11 132,6)	(12 373,8)	(2 116,6)	(3 327,7)
Gastos com Pessoal	(21 881,5)	(21 075,8)	(5 413,6)	(5 651,8)
Sub-Total - Custos de Estrutura	(33 014,0)	(33 449,6)	(7 530,2)	(8 979,6)
Res. Oper.(EBITDA) de Operações Descontinuadas	(8 561,0)	6 199,2	1 123,0	(7 901,9)
Imparidades em Activos Fixos Tangíveis	(8 791,0)		(8 791,0)	
Amortizações e Depreciações	(1 672,3)	(2 004,4)	(396,8)	(472,5)
Res. Antes de Imp. e Enc. Fin. (EBIT) de Operações Descontinuadas	(19 024,3)	4 194,7	(8 064,9)	(8 374,4)
Gastos Financeiros	(14 570,8)	(14 617,5)	(3 927,1)	(3 518,9)
Ganhos Financeiros	(263,9)	70,5	(231,1)	(9,2)
Ganhos / (Perdas) em Empresas do Grupo	-	-	(16,5)	-
Ganhos / (Perdas) em Propriedades de Investimento	-	-	(22,2)	-
Res. Antes de Imp.(EBT) de Operações Descontinuadas	(33 859,0)	(10 352,4)	(12 261,8)	(11 902,5)
Imposto Sobre o Rendimento	1 733,9	1 351,2	369,3	2 107,8
Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	(32 125,1)	(9 001,2)	(11 892,5)	(9 794,6)

Dez-18	
Activos Não Correntes	
Activos Fixos Tangíveis	11 520,1
Activos Intangíveis - "Goodwill"	-
Activos Intangíveis - Outros	222,1
Imposto Diferido Activo	1 880,7
Total - Activos Não Correntes	13 622,9
Activos Correntes	
Inventários	129 321,6
Devedores e Outros Activos - Clientes	21 079,8
Devedores e Outros Activos - Entidades Relacionadas	2 596,9
Devedores e Outros Activos - Outros	4 300,7
Gastos a Reconhecer	3 074,4
Acréscimos de Rendimentos	23 029,5
Imposto Corrente Sobre o Rendimento a Receber	4 028,0
Outros Impostos	2 223,4
Depósitos a Prazo	9 775,5
Caixa e Equivalentes de Caixa	4 364,1
Total - Activos Correntes	203 793,9
Total do Activo reclassificado para Ativos NC detidos para venda	217 416,8
Passivos não Correntes	
Imposto Diferido Passivo	1 583,8
Total - Passivos Não Correntes	1 583,8
Passivos Correntes	
Empréstimos	74 360,2
Credores e Outros Passivos - Fornecedores	212 260,4
Credores e Outros Passivos - Outros	9 632,9
Acréscimos de Gastos	19 375,7
Rendimentos a Reconhecer	10 619,9
Imposto Corrente Sobre o Rendimento a Pagar	893,2
Outros Impostos	19 464,7
Total - Passivos Correntes	346 607,0
Total do Passivo associado a Activos NC detidos para venda	348 190,8

5. RELATO POR SEGMENTOS OPERACIONAIS

A informação financeira relativa aos Segmentos Operacionais é reportada regular e periodicamente ao Conselho de Administração (principal órgão responsável pela tomada de decisões). Com base nesse reporte, o Conselho de Administração avalia o desempenho de cada Segmento e procede à alocação dos recursos disponíveis. A Administração avalia o desempenho dos Segmentos com base na informação sobre Resultados Operacionais (EBIT – Resultados Antes de Gastos Financeiros e de Impostos Sobre o Rendimento) e sobre a contribuição de cada Segmento para o Resultado Operacional Consolidado (EBIT Consolidado). Esta avaliação exclui os efeitos de resultados operacionais não usuais.

A Administração efetua o acompanhamento do desempenho dos negócios de acordo com as várias atividades desenvolvidas. De acordo com esta perspetiva, foram identificados os Segmentos da Distribuição Automóvel e do Retalho Automóvel.

A agregação foi efetuada considerando as semelhanças das respetivas atividades económicas, no que respeita, nomeadamente, à natureza dos produtos e serviços comercializados, ao tipo de Clientes e aos métodos de distribuição e de prestação de serviços. Os Segmentos Operacionais considerados são como segue:

- O Segmento de Distribuição, que inclui:
 - i. a atividade de comércio de distribuição, em Portugal, das Marcas Volkswagen, Volkswagen – Veículos Comerciais, Škoda e Audi

- ii. a atividade de comercialização por grosso de peças e acessórios
- iii. a atividade de preparação de viaturas novas
- iv. a formação e consultoria técnica
- O Segmento do Retalho, que corresponde às atividades de comércio a retalho, em Portugal, de viaturas novas das Marcas Volkswagen, Volkswagen – Veículos Comerciais, Škoda, Audi, Bentley e Lamborghini, de comercialização de viaturas seminovas usadas multimarca, de comercialização de peças e acessórios e de prestação de serviços de reparação e de manutenção de viaturas, como Oficinas Oficiais das Marcas Volkswagen, Volkswagen – Veículos Comerciais, Škoda e Audi. Neste Segmento está também incluído o resultado da Participada Autolombos, que é incluído nas Demonstrações Financeiras Consolidadas através da aplicação do Método da Equivalência Patrimonial;
- As Outras Operações incluem:
 - i. as atividades da SAG Gest, enquanto “Holding”
 - ii. as atividades da unidade de serviços partilhados (SIVA Serviços)

O Resultado Operacional (EBIT) das Unidades Geradoras de Caixa é monitorizado separadamente, com o objetivo de se tomarem decisões relativas à alocação de recursos e à avaliação da sua “performance”. A “performance” de cada Segmento é avaliada com base no Resultado Operacional (EBIT) e na sua contribuição para o Resultado Operacional Consolidado (EBIT Consolidado).

O financiamento e os impostos são geridos centralmente, e não são alocados aos Segmentos Operacionais.

Os preços de transferência aplicados nas transações entre os Segmentos Operacionais são determinados “on an arm’s length basis”, de forma em tudo idêntica às transações realizadas com terceiros não relacionados atuando de boa-fé.



Soluções Automóvel Globais

Segmentos Operacionais

O quadro seguinte divulga o Resultado obtido, os Ativos e os Passivos em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017 dos Segmentos Operacionais onde a SAG Gest e suas Subsidiárias e Participadas desenvolvem as suas atividades:

RELATO POR SEGMENTOS	Distribuição		Retalho		Outras operações		Eliminações		Total		Operações Descontinuadas		Total Consolidado	
	Dez-18	Dez-17	Dez-18	Dez-17	Dez-18	Dez-17	Dez-18	Dez-17	Dez-18	Dez-17	Dez-18	Dez-17	Dez-18	Dez-17
RÉDITOS														
Vendas	549 866,5	642 009,2	127 710,7	135 969,8	-	8 018,3	-	-	677 577,2	785 997,3	-	-	-	-
Prestações de Serviços	12 059,2	12 963,6	8 336,6	8 129,7	6 667,8	1 268,5	-	-	27 063,6	22 361,8	-	-	-	-
Vendas / Prestações de Serviços Intercompanhia	(152 597,6)	(170 359,0)	(11 438,7)	(10 274,4)	(5 511,3)	(8 018,3)	-	-	(169 547,6)	(188 651,7)	-	-	-	-
Réditos Totais	409 328,1	484 613,8	124 608,6	133 825,2	1 156,5	1 268,5	-	-	535 093,3	619 707,4	(535 093,3)	(619 707,4)	-	-
RESULTADOS														
Imparidades em Dívidas a Receber	3,5	(17,1)	6,4	(21,4)	-	-	-	-	9,9	(38,5)	9,9	(29,6)	-	(8,9)
Imparidades em Empresas do Grupo	(3 167,3)	-	(7 485,9)	-	(141 313,3)	-	-	-	(151 966,6)	-	(10 653,2)	-	(141 313,4)	-
Imparidades em Inventários	(2 689,8)	(6 956,9)	(117,5)	(180,9)	-	-	-	-	(2 807,3)	(7 137,8)	(2 807,3)	(7 137,8)	-	-
Imparidades em Activos Fixos Tangíveis	(9 914,3)	-	-	-	(,0)	-	-	-	(9 914,3)	-	(8 791,0)	-	(1 123,3)	-
Amortizações e Depreciações	(1 471,8)	(1 231,1)	(367,5)	(823,3)	(186,4)	(304,8)	-	-	(2 025,7)	(2 359,2)	(1 672,3)	(2 004,4)	(353,4)	(354,8)
Imparidades	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,0
Resultados Segmentais (EBIT)	(11 513,2)	3 318,0	1 066,9	1 686,0	(154 190,8)	(4 685,0)	-	-	(164 637,0)	319,0	(19 024,3)	4 194,7	(145 612,7)	(3 875,7)
Proveitos / custos não Alocados	-	-	-	-	-	0,0	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultados Operacionais	(11 513,2)	3 318,0	1 066,9	1 686,0	(154 190,8)	(4 685,0)	-	-	(164 637,0)	319,0	(19 024,3)	4 194,7	(145 612,7)	(3 875,7)
Resultados Financeiros	(6 544,6)	(6 356,9)	(534,4)	(842,8)	(8 944,5)	(8 851,1)	-	-	(16 023,5)	(16 050,8)	(14 834,7)	(14 547,1)	(1 188,8)	(1 503,7)
Ganhos / (Perdas) em Empresas do Grupo	(271)	-	10,9	-	-	(4)	-	-	(260,6)	(3,5)	-	-	(260,6)	(3,5)
Ganhos / (Perdas) em Propriedades de Investimento	25,2	-	-	-	-	-	-	-	25,2	-	-	-	25,2	-
Resultado Antes Imposto e Interesses que Não Controlam	(18 304,0)	(3 038,9)	543,3	843,2	(163 135,2)	(13 539,6)	-	-	(180 895,9)	(15 735,3)	(33 859,0)	(10 352,4)	(147 036,9)	(5 383,0)
Imposto sobre o rendimento	1 255,3	282,5	(74,2)	(287,4)	(7 112,9)	2 102,9	-	-	(5 931,8)	2 097,9	1 733,9	1 351,2	(7 665,7)	746,7
Interesses que Não Controlam	-	-	16,8	140,5	-	-	-	-	16,8	140,5	-	-	-	-
Resultado Líquido atribuível à SAG Gest	(17 048,7)	(2 756,3)	452,3	415,2	(170 248,1)	(11 436,8)	-	-	(186 844,5)	(13 777,9)	(32 125,1)	(9 001,2)	(154 702,7)	(4 636,2)
OUTRAS INFORMAÇÕES														
Activos do Segmento	673 720,4	915 262,0	78 761,5	85 642,2	858 818,5	992 508,5	(1 338 536,3)	(1 443 284,2)	272 764,0	550 128,5	217 416,8	-	55 347,2	550 128,5
Activos Totais Consolidados	673 720,4	915 262,0	78 761,5	85 642,2	858 818,5	992 508,5	(1 338 536,3)	(1 443 284,2)	272 764,0	550 128,5	217 416,8	-	55 347,2	550 128,5
Passivos do Segmento	418 711,2	643 986,8	30 366,9	37 445,2	686 214,9	658 527,7	(683 422,7)	(797 281,3)	451 870,3	542 678,4	348 190,8	-	103 679,5	542 678,4
Passivos Totais Consolidados	418 711,2	643 986,8	30 366,9	37 445,2	686 214,9	658 527,7	(683 422,7)	(797 281,3)	451 870,3	542 678,4	348 190,8	-	103 679,5	542 678,4
Dispêndio de Capital Fixo	7 657,6	5 852,8	236,2	147,7	28,5	138,0	-	-	7 922,3	6 138,5	-	-	7 922,3	6 138,5

SAG GEST – Soluções Automóvel Globais, SGPS, SA – Sociedade Aberta

Sede: Estrada de Alfragide, nº 67 Amadora

Capital Social: Eur 169.764.398,00

Matriculada na Conservatória do Registo Comercial da Amadora

Número Único de Matrícula e de Identificação Fiscal 503 219 886

Escritório: Alfrapark – Estrada de Alfragide, nº 67, Edifício SGC – Piso 2

2614-519 Amadora

Tel: 21 359 66 64

Fax: 21 359 66 74

6. OUTROS GANHOS OPERACIONAIS

Os Outros Ganhos Operacionais são como segue:

	Período de 12 meses findo em 31 de Dezembro		Período de 3 meses findo em 31 de Dezembro	
	2018	2017	2018	2017
Ganhos em empresas do grupo	7 917,2	-	7 917,2	-
Recuperação Despesas Legalização Viaturas	2 743,2	3 244,1	552,9	634,7
Periodificação de Ganhos Obtidos em Operações de "Buy-back" *	2 651,4	2 456,3	1 471,5	(1 322,7)
Recuperação Despesas Preparação Viaturas	2 633,6	4 045,3	510,4	855,6
Extensões de Garantia	2 007,5	4 087,9	850,3	716,6
Recuperação Despesas Transporte	2 005,6	2 591,3	434,7	569,7
Recuperação Despesas IUC's	1 788,9	2 692,9	271,7	617,0
Comissões Obtidas decorrentes da actividade Comercial	1 319,4	1 512,6	501,0	478,1
Recuperação Despesas Serviço de Mobilidade	574,1	657,8	144,9	148,8
Ferramentas da Qualidade	528,0	529,3	418,2	105,9
Contratos de Manutenção de Viaturas	436,5	196,4	287,8	75,5
Rappel Óleos e Lubrificantes	254,2	376,0	23,2	57,3
Recuperação Outras Despesas	255,4	233,0	50,6	56,3
Aluguer de Imóveis	129,2	190,1	33,8	48,0
Fees Ferramentas Informáticas	90,3	210,0	90,3	103,3
Sinalética e Mobiliário Concessionários	55,8	53,1	41,4	(41,5)
Rappel de Peças	22,6	418,7	(87,4)	339,3
Outros Proveitos Operacionais	452,9	551,8	(25,5)	(177,4)
Total Outros Ganhos Operacionais	25 865,8	24 046,7	13 487,2	3 264,6
Resultado de Operações Descontinuadas	17 782,9	23 679,0	5 523,7	3 154,9
Total Outros Ganhos Operacionais	8 083,0	367,7	7 963,5	109,7

* De acordo com o divulgado na Nota 2.5.1.1 a) ii. – Proveitos da Atividade – Transações em regime de "Buy-Back".

Apresenta-se abaixo o detalhe das operações em continuação:

	Período de 12 meses findo em 31 de Dezembro		Período de 3 meses findo em 31 de Dezembro	
	2018	2017	2018	2017
Ganhos em empresas do grupo	7 918,4	-	7 918,4	-
Recuperação Outras Despesas	-	2,6	-	0,1
Outros Proveitos Operacionais	164,6	365,1	45,1	109,6
Total Outros Ganhos Operacionais	8 083,0	367,7	7 963,5	109,7

A variação do valor de Extensões de Garantia deve-se ao facto de a Subsidiária SIVA, que até 2017 prestava serviços de extensão de garantia apenas como intermediária, ter passado a assumir diretamente, em 2018, a gestão e a prestação deste tipo de serviço para as Marcas Volkswagen e Skoda.

Até 2017, como intermediária neste tipo de atividade, a Subsidiária reconhecia o proveito faturado a Clientes, e no mesmo período, o respetivo custo faturado pelo Fornecedor dos serviços.

Com a alteração desta prática comercial, o proveito relativo a este tipo de serviços deixa de ser reconhecido, na sua totalidade, no momento da prestação do serviço, sendo apenas reconhecido o valor da margem apropriada pela Subsidiária. O valor remanescente é diferido e reconhecido apenas depois de decorrido o prazo de garantia de fábrica e de conhecidos todos os custos incorridos na prestação dos serviços. Registe-se que esta rubrica está associada às operações descontinuadas.

O valor apresentado em 2018 em ganhos em empresas do grupo, reflete o proveito, registado pela SAG Gest, inerente ao registo da dívida da SGC.

7. OUTRAS GASTOS OPERACIONAIS

Os Outras Gastos Operacionais estão relatados no quadro seguinte:

	Período de 12 meses findo em 31 de Dezembro		Período de 3 meses findo em 31 de Dezembro	
	2018	2017	2018	2017
Perdas em empresas do grupo	7 917,2	-	7 917,2	-
IUC's	3 801,7	4 872,4	481,7	1 091,9
Registo e Legalização Viaturas	2 429,5	2 463,2	528,9	563,9
Despesas de Transporte	1 831,0	2 299,1	432,0	529,5
Margem "Buy-back"	1 817,5	799,2	1 817,5	799,2
Subcontratos	1 803,7	1 815,9	493,0	484,4
Extensão de Garantias	1 069,8	3 869,1	153,5	918,9
Formação	696,7	593,8	152,8	265,7
Custos Serviço Mobilidade	426,0	533,6	87,0	146,3
Combustíveis	329,3	309,5	72,7	77,4
Lavagens	327,2	68,2	84,3	41,2
Consumíveis	269,5	227,4	82,9	71,3
Viatura de Substituição	202,1	364,4	48,2	84,6
Contratos de Manutenção de Viaturas	213,1	141,5	103,4	49,3
Serviços de Entrega	178,5	213,5	(15,1)	11,4
Impostos Indirectos	169,8	119,0	73,4	26,6
Multas e penalidades	94,6	19,5	1,6	10,8
Sinalética e Mobiliário Concessionários	86,1	133,0	46,8	26,0
Assistência Técnica	65,5	69,9	(19,5)	(3,2)
Quotizações	34,0	33,9	6,9	6,9
Outros Custos Operacionais	1 100,7	429,7	598,2	(544,3)
Total Outras Gastos Operacionais	24 863,3	19 375,8	13 147,7	4 657,8
Resultado de Operações Descontinuadas	(16 522,6)	(19 198,7)	(4 976,5)	(4 620,0)
Total Outras Gastos Operacionais	8 340,7	177,1	8 171,2	37,8

Apresenta-se abaixo o detalhe das operações em continuação:

	Período de 12 meses findo em 31 de Dezembro		Período de 3 meses findo em 31 de Dezembro	
	2018	2017	2018	2017
Perdas em empresas do grupo	7 917,2	-	7 917,2	-
Impostos Indirectos	147,9	104,9	72,2	24,3
Quotizações	2,0	2,0	0,5	0,5
Outros Custos Operacionais	273,6	70,2	181,3	13,0
Total Outras Perdas Operacionais	8 340,7	177,1	8 171,2	37,8

A variação em Extensões de Garantias é consequência da alteração da natureza da atividade comercial que se encontra descrita na Nota 6 – Outros Ganhos Operacionais. Registe-se que esta rubrica está associada às operações descontinuadas.

O valor apresentado em 2018 em perdas em empresas do grupo, reflete a imparidade da dívida da Volpe, registada na SAG Overseas, inerente à sua liquidação. A SAG Gest por sua vez, registou um proveito inerente ao registo da dívida da SGC, não se verificando assim impacto nas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

8. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS – CUSTOS COMERCIAIS

Os Fornecimentos e Serviços Externos – Custos Comerciais são como segue:

	Período de 12 meses findo em 31 de Dezembro		Período de 3 meses findo em 31 de Dezembro	
	2018	2017	2018	2017
Publicidade e Propaganda	7 935,8	12 422,3	1 882,0	3 845,5
Mecenato	45,6	58,5	3,7	13,3
Outros Custos Comerciais	6,0	5,6	1,4	2,0
Fornecimento e Serviços Externos - Custos Comerciais	7 987,4	12 486,4	1 887,1	3 860,8
Resultado de Operações Descontinuadas	(7 957,4)	(12 451,4)	(1 883,3)	(3 850,5)
Fornecimento e Serviços Externos - Custos Comerciais	30,0	35,0	3,7	10,3

9. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS – CUSTOS COM VIATURAS

Os Fornecimentos e Serviços Externos – Custos com Viaturas são como segue:

	Período de 12 meses findo em 31 de Dezembro		Período de 3 meses findo em 31 de Dezembro	
	2018	2017	2018	2017
Rendas de Viaturas	2 048,7	1 222,1	173,0	593,6
Combustíveis	661,5	611,2	171,6	159,5
Seguros de Viaturas	471,3	452,8	85,2	146,4
Manutenção de Viaturas	51,1	62,3	25,4	24,0
Transporte de Mercadorias	6,3	7,3	1,1	2,1
Outros Custos com Viaturas	232,9	195,9	69,0	65,6
Fornecimento e Serviços Externos - Custos com Viaturas	3 471,9	2 551,5	525,3	991,1
Resultado de Operações Descontinuadas	(3 448,6)	(2 514,6)	(519,8)	(981,9)
Fornecimento e Serviços Externos - Custos com Viaturas	23,3	37,0 -	5,5	9,2

10. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS – CUSTOS DE ESTRUTURA

Os Fornecimentos e Serviços Externos – Custos de Estrutura estão divulgados no quadro seguinte:

	Período de 12 meses findo em 31 de Dezembro		Período de 3 meses findo em 31 de Dezembro	
	2018	2017	2018	2017
Rendas e Alugueres	2 588,1	2 527,4	629,1	630,9
Trabalhos Especializados Informática	1 593,1	1 866,2	424,5	409,7
Honorários	1 360,4	705,5	517,7	202,4
Conservação e Reparação	1 082,4	1 100,2	338,9	306,0
Consultoria	846,6	1 759,2	107,1	719,2
Outros Trabalhos Especializados	640,3	581,0	52,4	16,9
Limpeza, Higiene e Conforto	614,0	581,7	165,1	148,5
Electricidade	559,5	597,2	133,7	148,6
Deslocações e Estadas	510,1	504,9	114,0	136,6
Vigilância e Segurança	382,1	374,0	95,5	93,1
Outros Seguros	275,7	327,9	65,5	103,4
Auditoria	253,5	206,3	55,3	42,9
Comissão de Gestão do Fundo Imocar	235,6	227,8	57,0	59,1
Telecomunicações	218,7	257,3	45,3	47,2
Correio	165,4	199,6	23,5	95,6
Ferramentas e Utensílios	139,8	194,7	36,4	74,1
Recolha e Tratamento de Dados	143,8	188,0	50,4	83,0
Outros Fluidos	112,1	76,2	25,5	17,2
Assessoria Jurídica/Fiscal	111,1	119,7	(56,9)	9,5
Traduções	98,8	106,5	45,9	10,5
Água	95,8	82,8	29,2	14,7
Material de Escritório	86,3	125,8	21,7	32,2
Transportes de Pessoal	76,1	75,5	19,2	18,3
Contencioso e Notariado	70,9	24,4	14,5	3,4
Outras Comissões	35,6	36,8	12,8	28,4
Livros e Documentação Técnica	12,1	9,3	5,5	2,4
Jornais e Revistas	8,3	12,5	1,4	3,0
Fees de Gestão	-	1 597,2	-	397,2
Outros Custos de Estrutura	84,4	103,8	21,3	24,8
Fornecimento e Serviços Externos - Custos de Estrutura	12 400,3	14 569,6	3 051,3	3 878,6
Resultado de Operações Descontinuadas	(11 132,6)	(12 373,8)	(2 116,6)	(3 327,7)
Fornecimento e Serviços Externos - Custos de Estrutura	1 267,7	2 195,7	934,8	550,9

11. GASTOS COM O PESSOAL

Os Gastos com o Pessoal são como segue:

	Período de 12 meses findo em 31 de Dezembro		Período de 3 meses findo em 31 de Dezembro	
	2018	2017	2018	2017
Órgãos Sociais - Remunerações Fixas	1 355,1	1 801,6	260,7	516,4
Colaboradores	14 293,4	13 925,6	3 526,3	3 736,2
Contribuições para a Segurança Social	3 858,1	3 879,0	860,9	1 055,3
Prémios e Comissões - Colaboradores	1 805,4	1 803,5	135,7	148,0
Custos de Reestruturação e Reorganização	955,8	349,3	630,0	269,3
Seguros	379,2	359,5	80,8	125,0
Refeitório	145,6	168,8	42,2	47,5
Custos Acção Social	79,7	18,2	19,9	16,9
Estagiários	46,4	91,0	(9,0)	20,7
Outros Gastos com o Pessoal	177,8	199,8	67,1	87,9
Total Gastos com o Pessoal	23 096,4	22 596,4	5 614,6	6 023,1
Resultado de Operações Descontinuadas	(21 881,5)	(21 075,8)	(5 413,6)	(5 651,8)
Total Gastos com o Pessoal	1 215,0	1 520,6	201,0	371,3

O número de Colaboradores da SAG Gest e das suas Subsidiárias no final do período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017, e o número médio de Colaboradores nos mesmos períodos está divulgado no quadro seguinte.

	Final do Período findo em 31 de Dezembro		Média – Período de 3 meses findo em 31 de Dezembro	
	2018	2017	2018	2017
Número de Colaboradores	648	677	668	677

12. GANHOS E PERDAS EM VENDAS DE ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os Ganhos e Perdas em Vendas de Ativos Fixos Tangíveis são como segue:

	Período de 12 meses findo em 31 de Dezembro		Período de 3 meses findo em 31 de Dezembro	
	2018	2017	2018	2017
Ganhos e (Perdas) em vendas de Activos Fixos Tangíveis	(28,9)	(10,0)	(6,6)	(15,6)
Total	(28,9)	(10,0)	(6,6)	(15,6)

Os ganhos e perdas em vendas de Ativos Fixos Tangíveis representam o valor líquido das perdas e dos ganhos realizados com as vendas desses Ativos.

13. GASTOS FINANCEIROS

Os Gastos Financeiros estão divulgados no quadro seguinte.

	Período de 12 meses findo em 31 de Dezembro		Período de 3 meses findo em 31 de Dezembro	
	2018	2017	2018	2017
Juros Suportados	11 707,6	9 127,3	4 349,9	2 401,0
Garantias Bancárias	6 763,5	8 184,7	1 528,8	1 815,3
Comissões Bancárias	217,9	224,0	74,1	91,4
Diferenças de Câmbio Desfavoráveis	2,7	1,5	-	-
Comissões Financiamento Obtido	-	-	-	(26,8)
Gastos Financeiros	18 691,7	17 537,5	5 953,0	4 281,0
Resultado de Operações Descontinuadas	(14 570,8)	(14 617,5)	(3 927,1)	(3 518,9)
Total Gastos Financeiros	4 120,9	2 919,9	2 025,8	762,2

Apresenta-se abaixo o detalhe das operações em continuação:

	Período de 12 meses findo em 31 de Dezembro		Período de 3 meses findo em 31 de Dezembro	
	2018	2017	2018	2017
Juros Suportados	4 065,8	2 866,4	2 025,8	760,4
Garantias Bancárias	31,3	28,8	-	-
Comissões Bancárias	23,3	24,6	-	-
Diferenças de Câmbio Desfavoráveis	0,6	0,0	-	-
Comissões Financiamento Obtido	-	-	-	1,8
Gastos Financeiros	4 120,9	2 919,9	2 025,8	762,2

Como relatado na Nota 41 – Compromissos e Contingências, a SAG Gest e/ou outras Entidades incluídas no perímetro de consolidação solicitaram a diversas Instituições Financeiras a emissão, em seu nome, de Garantias Bancárias a favor de terceiros (incluindo Fornecedores). O montante destas Garantias Bancárias em 31 de dezembro de 2018 era de Eur mil 166.182,9 (Eur mil 174.060,8 em 31 de dezembro de 2017).

14. GANHOS FINANCEIROS

Os Ganhos Financeiros apresentam-se como segue:

	Período de 12 meses findo em 31 de Dezembro		Período de 3 meses findo em 31 de Dezembro	
	2018	2017	2018	2017
Juros Recebidos	1 328,2	1 361,4	336,3	322,0
Desreconhecimento do custo amortizado da dívida Volpe	1 305,2	-	1 305,2	-
Diferenças de Câmbio Favoráveis	0,1	2,6	-	-
Juros Compensatórios	-	101,7	-	-
Outros Proveitos e Ganhos Financeiros	34,6	4,6	(1,3)	4,6
Ganhos Financeiros	2 668,1	1 470,3	1 640,2	326,5
Resultado de Operações Descontinuadas	(263,9)	70,5	(231,1)	(9,2)
Total Ganhos Financeiros	2 932,1	1 399,9	1 871,3	335,7

Apresenta-se abaixo o detalhe das operações em continuação:

	Período de 12 meses findo em 31 de Dezembro		Período de 3 meses findo em 31 de Dezembro	
	2018	2017	2018	2017
Juros Recebidos	1 321,9	1 290,9	297,0	331,2
Desreconhecimento do custo amortizado da dívida Volpe	1 305,2	-	1 305,2	-
Diferenças de Câmbio Favoráveis	0,1	2,6	-	-
Juros Compensatórios	-	101,7	-	-
Outros Proveitos e Ganhos Financeiros	304,9	4,6	-	4,6
Total Ganhos Financeiros	2 932,1	1 399,9	1 871,3	335,7

15. GANHOS E PERDAS EM EMPRESAS DO GRUPO

Os Ganhos e Perdas em Empresas do Grupo representam a apropriação, pela SAG Gest, do Resultado Líquido reportado no período pela Associada Autolombos, que é consolidada através da aplicação do Método da Equivalência Patrimonial (MEP) e as perdas do período com empresas do grupo.

A 31 de dezembro a rubrica decompõe-se como se segue:

	Período de 12 meses findo em 31 de Dezembro		Período de 3 meses findo em 31 de Dezembro	
	2018	2017	2018	2017
Aplicação MEP - Autolombos	10,9	(3,5)	10,9	(9,9)
Liquidação SAG Overseas (Outubro 2018)	(271,5)	-	(271,5)	-
Total Ganhos/(Perdas) em Empresas do Grupo	(260,6)	(3,5)	(260,6)	(9,9)

O valor apresentado inerente à liquidação da entidade SAG Overseas, respeita à perda apurada com a liquidação desta entidade que ocorreu em outubro de 2018.

	Período de 12 meses findo em 31 de Dezembro		Período de 3 meses findo em 31 de Dezembro	
	2018	2017	2018	2017
Perdas por Imparidade - Dívida SGC	(141 313,4)	-	(141 313,4)	-
Perda por Imparidade - Goodwill	(10 653,2)	-	(10 653,2)	-
Total Imparidades Empresas do Grupo	(151 966,6)	-	(151 966,6)	-
Resultado das Operações Descontinuadas	10 653,2	-	10 653,2	-
Total Imparidades Empresas do Grupo	(141 313,4)	-	(141 313,4)	-

As perdas registadas, relativas a imparidades, refletem o desreconhecimento do Goodwill apurado na data de início de consolidação, tal com descrito na Nota 2.5.4 – a) Goodwill e o registo da imparidade da dívida da parte relacionada SGC, por não ser expectável à data o recebimento da mesma.

		Período de 12 meses findo em 31 de Dezembro		Período de 3 meses findo em 31 de Dezembro	
	Participação %	2018	2017	2018	2017
Autolombos - Sociedade de Automóveis, Lda.	40,00%	27,4	(8,9)	(14,2)	(24,6)
		Período de 12 meses findo em 31 de Dezembro		Período de 3 meses findo em 31 de Dezembro	
	Participação %	2018	2017	2018	2017
Autolombos - Sociedade de Automóveis, Lda.	40,00%	10,9	(3,5)	(5,7)	(9,9)
Sub-Total Apropriação de Resultados		10,9	(3,5)	(5,7)	(9,9)
Ganhos/(Perdas) em Empresas do Grupo - MEP		10,9	(3,5)	(5,7)	(9,9)

16. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

a) Alterações à legislação fiscal

i. Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades (RETGS)

Com a entrada em vigor da Lei nº 2/2014, de 16 de janeiro, foi alterado, entre outros, o Artigo 69º do Código do IRC, que estabelece o âmbito e condições de aplicação do Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades (RETGS). Estas alterações produziram efeitos a partir de 1 de janeiro de 2014.

O Número 2 do referido Artigo 69º estabelece que, para que uma Entidade seja considerada como Sociedade Dominada, para efeitos da aplicação do RETGS, a percentagem que uma Entidade Acionista detenha, direta ou indiretamente, nessa Entidade, é de 75% (anteriormente 90%), desde que tal participação confira pelo menos 50% dos direitos de voto. Caso se verifique esta condição, a Entidade passará a ser incluída no perímetro de aplicação do RETGS liderado pela sua Entidade Acionista.

Em consequência desta alteração, e cumpridos os demais requisitos do Artigo 69º do Código IRC, a SAG Gest passou, com efeitos desde 1 de janeiro de 2014, a ter uma nova Entidade dominante para efeitos fiscais, a Acionista SGC – SGPS, sua Acionista maioritária e, em consequência, passou a integrar o perímetro do RETGS desta última Entidade.

Adicionalmente, e também em resultado das alterações acima indicadas, as demais Entidades anteriormente incluídas no perímetro do RETGS liderado pela SAG Gest, detidas de forma direta e indireta pela Acionista SGC – SGPS em mais de 75%, passaram a integrar o perímetro do RETGS desta última Entidade, com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2014.

A opção pela continuidade da aplicação deste regime foi comunicada à Autoridade Tributária, pela Entidade dominante, em 25 de março de 2014. A Autoridade Tributária confirmou esta alteração em 2 de março de 2015.

Também em 25 de março de 2014, de acordo com o disposto nos Números 3 e 4 do Artigo 71º do Código do IRC, foi entregue um requerimento solicitando a manutenção dos prejuízos fiscais relativos a exercícios anteriores, apurados no âmbito do RETGS liderado pela SAG Gest, bem como a manutenção das quotas-partes dos prejuízos fiscais individuais das Entidades que integravam o anterior RETGS liderado pela Acionista SGC – SGPS.

A Autoridade Tributária confirmou, em 23 de janeiro de 2018, a dedutibilidade dos Prejuízos Fiscais, nos termos apresentados no Requerimento.

A SAG Gest tem reconhecido nas suas Demonstrações Financeiras, a 31 dezembro de 2018, o correspondente montante de Imposto Diferido Ativo.

ii. Dedutibilidade de gastos financeiros

Com a introdução do novo regime de limitação à consideração para efeitos fiscais dos gastos financeiros, a dedutibilidade fiscal dos gastos financeiros incorridos por uma Entidade é determinada de acordo com os critérios seguidamente descritos.

- a) Os gastos financeiros, ajustados de acordo com as definições que constam do referido regime, só são dedutíveis até à concorrência do maior dos seguintes limites:
 - i. Eur mil 1.000,0
 - ii. 30% do resultado antes de depreciações / amortizações, gastos de financiamento líquidos e imposto, corrigido para efeitos fiscais (EBITDA Fiscal).
- b) Quando se aplique o RETGS, a Entidade dominante pode optar por efetuar o cálculo dos gastos financeiros fiscalmente dedutíveis numa base consolidada, ou numa base individual (Entidade a Entidade).

A Acionista SGC – SGPS, enquanto Entidade dominante do RETGS que abrange a SAG Gest e suas Subsidiárias e Participadas, optou por calcular o valor dos gastos financeiros dedutíveis numa base consolidada. Esta opção foi comunicada à Autoridade Tributária em 31 de março de 2016 e é aplicável durante o período de 3 anos, isto é, entre 1 de janeiro de 2016 e 31 de dezembro de 2018.

Em consequência, o cálculo dos gastos financeiros fiscalmente dedutíveis corresponde ao somatório dos resultados financeiros relevantes incorridos pelas Entidades incluídas no perímetro do RETGS, tendo como limite de dedução o maior dos valores entre (i) Eur mil 1.000,0 ou (ii) 30% do EBITDA Fiscal, calculado numa base consolidada.

b) Revisões das declarações fiscais

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais Portuguesas estão sujeitas a revisão e correção por parte das Autoridades Fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social). Deste modo, as declarações fiscais das Entidades incluídas na consolidação referentes aos anos de 2015 a 2018 poderão ainda vir a ser sujeitas a revisão, embora a SAG Gest considere que eventuais correções resultantes de revisões das Autoridades Fiscais àquelas declarações fiscais não terão efeito significativo nas Demonstrações Financeiras Consolidadas à data de 31 de dezembro de 2018.

Quando tenham sido apurados prejuízos fiscais, estejam a decorrer inspeções, reclamações ou impugnações, o prazo é alargado ou suspenso, dependendo das circunstâncias.

Nestes termos, poderão ainda ser corrigidas as declarações fiscais das Entidades incluídas na consolidação, nos casos onde a respetiva Nota de Liquidação Adicional de IRC tenha sido impugnada judicialmente, conforme divulgado na Nota 41 – Compromissos e Contingências.

c) Cálculo do Imposto Corrente

O Imposto Corrente Sobre o Rendimento representa a responsabilidade pelo pagamento de Imposto Sobre o Rendimento que deverá ser apurada em relação ao exercício em curso e que corresponde, no regime de RETGS, ao somatório dos impostos referentes a cada uma das Entidades englobadas na consolidação, tal como resulta das respetivas declarações anuais de imposto.

As taxas de Imposto Sobre o Rendimento aplicáveis em Portugal no exercício de 2018 são como segue:

- i. Taxa básica de Imposto Sobre o Rendimento (IRC): 21% sobre o resultado tributável
- ii. Derrama Municipal: 1,5% sobre o resultado tributável positivo apurado, numa base individual, por cada uma das Entidades incluídas na consolidação que desenvolvam as suas atividades em Portugal

- iii. Derrama Estadual: incide sobre o resultado tributável positivo apurado, numa base individual, por cada uma das Entidades incluídas na consolidação que desenvolvam as suas atividades em Portugal, sendo aplicáveis as seguintes taxa de imposto:
 - a. 3% sobre o resultado tributável positivo compreendido entre Eur mil 1.500,0 e Eur mil 7.500,0
 - b. 5% sobre o resultado tributável positivo compreendido entre Eur mil 7.500,0 e Eur mil 35.000,0
 - c. 9% sobre o resultado tributável positivo que exceda Eur mil 35.000,0

d) Conciliações: Resultado Contabilístico e Resultado Tributável, Taxa de Imposto Efetiva e Taxa de Imposto Nominal

As conciliações entre (i) o resultado contabilístico e o resultado tributável, e (ii) as taxas de imposto aplicadas ao resultado contabilístico (Taxa Efetiva) e as taxas nominais de imposto aplicadas (após as correções do resultado contabilístico) nos exercícios findo em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 estão relatadas nos quadros seguintes:

Período de 12 Meses Findo em 31 de Dezembro					
			2018		
	Contabilístico	Fiscal	#Dif*	Imposto Diferido	
				Activo	Passivo
A - Resultado Antes de Imposto	(170 981,6)				
B - Diferenças Temporárias entre a Base Fiscal e a Base de Reporte					
Anulação de Margens nas vendas Internas	-	174,7	(174,7)	(39,3)	
Constituição/ (Reversão) de Provisões Não Aceites	-	(2 357,5)	2 357,5	530,4	
Utilização de Prejuízos Fiscais	-	-	-	-	
Custos Diferidos	-	63,4	(63,4)		(14,3)
Reavaliações	-	24,9	(24,9)		(5,6)
Resultado do Fundo de Investimento Imobiliário Inocar	-	(3 459,0)	3 459,0		778,3
Outros	-	353,5	(353,5)	(44,2)	
Total Diferenças Temporárias	-	(5 200,0)	5 200,0	446,9	758,4
C - Diferenças Permanentes entre a Base Fiscal e a Base de Reporte					
Custos Financeiros não Dedutíveis	9 476,9	9 476,9	-		
Resultados de Associadas Consolidadas pelo Método de Equivalência Patrimonial	(10,9)	(10,9)	-		
Rendimentos - SAG OVERSEAS	271,4	271,4	-		
Depreciações não aceites Fiscalmente	246,4	246,4	-		
Benefícios Fiscais	(128,4)	(128,4)	-		
Multas, Coimas e Juros Compensatórios	103,1	103,1	-		
Donativos	30,0	30,0	-		
Mais / (Menos) Valias Fiscais	(18,0)	(18,0)	-		
Perdas por Imparidade	151 966,6	151 966,6	-		
Outros	6 778,9	6 778,9	-		
Total Diferenças Permanentes	168 716,1	168 716,1	-		
D - Matéria Colectável (D = A + B + C)	(2 265,5)	(7 465,5)	5 200,0	446,9	758,4
D - 1 - Resultado Tributável no Estrangeiro	-	-	-		
D - 2 - Resultado Tributável em Portugal	(1 912,0)	(7 112,0)			
D - 3 - Resultado Tributável em Portugal - Itens sujeitos a uma taxa diferente	(353,5)	(353,5)			
D-2 Imposto Sobre Rendimento (Portugal)	(401,5)	(1 523,6)			
Taxa de Imposto Sobre o Rendimento (Portugal)	21,0%	21,0%			
D-3 Imposto Sobre Itens Sujeitos a uma Taxa Diferente	(44,2)	(44,2)			
Taxa - Itens sujeitos a uma taxa diferente	12,5%	12,5%			
1 - Derrama Municipal - Imposto	250,5	167,2			
Taxa de Derrama Municipal (Portugal)	1,5%	1,5%			
Derrama Municipal - Base Sujeta a Imposto (Nota 1)	16 702,7	11 149,2			
2 - Derrama Estadual - Aplicada sobre o resultado superior a 1.500.000	99,1	99,1			
Taxa de Derrama Estadual (Portugal)	3,0%	3,0%			
Derrama Estadual - Base Sujeta a Imposto (Nota 2)	3 302,6	3 302,6			
4 - Total Imposto Calculado (Portugal) - (4 = D2 + D3 + 1 + 2)	(96,1)	(1 301,5)	-	-	-
Taxa Estatutária Média de imposto (Portugal)	4,2%	17,4%			
1 - Resultado Tributável Sujeito a Imposto no Estrangeiro	-	-			
2 - Imposto Sobre o Resultado Tributável no Estrangeiro	-	-			
Taxa Média de Imposto Sobre Resultados Realizados no Estrangeiro	12,5%	12,5%			
3 - Resultado Tributável Sujeito a Imposto em Portugal (D - 2)	(1 912,0)	(7 112,0)			
4 - Resultado Tributável Sujeito a Imposto em Portugal - Itens sujeitos a taxa diferen	(353,5)	(353,5)			
5 - Imposto Sobre o Resultado Tributável em Portugal (4)	(96,1)	(1 301,5)			
Taxa Estatutária de Imposto Sobre o rendimento - Portugal	4,2%	17,4%			
6. Matéria Colectável (6= 1+3+4 = D)	(2 265,5)	(7 465,5)	5 200,0		
CÁLCULO DO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO EXERCÍCIO					
Total do Imposto Sobre o Rendimento (2 + D-5)	(96,1)	(1 301,5)			
Tributação Autónoma	81,4	81,4			
Estimativas de Imposto de Exercícios Anteriores	59,8	59,8			
Imposto Corrente do Exercício	45,1	(1 160,2)			
Imposto Diferido Activo - Reversão por Caducidade de Prejuízos Fiscais	1,9	1,9		1,9	
Impostos Diferidos Activos - Gerados em anos anteriores	(1,9)	(1,9)		(1,9)	
Imposto Diferido Activo do Exercício - (Aumento) / Redução	5 886,7	6 333,6		6 333,6	
Impostos Diferidos Passivos do Exercício - Aumento / (Redução)		758,4			758,4
Impostos Diferidos do Exercício	5 886,7	7 092,0		6 333,6	758,4
7 - Imposto Sobre o Rendimento Operações Continuadas	5 931,8	5 931,8		6 333,6	758,4
8 - Estimativa de Imposto sobre Operações Descontinuadas	1 733,9	1 733,9			
9 - Imposto Sobre o Rendimento Operações Descontinuadas	7 665,7	7 665,7			
Taxa Estatutária Média de Imposto - (7 + 8) : D	-338,4%	-102,7%		1417,1%	100,0%
Taxa Efectiva de Imposto - (7 + 8) : A	-4,5%	-4,5%		-3,7%	-0,4%

Nota 1: A Derrama Municipal é calculada conforme relatado na Nota 16 c). No período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2018 apresentaram resultado tributável positivo as Subsidiárias SIVA Serviços, AA00, LGA, Siva Defleet, Globalrent, Rolporto, Rolvia, Soauto SGPS.e LGA

Nota 2: A rubrica de Imposto Diferido Ativo contempla o valor de 5.895K inerente ao “write-off” de IDA relativos a prejuízos fiscais da SAG Gest.

Período de 12 Meses Findo em 31 de Dezembro					
	2017			Imposto Diferido	
	Contabilístico	Fiscal	#Dif*	Débito/(Crédito)	
				Activo	Passivo
A - Resultado Antes de Imposto	(15 735,3)				
B - Diferenças Temporárias entre a Base Fiscal e a Base de Reporte					
Anulação de Margens nas vendas Internas	-	126,2	(126,2)	(28,4)	
Constituição/ (Reversão) de Provisões Não Aceites	-	(442,6)	442,6	99,6	
Custos Diferidos	-	58,6	(58,6)		(13,2)
Reavaliações	-	165,4	(165,4)		(37,2)
Resultado do Fundo de Investimento Imobiliário Imocar	-	(4 005,9)	4 005,9		901,3
Outros	-	353,5	(353,5)	(44,2)	
Total Diferenças Temporárias	-	(3 744,7)	3 744,7	27,0	850,9
C - Diferenças Permanentes entre a Base Fiscal e a Base de Reporte					
Custos Financeiros não Dedutíveis	8 631,0	8 631,0	-		
Resultados de Associadas Consolidadas pelo Método de Equivalência Patrimonial	3,5	3,5	-		
Rendimentos de Unidades Participação - Fundo Imobiliário IMOCAR	-	-	-		
Depreciações não aceites Fiscalmente	474,5	474,5	-		
Benefícios Fiscais	(123,8)	(123,8)	-		
Multas, Coimas e Juros Compensatórios	19,5	19,5	-		
Donativos	19,1	19,1	-		
Mais / (Menos) Valias Fiscais	(22,5)	(22,5)	-		
Perdas por Imparidade	-	-	-		
Outros	211,6	211,6	-		
Total Diferenças Permanentes	9 212,9	9 212,9	-		
D - Matéria Colectável (D = A + B + C)	(6 522,4)	(10 267,1)	3 744,7	27,0	850,9
D - 1 - Resultado Tributável no Estrangeiro	-	-	-		
D - 2 - Resultado Tributável em Portugal	(6 168,9)	(9 913,6)			
D - 3 - Resultado Tributável em Portugal - Itens sujeitos a uma taxa diferente	(353,5)	(353,5)			
D-2 Imposto Sobre Rendimento (Portugal)	(1 295,5)	(2 111,9)			
Taxa de Imposto Sobre o Rendimento (Portugal)	21,0%	21,0%			
D-3 Imposto Sobre Itens Sujeitos a uma Taxa Diferente	(44,2)	(44,2)			
Taxa - Itens sujeitos a uma taxa diferente	12,5%	12,5%			
1 - Derrama Municipal - Imposto	146,3	84,9			
Taxa de Derrama Municipal (Portugal)	1,5%	1,5%			
Derrama Municipal - Base Sujeta a Imposto (Nota 1)	9 756,3	5 658,0			
2 - Derrama Estadual - Aplicada sobre o resultado superior a 1.500.000	10,2	10,2			
Taxa de Derrama Estadual (Portugal)	3,0%	3,0%			
Derrama Estadual - Base Sujeta a Imposto (Nota 2)	340,1	340,1			
4 - Total Imposto Calculado (Portugal) - (4 = D2 + D3 + 1 + 2)	(1 183,1)	(2 061,0)	-	-	-
Taxa Estatutária Média de Imposto (Portugal)	18,1%	20,1%			
1 - Resultado Tributável Sujeito a Imposto no Estrangeiro	-	-			
2 - Imposto Sobre o Resultado Tributável no Estrangeiro	-	-			
Taxa Média de Imposto Sobre Resultados Realizados no Estrangeiro	12,5%	12,5%			
3 - Resultado Tributável Sujeito a Imposto em Portugal (D - 2)	(6 168,9)	(9 913,6)			
4 - Resultado Tributável Sujeito a Imposto em Portugal - Itens sujeitos a taxa diferen	(353,5)	(353,5)			
5 - Imposto Sobre o Resultado Tributável em Portugal (4)	(1 183,1)	(2 061,0)			
Taxa Estatutária de Imposto Sobre o rendimento - Portugal	18,1%	20,1%			
6. Matéria Colectável (6= 1+3+4 = D)	(6 522,4)	(10 267,1)	3 744,7		
CÁLCULO DO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO EXERCÍCIO					
Total do Imposto Sobre o Rendimento (2 + D-5)	(1 183,1)	(2 061,0)			
Tributação Autónoma	50,9	50,9			
Estimativas de Imposto de Exercícios Anteriores	(878,6)	(878,6)			
Imposto Corrente do Exercício	(2 010,8)	(2 888,7)			
Imposto Diferido Activo - Reversão por Caducidade de Prejuízos Fiscais	3 782,6	3 782,6		3 782,6	
Impostos Diferidos Activos - Perdas em Investimentos Financeiros ano anterior	(3 869,7)	(3 869,7)		(3 869,7)	
Imposto Diferido Activo do Exercício - (Aumento) / Redução		27,0		27,0	
Impostos Diferidos Passivos do Exercício - Aumento / (Redução)		850,9			850,9
Impostos Diferidos do Exercício	(87,1)	790,8		(60,1)	850,9
7 - Imposto Sobre o Rendimento Operações Continuadas	(2 097,9)	(2 097,9)		(60,1)	850,9
8 - Estimativa de Imposto sobre Operações Descontinuadas	1 351,2	1 351,2			
9 - Imposto Sobre o Rendimento Operações Descontinuadas	(746,7)	(746,7)			
Taxa Estatutária Média de Imposto - (7 + 8) : D	32,2%	20,4%		-222,7%	100,0%
Taxa Efectiva de Imposto - (7 + 8) : A	13,3%	13,3%		0,4%	-5,4%

Nota 1: A Derrama Municipal é calculada conforme relatado na Nota 16 c). No período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2017 apresentaram resultado tributável positivo as Subsidiárias Siva Serviços, LGA, AA00, Globalrent, Loures Automóveis, Rolporto e Rolvia.

Nota 2: A Derrama Estadual é calculada conforme relatado na Nota 15 c). No período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2017 a Subsidiária LGA apresentou resultado tributável positivo superior a Eur mil 1.500,0.

Nota 3: Em 2016, foi apurada na liquidação da Subsidiária Novinela uma menos-valia fiscal de cerca de Eur mil 21.300, não tendo nesse exercício sido reconhecidos quaisquer Impostos Diferidos Ativos relativos a esta situação, por se encontrar ainda em

análise a recuperabilidade futura desta perda. Concluída esta análise, será apresentada uma reclamação graciosa para a dedutibilidade desta perda. Em 2017 foram reconhecidos Impostos Diferidos Ativos, no valor de Eur mil 3.869,7.

Nota 4: O valor de Eur mil 878,6, relativo a estimativa de Imposto de Exercícios Anteriores, reflete na sua maioria o valor de Eur mil 985,4 que teve origem no efeito fiscal da menos valia na liquidação da Subsidiária Frotarent. Este valor não foi considerado no cálculo da estimativa de imposto de 2016 uma vez que, à data de prestação de contas, o referido cálculo não estava devidamente apurado e validado. A declaração de imposto relativa ao ano de 2016 incluiu o valor do prejuízo fiscal incorrido com a liquidação desta Subsidiária. O remanescente refere-se a várias correções, de pequenos montantes, às estimativas do ano anterior, nomeadamente aos Gastos de Financiamento Líquidos dedutíveis, depreciações, encargos com viaturas, etc.

O imposto foi calculado utilizando as taxas de imposto vigentes, ou substancialmente em vigor na data de reporte, em cada País onde são gerados resultados tributáveis, de acordo com as respetivas regulamentações de natureza fiscal.

e) Impostos Diferidos

Os saldos de Impostos Diferidos são compostos como se indica no quadro abaixo, onde são também identificadas as diferenças entre as bases fiscais e as bases de reporte dos correspondentes Ativos e/ou Passivos:

	Diferença de Bases (Contabilístico vs. Fiscal) em 1 Janeiro 2018	IMPOSTO DIFERIDO				Diferença de Bases (Contabilístico vs. Fiscal) em 31 Dezembro 2018
		Saldo Inicial em 1 Janeiro 2018	Movimentos em Resultados	Reclassificações em Balanço	Saldo Final em 31 de Dezembro 2018	
<u>Imposto Diferido Activo</u>						
Provisões Não Aceites	7 402,6	1 665,6	(530,4)	-	1 135,2	5 045,2
Margens em Inventários	3 425,8	763,7	39,3	-	803,0	3 600,5
Prejuízos Fiscais Reportáveis	20 665,1	4 339,7	(5 886,7)	1 555,3	8,3	39,5
Custo Amortizado	50,0	11,2	-	(11,2)	-	-
Amortizações	2 418,2	309,3	44,2	-	353,5	2 771,8
Total Imposto Diferido Activo	33 961,7	7 089,6	(6 333,6)	1 544,0	2 300,0	11 457,0
Reclassificação de Activos detidos para venda					1 880,7	
Total Imposto Diferido Activo					419,3	
<u>Imposto Diferido Passivo</u>						
Azambuja - Reavaliação 2002	13 039,9	1 524,2	(5,6)	-	1 518,6	13 039,9
Custo Amortizado	568,7	128,0	(14,3)	(11,2)	102,5	455,3
Fundo Imocar - Resultados Não Tributados	10 048,4	2 260,9	778,3	-	3 039,2	13 507,4
Total Imposto Diferido Passivo	23 657,0	3 913,1	758,4	(11,2)	4 660,2	27 002,6
Reclassificação de Passivos associados a Activos detidos para venda					1 583,8	
Total Imposto Diferido Passivo					3 076,5	

f) Imposto Diferido Activo relativo a prejuízos fiscais reportáveis

O valor dos Prejuízos Fiscais Reportáveis que são passíveis de utilização no futuro, e o valor do correspondente Imposto Diferido Activo, por ano de origem e data de caducidade, encontram-se detalhados no quadro seguinte.

Ano Origem	Prejuízos Fiscais	IRC	
		Valor	Caducidade
2018	39,5	8,3	2023
Total	39,5	8,3	

A Administração tem a expectativa de que irão ser gerados, no futuro, resultados tributáveis positivos que vão permitir a utilização dos valores dos prejuízos fiscais.

g) Imposto Corrente Sobre o Rendimento

O valor dos saldos a receber relativos a Imposto Corrente Sobre o Rendimento é como segue:

Imposto Corrente Sobre o Rendimento	Dez-18	Dez-17
IRC - Valores Impugnados	3 973,8	3 973,8
Pagamentos por Conta de IRC	1 734,9	1 755,5
Estimativa de IRC a receber - 2018	2 869,2	-
Estimativa de IRC a receber - 2017	-	2 512,3
Derramas - Valores Impugnados	104,6	129,9
Outros	1,0	7,8
Total Imposto Corrente Sobre o rendimento a receber	8 683,4	8 379,3
Reclassificação Activos detidos para venda	4 028,0	-
Total Imposto Corrente Sobre o rendimento a receber	4 655,3	8 379,3

i. *IRC – Valores Impugnados*

O valor de Eur mil 3.973,8 corresponde ao pagamento de IRC relativo a vários períodos anteriores, decorrente de liquidações adicionais efetuadas pelas Autoridades Fiscais Portuguesas, que se encontram em processo de impugnação judicial, e que são relatadas na Nota 41 – Compromissos e Contingências. Este pagamento foi efetuado ao abrigo do Decreto-Lei 151-A/2013.

O pagamento efetuado eliminou a contingência resultante de eventuais juros de mora, penalidades e custas que, na data em que foi efetuado eram como segue:

- juros compensatórios no valor de Eur mil 508,5
- juros de mora no valor de Eur mil 820,2
- custas no valor de Eur mil 45,9

Estes montantes representariam uma contingência adicional caso este pagamento não tivesse sido efetuado.

Aquele pagamento permitiu ainda o cancelamento de Garantias Bancárias no valor de Eur mil 6.327,2, prestadas no âmbito dos respetivos processos de impugnação.

ii. *Detalhe de Imposto sobre o Rendimento a receber (IRC, Pagamentos por Conta de IRC, Derramas) por exercício fiscal*

Os valores respeitantes a IRC – Valores Impugnados, Pagamentos por Conta e Derramas estão relatados, por ano, no quadro seguinte.

Ano	IRC - Valores Impugnados	Pagamentos por Conta de IRC	Derramas - Valores Impugnados
1999	888,0	-	-
2001	633,6	-	-
2002	552,0	-	-
2003	430,9	-	-
2004	367,7	-	-
2007	-	696,7	-
2008	211,5	464,6	85,1
2009	-	238,2	19,4
2010	890,0	-	-
2014	-	21,7	-
2015	-	50,3	-
2016	-	44,7	-
2017	-	97,7	-
2018	-	121,0	-
Total	3.973,8	1.734,9	104,6

A SAG Gest apresentou, em 29 de Agosto de 2012, 14 de Agosto de 2013 e 25 de Julho de 2014, pedidos de reembolso relativos aos Pagamentos Especiais por Conta de IRC (PEC) efetuados nos anos de 2007, 2008 e 2009 respetivamente, por não se ter apurado coleta suficiente para permitir a sua dedução nas declarações de rendimentos relativas aos exercícios de 2007 a 2013. A Autoridade

Tributária indeferiu estes pedidos de Reembolso de PEC, e a SAG Gest, por discordar dos fundamentos apresentados para este indeferimento, interpôs recursos contra esta decisão.

iii. *Estimativa de IRC a Receber – 2018*

Em 31 de dezembro de 2018 o valor de Eur mil 2.869,2, relativo a Estimativa de IRC a receber de 2018, corresponde à soma das estimativas individuais de imposto das Entidades incluídas no perímetro de consolidação que reconheceram um crédito de imposto (IRC a receber).

h) Imposto Corrente Sobre o Rendimento

O valor do saldo relativo a Imposto Corrente Sobre o Rendimento a Pagar é como segue:

Imposto Corrente Sobre o Rendimento	Dez-18	Dez-17
Portugal		
Estimativa de IRC a pagar - 2018	1 665,2	-
Estimativa de IRC a pagar - 2017	-	502,2
Sub-Total Imposto Corrente Sobre o Rendimento - Portugal	1 665,2	502,2
Total Imposto Corrente Sobre o Rendimento a pagar	1 665,2	502,2
Reclassificação de Passivos associados a Activos detidos para venda	893,2	-
Total Imposto Corrente Sobre o Rendimento a pagar	772,1	502,2

17. RESULTADO LÍQUIDO POR ACÇÃO

Em 31 de dezembro de 2018 as Entidades incluídas na consolidação detinham, em conjunto, 16.771.015 Ações Próprias (Ações representativas do Capital Social da SAG Gest). No período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2018 não ocorreram quaisquer transações (compras ou vendas) envolvendo Ações Próprias, pelo que o número de Ações Próprias detido em 31 de dezembro de 2018 não se alterou.

O valor nominal das Ações da SAG Gest é de Eur 1 cada.

<u>Resultado Líquido por Acção</u>	Período de 12 meses findo em 31 de Dezembro			Período de 3 meses findo em 31 de Dezembro		
	2018	2017 Ajustado	2017 Reportado	2018	2017 Ajustado	2017 Reportado
Resultado Líquido do Grupo antes de Operações Descontinuadas	(154 702,7)	(4 636,2)	(13 637,4)	(162 580,4)	(197,0)	(9 991,6)
Resultado Líquido do Grupo	(186 827,7)	(13 637,4)	(13 637,4)	(174 472,9)	(9 991,6)	(9 991,6)
Resultado Líquido do ano após Interesses que não controlam	(186 844,5)	(13 777,9)	(13 777,9)	(174 472,9)	(9 991,6)	(9 991,6)
Nº Total de Ações Emitidas	169 764 398	169 764 398	169 764 398	169 764 398	169 764 398	169 764 398
Ações Próprias	(16 771 015)	(16 771 015)	(16 771 015)	(16 771 015)	(16 771 015)	(16 771 015)
Nº Médio ponderado de Ações Ordinárias para cálculo do Resultado por	152 993 383	152 993 383	152 993 383	152 993 383	152 993 383	152 993 383
Nº Médio ponderado de Ações ajustado para Cálculo do resultado por Acção	152 993 383	152 993 383	152 993 383	152 993 383	152 993 383	152 993 383
Resultado por acção antes de Operações Descontinuadas	(1,0112)	(0,0303)	(0,0891)	(1,0627)	(0,0013)	(0,0653)
Resultado por acção	(1,2211)	(0,0891)	(0,0891)	(1,1404)	(0,0653)	(0,0653)



Soluções Automóvel Globais

18. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os movimentos em Ativos Fixos Tangíveis durante os doze meses findos em 31 de dezembro de 2018 foram como segue:

	2018								TOTAL
	Terrenos	Edifícios	Equipamento Básico	Equipamento Transporte	Ferramentas e Utensílios	Equipamento Administrativo	Outros Activos Fixos Tangíveis	Activos Fixos em curso	
Saldo inicial em 1 Janeiro 2018 (Activo Fixo Tangível)	19 048,4	41 123,5	3 115,3	51,5	165,1	371,9	319,3	1 175,9	65 370,8
Aumentos	-	19,4	6 771,6	44,4	58,1	53,3	13,6	962,0	7 922,3
Alienações - Abates	-	(281,0)	(6 261,5)	(456,3)	-	(109,7)	(9,5)	(37,0)	(7 155,0)
Alienações - Depreciações Acumuladas	-	49,2	584,2	430,1	-	108,6	9,5	-	1 181,5
Transferências	-	103,9	-	-	-	-	-	(103,9)	-
Imparidades	-	(9 913,8)	-	-	-	-	-	-	(9 913,8)
Depreciações do Exercício	-	(912,6)	(745,2)	(19,1)	(64,6)	(66,7)	(76,4)	-	(1 884,6)
Saldo final em 31 de Dezembro de 2018 (Activo Fixo Tangível)	19 048,4	30 188,5	3 464,3	50,6	158,6	357,4	256,4	1 996,9	55 521,2
Activos Fixos Tangíveis - Detalhe do saldo em 31 de Dezembro de 2018									
Em 1 Janeiro 2018									
Custos de Aquisição	19 048,4	53 938,1	33 479,9	1 431,1	4 435,3	11 131,4	14 383,0	1 175,9	139 023,2
Depreciações Acumuladas e Imparidades	-	(12 814,6)	(30 364,6)	(1 379,6)	(4 270,2)	(10 759,5)	(14 063,8)	-	(73 652,3)
Activo Fixo Tangível Líquido	19 048,4	41 123,5	3 115,3	51,5	165,1	371,9	319,3	1 175,9	65 370,8
Em 31 de Dezembro 2018									
Custos de Aquisição	19 048,4	53 780,4	33 990,0	1 019,2	4 493,4	11 075,1	14 387,1	1 996,9	139 790,5
Depreciações Acumuladas e Imparidades	-	(23 591,8)	(30 525,7)	(968,6)	(4 334,8)	(10 717,6)	(14 130,7)	-	(84 269,3)
Activo Fixo Tangível Líquido	19 048,4	30 188,5	3 464,3	50,6	158,6	357,4	256,4	1 996,9	55 521,2
Reclassificação - Activos detidos para venda	(239,2)	(6 337,3)	(3 464,3)	(50,6)	(144,0)	(357,4)	(212,0)	(715,2)	(11 520,1)
Activo Fixo Tangível Líquido	18 809,2	23 851,3	-	-	14,6	-	44,4	1 281,7	44 001,1

O valor de imparidades, registado em 2018, respeita ao imóvel da Avenida Marechal Gomes da Costa e ao imóvel de Vila Nova da Rainha. Esta imparidade foi reconhecida decorrente da avaliação e do valor de venda estipulado no Contrato de Promessa de Compra e Venda em vigor à data de reporte.

Considera-se que, para além das imparidades reconhecidas, em 31 de dezembro de 2018 não existem quaisquer indícios de imparidade que afetem os Ativos Fixos Tangíveis.



Soluções Automóvel Globais

Os movimentos em Ativos Fixos Tangíveis durante os doze meses findos em 31 de dezembro de 2017 foram como segue:

	2017								TOTAL
	Terrenos	Edifícios	Equipamento Básico	Equipamento Transporte	Ferramentas e Utensílios	Equipamento Administrativo	Outros Activos Fixos Tangíveis	Activos Fixos em curso	
Saldo inicial em 1 Janeiro 2017 (Activo Fixo Tangível)	19 050,8	42 059,3	1 235,5	42,4	172,6	351,3	381,1	1 080,2	64 373,3
Aumentos	-	9,1	5 779,5	28,7	51,1	140,3	31,3	98,6	6 138,5
Alienações - Abates	-	-	(3 708,3)	(58,1)	-	(277,6)	0,0	(,8)	(4 044,7)
Alienações - Depreciações Acumuladas	-	-	246,9	55,2	(,0)	276,0	0,0	-	578,1
Transferências	(2,4)	2,4	2,1	-	0,0	-	-	(2,1)	-
Depreciações do Exercício	-	(947,3)	(440,5)	(16,7)	(58,6)	(118,1)	(93,2)	-	(1 674,4)
Saldo final em 31 Dezembro 2017 (Activo Fixo Tangível)	19 048,4	41 123,5	3 115,3	51,5	165,1	371,9	319,3	1 175,9	65 370,8
Activos Fixos Tangíveis - Detalhe do saldo em 31 de Dezembro de 2017									
Em 1 Janeiro 2017									
Custos de Aquisição	19 050,8	53 926,6	31 406,6	1 460,5	4 384,2	11 268,7	14 351,7	1 080,2	136 929,4
Depreciações Acumuladas	-	(11 867,3)	(30 171,1)	(1 418,1)	(4 211,6)	(10 917,4)	(13 970,6)	-	(72 556,1)
Activo Fixo Tangível Líquido	19 050,8	42 059,3	1 235,5	42,4	172,6	351,3	381,1	1 080,2	64 373,3
Em 31 de Dezembro 2017									
Custos de Aquisição	19 048,4	53 938,1	33 479,9	1 431,1	4 435,3	11 131,4	14 383,0	1 175,9	139 023,2
Depreciações Acumuladas	-	(12 814,6)	(30 364,6)	(1 379,6)	(4 270,2)	(10 759,5)	(14 063,8)	-	(73 652,3)
Activo Fixo Tangível Líquido	19 048,4	41 123,5	3 115,3	51,5	165,1	371,9	319,3	1 175,9	65 370,8

SAG GEST – Soluções Automóvel Globais, SGPS, SA – Sociedade Aberta

Sede: Estrada de Alfragide, nº 67 Amadora
 Capital Social: Eur 169.764.398,00
 Matriculada na Conservatória do Registo Comercial da Amadora
 Número Único de Matrícula e de Identificação Fiscal 503 219 886
 Escritório: Alfragipark – Estrada de Alfragide, nº 67, Edifício SGC – Piso 2
 2614-519 Amadora
 Tel: 21 359 66 64
 Fax: 21 359 66 74

19. ACTIVOS INTANGÍVEIS – “GOODWILL”

Até dezembro de 2017, a SAG Gest efetuou avaliações de acordo com o método dos Fluxos de Caixa Descontados (“Discounted Cash Flows” ou DCF), que sustentavam a recuperabilidade do valor do “Goodwill” evidenciado na Demonstração da Situação Patrimonial Consolidada.

Na opinião do Conselho de Administração, a 31 de dezembro de 2018, não é expectável que os valores, de “Goodwill” registados anteriormente, venham a ser recuperáveis. Desta forma foram registadas imparidades para a totalidade do valor de “Goodwill”, tal como demonstrado no quadro.

O valor do “Goodwill” em 31 de dezembro de 2018, é como segue:

Empresa	Segmento	Valor Aquisição	Valor líquido do justo valor dos activos / passivos adquiridos	Goodwill		
				Valor Original	Imparidade reconhecida	Valor em 31 de Dezembro de 2018
<u>Consolidação Integral</u>						
Globalrent	Distribuição	2 992,8	(1 966,4)	4 959,1	4 959,1	-
Soauto Comércio de Automóveis	Retalho	4 271,8	586,7	3 685,1	3 685,1	-
Loures Automóveis	Retalho	3 207,8	1 299,0	1 908,8	1 908,8	-
Rolporto	Retalho	3 073,1	1 004,2	2 069,0	2 069,0	-
Soauto, SGPS	Retalho	2 303,9	1 119,5	1 184,4	1 184,4	-
Rolvia	Retalho	337,0	330,0	7,0	7,0	-
Total		16 186,4	2 373,0	13 813,4	13 813,4	-
Reclassificação Activos detidos para venda		(16 186,4)	(2 373,0)	(13 813,4)	(13 813,4)	-
Total		-	-	-	-	-

O valor de Goodwill a 31 de dezembro de 2017 ascendia a Eur mil 10.653,2.

20. ACTIVOS INTANGÍVEIS - OUTROS

Os movimentos em Ativos Intangíveis durante os doze meses findos em 31 de dezembro de 2018 e os doze meses findos em 31 de dezembro de 2017 estão divulgados no quadro seguinte.

	2018					TOTAL
	Software	Despesas Instalação	Despesas Investigação e Desenvolvimento	Registos e Marcas	Trespases	
Saldo Inicial em 1 Janeiro 2018 (Activo Intangível Líquido)	320,0	-	-	-	42,4	362,4
Aumentos	43,7	-	-	-	-	43,7
Ajustamento	-	-	-	-	(42,4)	(42,4)
Alienações - Abates	-	-	-	-	-	-
Alienações - Amortizações Acumuladas	-	-	-	-	-	-
Imparidade	-	-	-	-	-	-
Amortizações do Exercício	(141,6)	-	-	-	-	(141,6)
Saldo Final em 31 de Dezembro de 2018 (Activo Intangível Líquido)	222,1	-	-	-	-	222,1

Activos Intangíveis - Detalhe do Saldo em 31 de Dezembro de 2018

A 1 Janeiro 2018						
Custos de Aquisição	6 655,5	85,9	406,6	2,5	1 670,6	8 821,1
Amortizações Acumuladas	(6 335,5)	(85,9)	(406,6)	(2,5)	(1 628,1)	(8 458,7)
Activo Intangível Líquido	320,0	-	-	-	42,4	362,4
Em 31 de Dezembro 2018						
Custos de Aquisição	6 699,3	85,9	406,6	2,5	1 628,1	8 822,4
Amortizações Acumuladas	(6 477,2)	(85,9)	(406,6)	(2,5)	(1 628,1)	(8 600,3)
Activo Intangível Líquido	222,1	-	-	-	-	222,1
Reclassificação para Activos detidos para venda	(222,1)	-	-	-	-	(222,1)
Activo Intangível Líquido	-	-	-	-	-	-

	2017					TOTAL
	Software	Despesas Instalação	Despesas Investigação e Desenvolvimento	Registos e Marcas	Trespases	
Saldo Inicial em 1 Janeiro 2017 (Activo Intangível Líquido)	529,9	-	-	-	517,4	1 047,3
Amortizações do Exercício	(209,9)	-	-	-	(474,9)	(684,9)
Saldo Final em 31 de Dezembro de 2017 (Activo Intangível Líquido)	320,0	-	-	-	42,4	362,4

Activos Intangíveis - Detalhe do Saldo em 31 de Dezembro de 2017

A 1 Janeiro 2017						
Custos de Aquisição	6 655,5	85,9	406,6	2,5	1 670,6	8 821,2
Amortizações Acumuladas	(6 125,6)	(85,9)	(406,6)	(2,5)	(1 153,2)	(7 773,8)
Activo Intangível Líquido	529,9	-	-	-	517,4	1 047,3
Em 31 de Dezembro 2017						
Custos de Aquisição	6 655,5	85,9	406,6	2,5	1 670,6	8 821,1
Amortizações Acumuladas	(6 335,5)	(85,9)	(406,6)	(2,5)	(1 628,1)	(8 458,7)
Activo Intangível Líquido	320,0	-	-	-	42,4	362,4

Após a entrada em vigor do Regime de Arrendamento Urbano em 2013, os contratos de arrendamento relativos aos imóveis que se encontram em utilização na atividade operacional passaram a ter um prazo de 5 anos, a partir do qual o respetivo contrato pode ser cancelado.

Em consequência desta alteração, o valor dos Trespases foi amortizado num período de 5 anos.

21. INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS

O valor de Investimentos em Associadas é como segue:

	Dez-18			
	Valor de Aquisição	Resultados Apropriados	Imparidade Acumulada	Valor Líquido
Autolombos - Sociedade de Automóveis, Lda.	243,5	(35,2)	(197,4)	10,9
				10,9

	Dez-17			
	Valor de Aquisição	Resultados Apropriados	Imparidade Acumulada	Valor Líquido
Autolombos - Sociedade de Automóveis, Lda.	243,5	(46,1)	(197,4)	-
				-

O detalhe dos movimentos ocorridos durante os doze meses findo em 31 de dezembro de 2018, e os doze meses findos em 31 de dezembro de 2017 é como segue:

	Autolombos - Sociedade de Automóveis, Lda.	
	Dez-18	Dez-17
Saldo Inicial	0,0	3,5
Resultado Líquido do Exercício da Participada	27,5	(9,2)
% Participação	40%	40%
Resultado Líquido da Participada - Apropriação do MEP	11,0	(3,7)
Ajustamento	(0,1)	0,1
Saldo Final	10,9	-

As variações representam a apropriação pela SAG Gest da sua quota-parte das variações ocorridas na Situação Líquida da Participada Autolombos, que é incluída nas Demonstrações Financeiras Consolidadas através do Método da Equivalência Patrimonial, como se encontra relatado na Nota 15 – Ganhos e Perdas em Empresas do Grupo.

22. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Os movimentos em Propriedades de Investimento durante os doze meses findos em 31 de dezembro de 2018 e os doze meses findos em 31 de dezembro de 2017 estão divulgados no quadro seguinte.

	Dez-18				
	Edifício Pedro Álvares Cabral artº. 844 A	Edifício Porto artº. 11275	Edifício Conde Almoester artº. 1151 A	Edifício Amadora artº 1358	TOTAL
Saldo inicial em 1 de Janeiro 2018	424.0	247.8	217.0	150.3	1,039.0
Alterações de Justo valor	-	(4.3)	9.9	-	5.7
Alienação do Imóvel	424.0	-	-	150.3	574.2
Saldo Final em 31 de Dezembro 2018	-	243.6	226.9	-	470.5

	Dez-17				
	Edifício Pedro Álvares Cabral artº. 844 A	Edifício Porto artº. 11275	Edifício Conde Almoester artº. 1151 A	Edifício Amadora artº 1358	TOTAL
Saldo inicial em 1 de Janeiro 2017	416.5	241.0	219.0	146.5	1,023.0
Alterações de Justo valor	7.5	6.8	(2.0)	3.8	16.0
Saldo Final em 31 de Dezembro 2017	424.0	247.8	217.0	150.3	1,039.0

O valor reconhecido como Propriedades de Investimento refere-se a dois imóveis pertencentes ao Fundo de Investimento Imobiliário Imocar, que não são atualmente utilizados pelas Entidade incluídas na consolidação no âmbito das suas atividades operacionais.

Estes imóveis estão reconhecidos pelo seu Justo Valor, e foram avaliados através do Método do Rendimento, sendo utilizadas as rendas atuais para os dois imóveis arrendados. Foi considerado um período de 5 anos, a partir do qual se considerou a venda dos imóveis, tendo em conta as suas características, a situação de mercado e a sua localização.

De acordo com a IFRS 13 – Valorizações pelo Justo Valor, o nível hierárquico do Justo Valor é de nível 3, uma vez que as avaliações que sustentam este Justo Valor foram realizadas com base em dados não observáveis, isto é, não são preços praticados em mercados ativos e não ativos.

Em setembro de 2018, os imóveis acima referidos foram avaliados por peritos independentes, tendo resultado destas avaliações o reconhecimento de um aumento do respetivo Justo Valor em Eur mil 5,7.

A restante variação do valor de Propriedades de Investimento face a 31 de dezembro de 2017 deve-se à alienação do imóvel situado na Avenida Pedro Álvares Cabral (Artº. 844 A), em Lisboa, e do imóvel da Amadora (Artº 1358), em janeiro e fevereiro de 2018, pelo valor de Eur mil 450, e Eur mil 140, respetivamente. Estas transações resultaram no reconhecimento de ganhos de Eur mil 15,8.

O valor dos proveitos relativos a imóveis arrendados, durante os doze meses findos em 31 de dezembro de 2018, foi Eur mil 24,6, que se encontra reconhecido na rubrica Outros Ganhos Operacionais, tendo os custos incorridos com os mesmos Imóveis (Eur mil 0,4) sido reconhecidos em Outras Perdas Operacionais.

O quadro abaixo inclui o detalhe dos benefícios futuros com rendas, tendo em conta os valores acordados nos contratos que se encontravam em vigor em 31 de dezembro de 2018.

Os contratos de aluguer de Imóveis estabelecem prazos de vigência entre 10 e 29 meses.

	Contratos Arrendamento em Vigor	Rendas a Receber
2019	2	26,6
2020	1	17,5
2021	1	2,9
Total		47,0

23. INVENTÁRIOS

Os Inventários são como segue:

	Dez-18						
	Viaturas novas	Viaturas usadas	Viaturas rent-a-car buy-back	Peças	Produtos e Trabalhos em curso	Outras existências	Total
Custo de Aquisição	51 553,7	30 861,4	41 217,8	7 164,4	329,2	3,4	131 129,8
Imparidades	-	(646,4)	(602,2)	(559,6)	-	-	(1 808,2)
Total	51 553,7	30 214,9	40 615,6	6 604,8	329,2	3,4	129 321,6
Reclassificação de Activos não detidos para venda	(51 553,7)	(30 214,9)	(40 615,6)	(6 604,8)	(329,2)	(3,4)	(129 321,6)
Total	-	-	-	-	-	-	-

	Dez-17						
	Viaturas novas	Viaturas usadas	Viaturas rent-a-car buy-back	Peças	Produtos e Trabalhos em curso	Outras existências	Total
Custo de Aquisição	100 025,0	29 132,6	84 690,6	8 226,8	349,9	1,8	222 426,7
Imparidades	-	(1 044,8)	(2 468,5)	(2 116,6)	-	-	(5 630,0)
Total	100 025,0	28 087,8	82 222,0	6 110,2	349,9	1,8	216 796,7
Reclassificação de Activos detidos para venda	-	-	-	-	-	-	-
Total	100 025,0	28 087,8	82 222,0	6 110,2	349,9	1,8	216 796,7

O quadro acima indica os vários tipos de Inventários, que são como segue:

- **Viaturas Novas:** viaturas adquiridas diretamente aos Fabricantes das Marcas representadas pela Subsidiária SIVA
- **Viaturas Usadas:** viaturas usadas que se encontram imediatamente disponíveis para venda
- **Viaturas “Rent-a-Car – Buy Back”:** viaturas faturadas a Clientes (habitualmente Entidades de “Rent-a-Car”) que se encontram na posse dessas Entidades, em relação às quais existe um compromisso de recompra em data futura. Estas viaturas estarão disponíveis para venda após o final do “*holding period*” definido em cada contrato
 - Os Inventários relativos a viaturas em regime de “Buy-Back” representam as viaturas faturadas a Clientes (habitualmente Entidades de “Rent-a-Car”) ao abrigo de Contratos que incluem cláusulas estabelecendo a responsabilidade da SAG Gest ou de Entidades incluídas na consolidação pela recompra das viaturas faturadas, no final do período de utilização que tenha sido acordado (“*holding period*”). Nos termos do IFRS 15 – Rêdito de Contratos com Clientes, as faturas emitidas não dão origem ao reconhecimento de proveitos no momento da sua emissão, não sendo igualmente reconhecido o custo de venda das viaturas faturadas, que assim se mantém incluído no valor dos Inventários de viaturas “Rent-a-Car – Buy Back”.
 - O valor das Imparidades em Inventários de viaturas usadas representa a diferença entre o valor de aquisição das viaturas em Inventários e o respetivo valor de mercado, à data de reporte.
 - O valor das Imparidades em Inventários de viaturas “Rent-a-Car – Buy Back” representa a diferença entre (i) o valor de aquisição das viaturas definido nos contratos que incluem obrigação de recompra e (ii) o valor de mercado estimado, na data em que as viaturas se encontrarem disponíveis para venda. O valor desta diferença é reconhecido ao longo da duração do respetivo “*holding period*” de modo a que, na data de recompra, o valor contabilístico de cada viatura corresponda ao seu valor de mercado nessa data.

O valor das Perdas por Imparidade em Inventários de Viaturas é determinado de acordo com o relatado na Nota 2.7 – Estimativas Significativas.

- d) O valor das Perdas por Imparidade em Inventários de Peças é determinado de acordo com o que se encontra relatado na Nota 2.5.7 – Inventários e Perdas por Imparidade em Inventários (Principais Políticas Contabilísticas), representando o valor de aquisição das Peças e Acessórios obsoletos e de baixa rotação (superior a 24 meses).

O movimento que ocorreu durante os doze meses findos em 31 de dezembro de 2018 e os doze meses findos em 31 de dezembro de 2017 em Perdas por Imparidade em Inventários estão divulgados no quadro seguinte.

	Viaturas usadas		Viaturas rent-a-car buy-back		Peças		Total	
	Dez-18	Dez-17	Dez-18	Dez-17	Dez-18	Dez-17	Dez-18	Dez-17
Saldo Inicial	(1 044,8)	(1 114,6)	(2 468,5)	(2 876,6)	(2 116,6)	(1 982,0)	(5 630,0)	(5 973,2)
Resultado:								
Reforço / (Anulação)	(1 381,4)	(1 364,8)	(1 283,4)	(5 638,3)	(142,5)	(134,6)	(2 807,3)	(7 137,7)
Utilização	1 779,8	1 434,6	3 149,8	6 046,4	1 699,5	-	6 629,1	7 480,9
Total Resultado	398,4	69,8	1 866,4	408,1	1 557,0	(134,6)	3 821,8	343,2
Saldo Final	(646,4)	(1 044,8)	(602,2)	(2 468,5)	(559,6)	(2 116,6)	(1 808,2)	(5 630,0)
Reclassificação de Activos não detidos para venda	646,4	0,00	602,2	0	559,6	0,00	1 808,2	0,00
Saldo Final	-	(1 044,8)	-	(2 468,5)	-	(2 116,6)	-	(5 630,0)

24. DEVEDORES E OUTROS ACTIVOS - CLIENTES

A rubrica Clientes é como segue:

Clientes	Dez-18	Dez-17
Clientes Conta Corrente	21 284,2	28 563,1
Clientes Cobrança Duvidosa	3 523,5	3 595,7
Perdas por Imparidade em Clientes	(3 539,3)	(3 584,7)
Total Clientes	21 268,5	28 574,1
Reclassificação de Activos detidos para venda	21 079,8	
Total Clientes	188,7	28 574,1

As Devedores e Outros Ativos de Clientes resultam da atividade operacional das Entidades incluídas na consolidação, sendo ajustadas em conformidade com a política definida nas Notas 2.5.15.2 – Imparidades de Ativos Financeiros e 2.7 c) – Reconhecimento de Provisões e Perdas por Imparidade.

O detalhe das Devedores e Outros Ativos - Clientes, de acordo com a respetiva antiguidade, em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017 está divulgado no quadro seguinte.

	Dez-18	Dez-17
Não vencidos	16.345,9	20.917,3
0-10 dias	2.056,0	3.913,7
10-30 dias	607,6	1.762,6
30-60 dias	644,0	1.648,5
60-90 dias	287,3	174,9
90-120 dias	485,8	139,9
+120 dias	857,6	6,2
Total Vencido sem imparidade	4.938,3	7.645,8
Sub-Total Clientes Conta-Corrente	21.284,2	28.563,1
Total Vencido com imparidade	3.523,5	3.595,7
Perdas por Imparidade em Clientes	(3.539,3)	(3.584,7)
Total Clientes	21.268,5	28.574,1

A maioria dos valores a receber vencidos referidos no quadro anterior decorrem da venda de viaturas nas atividades de Retalho Automóvel, onde as vendas são efetuadas maioritariamente a pronto. Cerca de 54% do total deste valor encontra-se vencido há menos de 30 dias, e cerca de 42% deste têm antiguidade de

10 dias ou menos (69% em 31 de dezembro de 2017). À data da preparação destas Notas a maioria dos valores vencidos até 30 dias encontra-se liquidado. Assim, entende-se que os valores vencidos acima referidos não apresentam indícios de imparidade.

Os Clientes das Redes de Concessionários da Subsidiária SIVA entregaram a esta, nos termos dos respetivos Contratos de Concessão ou de Oficina Autorizada, garantias bancárias emitidas por terceiros não relacionados, a favor desta Subsidiária, no valor total de Eur mil 35.972,8. No âmbito dos acordos estabelecidos entre a Subsidiária SIVA e a filial em Portugal do Volkswagen Bank AG, os documentos originais das referidas garantias bancárias encontram-se na posse desta Instituição Financeira.

As alterações em Perdas por Imparidade em Dívidas a Receber de Clientes durante os doze meses findos em 31 de dezembro de 2018 e os doze meses findos em 31 de dezembro de 2017 encontram-se relatadas no quadro seguinte.

	Perdas por Imparidade em Clientes	
	Dez-18	Dez-17
Saldo Inicial	(3.584,7)	(3.702,1)
Resultado:		
Reforço / (Anulação)	9,9	(38,5)
Total Resultado	9,9	(38,5)
Utilização	35,5	59,0
Transferências (1)	-	97,0
Saldo Final	(3.539,3)	(3.584,7)

(1)

O valor de Eur mil 97,0 reportado como Transferências, em 2017, representa a reclassificação, efetuada em 2017, para Perdas por Imparidade em Outros Devedores do valor que, em 31 de dezembro de 2016, estava incluído no saldo de Perdas por Imparidade Clientes.

25. DEVEDORES E OUTROS ACTIVOS – ENTIDADES RELACIONADAS

O valor referente a Entidades Relacionadas é como segue:

Entidades Relacionadas	Dez-18	Dez-17
Accionistas - Operações Financeiras	-	139 580,8
Total Entidades Relacionadas Activos Não Correntes	-	139 580,8
Accionistas - IRC	1 159,7	454,3
Compras	2 596,1	-
Adiantamentos	721,3	-
Empresas Associadas - Operações Financeiras	,8	408,5
Outros	-	1,5
Total Entidades Relacionadas Activos Correntes	4 477,9	864,2
Reclassificação para Activos detidos para venda	2 596,9	-
Total Entidades Relacionadas Activos Correntes	1 881,1	864,2

A natureza do saldo com Entidades Relacionadas (Acionistas, Empresas Relacionadas, Empresas Participadas e Empresas Associadas) está divulgada na Nota 36 – Divulgações de Partes Relacionadas.

26. DEVEDORES E OUTROS ACTIVOS – OUTROS

As Devedores e Outros Ativos – Outros Devedores estão divulgadas no quadro seguinte.

Devedores e Outros Activos - Outros	Dez-18	Dez-17
Outros Devedores	5 032,0	7 173,7
Volkswagen AG	1 201,4	778,9
Ajustamentos para Outros Devedores	(1 896,5)	(1 897,4)
Sub-Total Devedores e Outros Activos - Outros	4 336,9	6 055,2
Reclassificação de Activos detidos para venda	4 300,7	
Sub-Total Devedores e Outros Activos - Outros	36,2	6 055,2

As Imparidades em Dívidas a Receber de Outros Devedores tiveram as movimentações durante os doze meses findos em 31 de dezembro de 2018 e os doze meses findos em 31 de dezembro de 2017 que se encontram divulgadas no quadro seguinte.

		Imparidades em Outros Devedores e Outros Activos	
		Dez-18	Dez-17
Saldo Inicial		(1.897,4)	(1.800,4)
	P&L		
Reforço /(Anulação)		0,9	-
	Total P&L	0,9	-
Transferências (1)		-	(97,0)
Saldo Final		(1.896,5)	(1.897,4)

- 1) O valor de Eur mil 97,0 reportado como Transferências, em 2017, representa a reclassificação, efetuada em 2017, para Perdas por Imparidade Devedores Diversos do valor que, em 31 de dezembro de 2016, estava incluído no saldo de Perdas por Imparidade em Clientes.

27. GASTOS A RECONHECER

Os Gastos a Reconhecer são como segue:

Gastos a Reconhecer	Dez-18	Dez-17
Valores a Reconhecer "Buy Back"	1 484,6	-
Comissões Sobre Garantias Bancárias	1 250,7	1 236,6
Seguros	118,0	62,9
Viaturas Usadas - Transportes e Peritagens	77,2	4,5
Rendas	48,1	114,6
Viaturas Novas - Despesas Diversas	47,9	213,9
Sinalética e Mobiliário Concessionários	-	223,4
Outros Gastos a Reconhecer	53,7	88,6
Total Gastos a Reconhecer	3 080,2	1 944,5
Reclassificação de Activos detidos para venda	3 074,4	
Total Gastos a Reconhecer	5,8	1 944,5

28. ACRÉSCIMOS DE RENDIMENTOS

Os Acréscimos de Rendimentos são como segue:

Acréscimos de Rendimentos	Dez-18	Dez-17
Créditos Volkswagen AG	21 046,1	28 388,0
ISV a Recuperar	914,1	3 815,5
Rappel / Comparticipações	424,4	1 226,1
Garantias	170,7	308,7
Trabalhos em Curso	95,7	106,2
Ferramentas da Qualidade	60,0	-
Comparticipação de Seguros	15,0	171,0
Outros Acréscimos de Rendimentos	303,5	184,4
Total Acréscimos de Rendimentos	23 029,5	34 199,9
Reclassificação de Activos detidos para venda	23 029,5	
Total Acréscimos de Rendimentos	-	34 199,9

Os créditos Volkswagen AG respeitam a apoios a receber e são integralmente reconhecidos em resultados, de acordo com o ciclo operacional da Entidade a que respeitam.

O montante de ISV a recuperar é normalmente recebido num prazo que pode variar entre 60 a 90 dias.

29. OUTROS IMPOSTOS

O valor do saldo de Outros Impostos a Receber está relatado no quadro seguinte.

Outros Impostos	Dez-18	Dez-17
IVA	1 575,8	20 697,0
Restantes Impostos	925,8	928,9
Total Outros Impostos a receber	2 501,6	21 625,9
Reclassificação para Activos detidos para venda	2 223,4	
Total Outros Impostos a receber	278,3	21 625,9

O valor do saldo de Outros Impostos a Pagar é como segue:

Outros Impostos	Dez-18	Dez-17
IVA	14 174,9	39 114,9
Imposto Sobre Veículos (ISV)	4 391,7	8 549,4
Restantes Impostos	1 118,8	1 215,2
Total Outros Impostos a pagar	19 685,4	48 879,5
Reclass. para Passivos assoc. a Activos detidos para venda	19 464,7	
Total Outros Impostos a pagar	220,7	48 879,5

30. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E DEPÓSITOS A PRAZO

O saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa e Depósitos a Prazo está divulgado no quadro seguinte.

	Dez-18	Dez-17
Depósitos a Prazo	11 921,5	3 196,0
Total de depósitos a Prazo	11 921,5	3 196,0
Reclassificação de Activos detidos para venda	9 775,5	
Total de depósitos a Prazo	2 146,0	3 196,0
<u>Decomposição de Caixa e Equivalentes de Caixa</u>		
Depósitos à Ordem	5 589,0	4 367,7
Caixa	29,3	29,2
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	5 618,3	4 396,9
Reclassificação de Activos detidos para venda	4 364,1	
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	1 254,2	4 396,9

Os valores incluídos na rubrica de Caixa e Equivalentes são determinados de forma a incluir apenas os valores cuja realização é possível num período de menos de três meses, contado a partir da data de reporte, que não se encontram sujeitos a variações de valor significativas.

31. INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO

Em 31 de dezembro de 2018 o Capital Social encontrava-se representado por 169.764.398 Ações Ordinárias com o valor nominal de Eur 1 cada, e estava integralmente realizado.

A Acionista dominante da SAG Gest é a SGC – SGPS, SA, cuja atividade é a gestão de participações sociais, e que tem sede social na Estrada de Alfragide, nº 67, em Alfragide, Amadora. A SGC – SGPS detém uma participação direta no Capital Social da SAG Gest de 69,13%, e uma participação indireta de 10,24%, a que correspondem, respetivamente, 69,13% e 10,24% dos direitos de voto.

Emissão Capital	Dez-18	Dez-17
Autorizado		
Acções ordinárias a EUR 1	169.764.398	169.764.398
Total	169.764.398	169.764.398

a) Ações Próprias

As Ações Próprias são detidas pela SAG Gest que, em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017, tinha em carteira 16.760.815 Ações, e pelas Subsidiárias Rolporto e Loures Automóveis que, nas mesmas datas, detinham, cada uma, 5.100 Ações da SAG Gest. A SAG Gest cumpre os critérios de aquisição de Ações Próprias previstos no Artigo 317º do Código das Sociedades Comerciais.

Em 31 de dezembro de 2018 a SAG Gest e as suas Participadas detinham, em conjunto, o total de 16.771.015 Ações nominais ordinárias em carteira (Ações Próprias). Na aquisição destas Ações, a SAG Gest e as suas Participadas pagaram Eur mil 16.367,8 em prémios (com valor unitário médio de Eur 0,98 por Ação). Durante o exercício de 2018 não ocorreram movimentos em Ações Próprias, mantendo-se em 31 de dezembro de 2018 o valor de Eur mil 33.138,8, que corresponde ao total do respetivo valor nominal e do prémio pago.

b) Prémios de Emissão

Os Prémios de Emissão são reconhecidos quando o valor de emissão das Ações excede o seu valor nominal. Os custos com a emissão de novas Ações são reconhecidos diretamente nesta rubrica, líquidos do respetivo imposto. No exercício de 2018 não se verificaram movimentos em Prémios de Emissão, encontrando-se reconhecidos Eur mil 149.664,3 de Prémios de Emissão relativos a Ações Ordinárias emitidas com um prémio unitário de Eur 0,88.

c) Outras Rubricas dos Capitais Próprios

Em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017 o das outras rubricas dos Capitais Próprios está divulgado no quadro seguinte.

	Prestações Acessórias	Reservas Legais	Outras Reservas	TOTAL
Em 1 de Janeiro de 2018	135.171,9	15.077,1	8.132,1	158.381,1
Aplicação de Resultados	-	95,4	-	95,4
Reclassificação para Resultados Transitados	-	-	(8.132,1)	(8.132,1)
Em 31 de Dezembro de 2018	135.171,9	15.172,5	-	150.344,4

	Prestações Acessórias	Reservas Legais	Outras Reservas	TOTAL
Em 1 de Janeiro de 2017	135.171,9	14.916,1	8.132,1	158.220,1
Aplicação de Resultados	-	161,0	-	161,0
Em 31 de Dezembro de 2017	135.171,9	15.077,1	8.132,1	158.381,1

i. Prestações Acessórias de Capital

Em 12 de Agosto de 2013, a Acionista Principal SA realizou, em dinheiro, Prestações Acessórias de Capital na SAG Gest no valor de Eur mil 55.000,0, tendo ocorrido em 14 de janeiro de 2014 e em 15 de janeiro de 2015 reembolsos parciais destas Prestações Acessórias de Capital no valor de Eur mil 1.072,1, e de Eur mil 156,0, respetivamente.

Em 21 de dezembro de 2015 a Acionista Principal SA realizou, em dinheiro, Prestações Acessórias de Capital no valor de Eur mil 81.400,0. Esta operação foi realizada no âmbito do conjunto de transações que ocorreram na mesma data, com o objetivo de reequilibrar a estrutura financeira consolidada da SAG Gest e de proporcionar as condições necessárias para assegurar a sustentabilidade da conta de resultados consolidada.

Assim, a Acionista Principal SA detinha, em 31 de dezembro de 2018 Prestações Acessórias de Capital na SAG Gest no valor de Eur mil 135.171,9

Os fundos necessários à realização destas operações foram obtidos pela Acionista Principal SA junto das principais Instituições Financeiras Portuguesas.

O referido valor foi integralmente utilizado pela SAG Gest no reembolso parcial dos financiamentos obtidos junto das mesmas Instituições Financeiras, que foram negociados em dezembro de 2010, e em agosto de 2013, e formalizados no Acordo Quadro, revisto em dezembro de 2015. Os termos deste acordo encontram-se relatados em maior detalhe na Nota 33 – Empréstimos Bancários.

ii. Reserva Legal

De acordo com a legislação em vigor, as Entidades incluídas no perímetro de consolidação estão obrigadas a transferir para a rubrica Reserva Legal uma percentagem não inferior a 5% do resultado líquido positivo anual, até que o valor da Reserva Legal atinja 20% do montante do Capital Social.

Esta Reserva não poderá ser distribuída aos Acionistas podendo, no entanto, ser utilizada para:

- Cobertura de Prejuízos
- Incorporação no Capital

As Demonstrações Financeiras Separadas da SAG Gest referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 apresentaram um resultado líquido negativo de Eur mil 177.130,9.

d) Resultados Transitados

Os Resultados Transitados são como segue:

Resultados Transitados	Dez-18	Dez-17
Ajustamentos da Primeira Consolidação	(268.649,7)	(268.649,7)
Resultados Transitados	(161.753,9)	(156.284,1)
Total Resultados Transitados	(430.403,6)	(424.933,8)

Os Resultados Transitados incluem os Ajustamentos de Primeira Consolidação reconhecidos diretamente em Capitais Próprios, na data da primeira consolidação, efetuada em 1998, no valor de Eur mil 268.649,7. Este valor representa a diferença entre (i) o valor contabilístico, à data da primeira consolidação, das Entidades adquiridas que se mantêm no atual perímetro de consolidação da SAG Gest e (ii) o respetivo valor de aquisição, e foi calculado conforme divulgado na Nota 2.4 r) – Bases de Consolidação – Ajustamentos da Primeira Consolidação.

32. INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM

Os Interesses que Não Controlam representam os interesses de terceiros não relacionados com a SAG Gest nas Subsidiárias Rolvia (40% do Capital Social e direitos de voto) e Loures Automóveis (21,83% do Capital Social e direitos de voto).

O Resultado Líquido e respetivos montantes atribuídos a Interesses que Não Controlam são como segue:

	% Interesses que Não Controlam	Dez-18	Dez-17
Resultado Líquido Reportado:			
Rolvia		57,5	294,5
Loures Automóveis		(28,4)	104,3
Atribuído a Interesses que Não Controlam:			
Rolvia	40,00%	23,0	117,8
Loures Automóveis	21,83%	(6,2)	22,8
Resultado do exercício atribuído a Interesses que Não Controlam		16,8	140,5

O movimento ocorrido nos doze meses findos em 31 de dezembro de 2018 e nos doze meses findos em 31 de dezembro de 2017 está relatado no quadro seguinte.

	Dez-18	Dez-17
Saldo Inicial	1.490,8	1.662,6
Resultado do Exercício atribuído a Interesses que Não Controlam	16,8	140,5
Reclassificação	-	(45,5)
Atualização da percentagem detida por Interesses que Não Controlam	-	(266,9)
Saldo Final	1.507,6	1.490,8

33. EMPRÉSTIMOS

Os saldos da rubrica Empréstimos em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017 estão relatados no quadro seguinte.

	Dez-18			Dez-17
	Taxa	Maturidade	Montante	Montante
Empréstimos Correntes				
SIVA - Conta Corrente 1	3,60%	Dez-18	38 951,5	38 233,1
SIVA - Conta Corrente 2	3,60%	Mai-18	14 867,4	0,0
SIVA - Conta Corrente 3	3,60%	Jun-18	20 541,3	0,0
SAG - Conta Corrente 1	3,60%	Rev. Trim.	14 691,0	14 671,7
SAG - Conta Corrente 2	3,60%	Dez-18	7 663,1	7 674,1
SAG - Conta Corrente 3	3,60%	Dez-18	676,9	676,9
SAG - Empréstimo Bancário 1	3,60%	Até Dez-19	3 492,2	1 496,3
SAG - Empréstimo Bancário 2	3,19%	Até Dez-19	6 796,4	2 536,3
Financiamentos Liquidados em 2018			0,0	23 378,7
Sub-Total Empréstimos Correntes			107 680,0	88 667,1
Empréstimos Não Correntes				
SAG - Empréstimo Bancário 1	3,60%	Até Dez-22	28 200,0	29 700,0
SAG - Empréstimo Bancário 2	3,19%	Até Nov-22	10 797,6	14 397,6
Sub-Total Empréstimos Não Correntes			38 997,6	44 097,6
TOTAL			146 677,6	132 764,7
Reclass. para Passivos assoc. a Activos detidos para venda			74 360,2	
TOTAL			72 317,3	132 764,7

À data de 31 de dezembro de 2018 existiam contratos de financiamento contratados pela SAG Gest e pela Subsidiária SIVA cujos prazos de reembolso de capital tinham sido ultrapassados:

- Eur 38.2MM contratado pela Subsidiária SIVA em dezembro de 2015 e com vencimento em 22 de dezembro de 2018;
- Eur 17.5MM contratado pela Subsidiária SIVA em 30 de janeiro de 2018 e com vencimento em 10 de maio de 2018;
- Eur 20.0MM contratado pela Subsidiária SIVA em 23 de março de 2018 e com vencimento em 23 de junho de 2018;
- Eur 7.6MM contratado pela SAG Gest em outubro de 2018 e com vencimento em 22 de dezembro de 2018;

- v) Eur 0.7MM contratado pela SAG Gest em maio de 2009 e com vencimento em 22 de dezembro de 2018;
- vi) Eur 1.5MM contratado pela SAG Gest em Maio de 2011 e com uma prestação de capital com vencimento em 26 de dezembro de 2018;
- vii) Eur 3.6MM contratado pela SAG Gest em dezembro de 2015 e com uma prestação de capital com vencimento em 22 de dezembro de 2018.

A SAG Gest solicitou atempadamente às Instituições Financeiras a prorrogação / renovação das operações. Resultante das conversações com as Instituições Financeiras, foi possível chegar a um entendimento posteriormente a 31 de dezembro de 2018, e a data de vencimento das operações em questão foi alargada até 30 de abril de 2019.

Ao abrigo do acordo extrajudicial celebrado com os bancos do acordo quadro, os saldos em dívida (capital e juro) a 30 de abril de 2019, não são exigíveis até à data de conclusão do acordo assinado com a Porsche Holdings. Só após a conclusão da operação, serão apurados os montantes a serem perdoados.

As principais características dos Empréstimos Bancários, em 31 de dezembro de 2018 são descritas abaixo. Os períodos de “*repricing*” correspondem aos períodos das taxas Euribor aplicadas a cada Empréstimo.

Identificação da Operação	Forma	Mutuário	Valor Nominal Máximo (Eur mil)	Valor Contabilístico (Eur mil)	Data de Contratação	Maturidade	Reembolso	Remuneração	Garantias
SVA – Conta Corrente 1	Conta Corrente Cauionada	Subsidiária SVA	38.200,0	38.951,5	Dez-2015	Dez-2018	Bullet	Mensal; Taxa de juro variável, indexada à Euribor 6 meses	Aval das Accionistas SAG Gest e SGC – SGPS
SVA – Conta Corrente 2	Conta Corrente Cauionada	Subsidiária SVA	14.523,8	14.867,4	Jan-2018	Mai-2018	Bullet, com amortizações antecipadas, pelos valores recebidos de Incentivos Fábrica e da venda de viaturas que em 31 Dezembro de 2017 eram parte do stock da SVA Defleet	No final do prazo; Taxa de juro variável, indexada à Euribor 6 meses	Aval das Accionistas SAG Gest e SGC – SGPS Penhor de 50.000 Acções representativas da totalidade do Capital Social da Subsidiária SVA Defleet SA. Penhor do Saldo da Conta de Depósitos à ordem onde a SVA deverá receber os valores relativos a Incentivos Fábrica
SVA – Conta Corrente 3	Conta Corrente Cauionada	Subsidiária SVA	20.000,0	20.541,3	Mar-2018	Jun-2018	Bullet	No final do prazo; Taxa de juro variável, indexada à Euribor 6 meses	Aval das Accionistas SAG Gest e SGC – SGPS Penhor de 50.000 Acções representativas da totalidade do Capital Social da Subsidiária SVA Defleet SA.
SAG – Conta Corrente 1	Conta Corrente Cauionada	SAG Gest	14.650,0	14.691,0	Out-2008	Trimestral, com renovação automática, salvo denúncia	Bullet	Mensal; Taxa de juro variável, indexada à Euribor 6 meses	Sem garantias
SAG – Conta Corrente 2	Conta Corrente Cauionada	SAG Gest	7.600,0	7.663,1	Out-2008	Dez-2018	Bullet	Trimestral; Taxa de juro variável, indexada à Euribor 6 meses	Sem garantias
SAG – Conta Corrente 3	Conta Corrente Cauionada	SAG Gest	675,0	676,9	Mai-2009	Dez-2018	Bullet	Trimestral; Taxa de juro variável, indexada à Euribor 6 meses	Sem garantias
SAG – Empréstimo Bancário 1	Mútuo	SAG Gest	31.200,0	31.692,2	Mai-2011	Dez-2022	4 prestações anuais de Eur mil 1.500,0 e uma prestação final de Eur mil 25.200,0	Semestral; Taxa de juro variável, indexada à Euribor 6 meses	Penhor das 10.299.470 Unidades de Participação representativas do capital do Fundo de Investimento Imobiliário Inocar
SAG – Empréstimo Bancário 2	Mútuo	SAG Gest	17.997,6	17.594,0	Dez-2015	Nov-2022	8 prestações semestrais de Eur mil 1.800,0 cada e uma prestação final de Eur mil 1.797,6	Semestral; Taxa de juro variável, indexada à Euribor 6 meses	A) Primeiro penhor sobre as seguintes acções: i) 64.494 Acções representativas de 77% do Capital Social da Subsidiária Loures Automóveis ii) Acções representativas da totalidade do Capital Social da Subsidiária Rolporto iii) 30.000 Acções representativas de 60% do Capital Social da Subsidiária Rolvia iv) 5.000.000 Acções representativas da totalidade do Capital Social da Subsidiária SVA v) 50.000 Acções representativas da totalidade do Capital Social da Subsidiária Soauto SGPS vi) 444.504 Acções representativas da totalidade do Capital Social da Subsidiária Soauto Comércio vii) Quota com o valor nominal de Eur mil 100,0 representativa de 40% do capital social da Participada Autolombos B) Segundo penhor das 10.299.470 Unidades de Participação representativas do capital do Fundo de Investimento Imobiliário Inocar C) Aval da Accionista SGC – SGPS

Os valores vencidos e não liquidados até 31 de dezembro de 2018 em cada um dos financiamentos são os seguintes:

Identificação da Operação	Valor Nominal (Eur mil)	Capital (Eur mil)	Juros (+IS) (Eur mil)	Reclassificação para Passivos assoc. a Activos detidos para venda				Total	
				Capital (Eur mil)	Juros (+IS) (Eur mil)	Capital (Eur mil)	Juros (+IS) (Eur mil)	Capital (Eur mil)	Juros (+IS) (Eur mil)
SIVA - Conta Corrente 1	38 200,0	38 200,0	718,4	38 200,0	718,4	-	-	-	-
SIVA - Conta Corrente 2	14 523,8	14 523,8	-	14 523,8	-	-	-	-	-
SIVA - Conta Corrente 3	20 000,0	20 000,0	157,7	20 000,0	157,7	-	-	-	-
SAG - Conta Corrente 2	7 600,0	7 600,0	-	-	-	7 600,0	-	-	-
SAG - Conta Corrente 3	675,0	675,0	-	-	-	675,0	-	-	-
SAG - Empréstimo Bancário 1	31 200,0	1 500,0	494,8	-	-	1 500,0	494,8	-	-
SAG - Empréstimo Bancário 2	17 997,6	3 600,0	285,4	-	-	3 600,0	285,4	-	-
Total	130 196,4	86 098,8	1 656,4	72 723,8	876,1	13 375,0	780,3		

a) Reconhecimento e Valorização de Empréstimos Bancários

De acordo com o estabelecido na IFRS 9 e na IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Valorização, os valores reportados dos financiamentos estão reconhecidos ao Custo Amortizado, sendo os encargos financeiros calculados de acordo com o Método da Taxa de Juro Efetiva.

A adoção deste método implica que os financiamentos estejam reconhecidos por valores diferentes do respetivo valor nominal.

A diferença entre o valor pelo qual estes financiamentos se encontram reconhecidos na Demonstração da Situação Patrimonial Consolidada e o respetivo valor nominal, em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017 está divulgado nos quadros seguintes.

Dez-18								
	Valor Contabilístico (MCA)	Valor Nominal	Diferença	Custos Liquidados Antecipadamente ou Diferidos				
				Juros	Comissões	Imp. de Selo	Total	
Empréstimos Correntes								
Empréstimos Bancários	107 680,0	105 848,8	1 831,2	2 872,8	(1 052,0)	10,4	1 831,2	
Reclassificação para Passivos assoc. a Activos detidos para venda	74 360,2	72 723,8	1 636,5	1 540,8	0,0	95,6	1 636,5	
Sub-Total Empréstimos Correntes	33 319,7	33 125,0	194,7	1 332,0	(1 052,0)	(85,3)	194,7	
Empréstimos Não Correntes								
Empréstimos Bancários	38 997,6	38 997,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Sub-Total Empréstimos não Correntes	38 997,6	38 997,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Total	72 317,3	72 122,6	194,7	1 332,0	(1 052,0)	(85,3)	194,7	
			0,00					
Dez-17								
	Valor Contabilístico (MCA)	Valor Nominal	Diferença	Custos Liquidados Antecipadamente ou Diferidos				
				Juros	Comissões	Imp. de Selo	Total	
Empréstimos Correntes								
Empréstimos Bancários	88 667,1	89 575,0	(907,9)	532,7	(1 331,4)	(109,2)	(907,9)	
Sub-Total Empréstimos Correntes	88 667,1	89 575,0	(907,9)	532,7	(1 331,4)	(109,2)	(907,9)	
Empréstimos Não Correntes								
Empréstimos Bancários	44 097,6	44 097,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Sub-Total Empréstimos não Correntes	44 097,6	44 097,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Total	132 764,7	133 672,6	(907,9)	532,7	(1 331,4)	(109,2)	(907,9)	

Observação:

Valores Positivos - Juros / Comissões / Imposto de Selo pagos postecipadamente

Valores Negativos - Juros / Comissões / Imposto de Selo pagos antecipadamente

A variação do saldo da rubrica de empréstimos foi como se segue:

	2018	2017	Reclassificação para Passivos assoc. a Activos detidos para venda
Saldo em 01 de Janeiro	132 764,7	107 337,8	61 611,8
Recebimentos de Empréstimos Obtidos	68 400,0	33 375,0	68 400,0
Reembolso de Empréstimos Obtidos	57 226,2	8 428,2	57 226,2
Fluxo dos Empréstimos Obtidos	11 173,8	24 946,8	11 173,8
Variação de Encargos Pagos / a Pagar / Ajustamento Custo Amortizado	2 739,1	480,1	1 574,7
Variação dos Empréstimos Bancários	2 739,1	480,1	1 574,7
Saldo em 31 de Dezembro	146 677,6	132 764,7	74 360,2

b) Maturidades Contratuais

As maturidades contratuais da dívida financeira consolidada referida a 31 de dezembro de 2018 são como segue:

	2018	2019	2020	2021	2022	Total
Empréstimos	87.888,9	19.791,0	5.100,0	5.100,0	28.797,6	146.677,6

c) Obrigações Contratuais (“Covenants”)

Em relação a alguns dos financiamentos divulgados acima foram assumidos compromissos contratuais adicionais que incluem os seguintes:

1. “Covenants” Financeiros

Demonstrações Financeiras Consolidadas

- Distribuição de Dividendos

Até final de 2021, a SAG Gest tem a obrigação de distribuir dividendos de, pelo menos, 50% do valor do resultado líquido consolidado do exercício, desde que, de acordo com as suas Demonstrações Financeiras Consolidadas, o rácio Capitais Próprios / Ativo Total seja, no mínimo, de 7,5%;

A partir de 2022, a SAG Gest tem a obrigação de distribuir dividendos de, pelo menos, 60% do valor do resultado líquido consolidado do exercício, desde que o valor da sua Situação Líquida Consolidada se mantenha positivo.

- Reembolso de Prestações Acessórias de Capital

Até ao final de 2019, a SAG Gest tem a obrigação de proceder ao reembolso de Prestações Acessórias de Capital realizadas pela Acionista Principal SA até ao montante que permita que, de acordo com as suas Demonstrações Financeiras Consolidadas, o rácio Capital Próprio / Ativo Total, após este reembolso, seja igual ou superior a 7,5%.

A partir de 2020, se o rácio Dívida Líquida / EBITDA for inferior a 2,5 X, a SAG Gest tem a obrigação de proceder ao reembolso de Prestações Acessórias de Capital realizadas pela Acionista Principal SA, num montante que permita (a) que o seu rácio Dívida Líquida / EBITDA não seja superior a 2,5 X e (b) que o valor da sua Situação Líquida Consolidada seja positivo.

- Limitação ao Endividamento

A SAG Gest não pode contratar financiamentos adicionais que excedam o montante de Eur mil 85.000,0.

- Operações Financeiras da SAG Gest na Acionista SGC – SGPS

SAG GEST – Soluções Automóvel Globais, SGPS, SA – Sociedade Aberta
Sede: Estrada de Alfragide, nº 67 Amadora
Capital Social: Eur 169.764.398,00
Matriculada na Conservatória do Registo Comercial da Amadora
Número Único de Matricula e de Identificação Fiscal 503 219 886
Escritório: Alfrapark – Estrada de Alfragide, nº 67, Edifício SGC – Piso 2
2614-519 Amadora
Tel: 21 359 66 64
Fax: 21 359 66 74

O saldo das operações financeiras realizadas pela SAG Gest na Acionista SGC – SGPS deverá evoluir como segue:

- i. Até ao final de 2018, o saldo das operações financeiras apenas poderá aumentar por (a) o valor dos juros capitalizados e (b) aplicações adicionais no valor máximo de Eur mil 2.500,0, e deve reduzir-se pelo valor dos dividendos distribuídos pela SAG Gest que seja recebido pelas Acionistas SGC – SGPS e SGC Investimentos;
- ii. A partir de 2019, e até ao final de 2021, o saldo das operações financeiras apenas poderá aumentar pelo valor dos juros capitalizados, e deve reduzir-se pelo valor dos dividendos distribuídos pela SAG Gest que seja recebido pelas Acionistas SGC – SGPS e SGC Investimentos, deduzido de um valor anual máximo de Eur mil 2.500,0;
- iii. A partir de 2022, o valor das aplicações apenas poderá aumentar pelo valor dos juros capitalizados, e deve reduzir-se pelo valor dos dividendos distribuídos pela SAG Gest que seja recebido pelas Acionistas SGC – SGPS e SGC Investimentos, deduzido de um valor anual máximo de Eur mil 1.500,0;
- iv. A partir da mesma data, e desde que se encontrem integralmente reembolsadas as Prestações Acessórias de Capital realizadas pela Acionista Principal SA, o reembolso do saldo das operações financeiras poderá vir a ser adicionalmente reduzido pelo valor das importâncias que sejam necessárias para financiar o valor da diferença entre (a) o encaixe conseguido pela Acionista Principal SA em resultado da venda da sua participação no capital da Participada Unidas S/A, e (b) o valor em dívida do financiamento contratado pela Acionista Principal SA para financiar a aquisição das ações da Participada Unidas S/A, no valor de Eur mil 100.500,0.

Demonstrações Financeiras Separadas da Subsidiária SIVA

- Não aumentar o endividamento num montante total superior a Eur mil 70.000,0.

Tal como referido acima, estes compromissos encontram-se suspensos em resultado da assinatura do Acordo Extrajudicial de Recuperação da SAG Gest.

2. “Ownership”

Detenção, pela Acionista SGC – SGPS de pelo menos 50,1% do Capital Social e direitos de voto da SAG Gest

Manutenção pelo Senhor Dr. João Manuel de Quevedo Pereira Coutinho, da participação de 99,8% no Capital Social e nos direitos de voto da Acionista SGC – SGPS.

3. Outros

Manutenção dos Contratos de Importação para as Marcas Volkswagen, Audi e Škoda pela Subsidiária SIVA.

“*Negative Pledge*” – impossibilidade de alienar ou onerar bens sem acordo prévio das Instituições Financeiras credoras

“*Cross Default*” – qualquer situação de incumprimento por parte da SAG Gest em algum dos contratos de financiamento implica uma situação de incumprimento em todos os restantes contratos de financiamento

Impossibilidade de realizar operações de Fusão ou de Cisão da SAG Gest sem prévia autorização das Instituições Financeiras credoras.

34. CREDORES E OUTROS PASSIVOS – FORNECEDORES

Os saldos da rubrica Fornecedores, em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017, são como segue:

Fornecedores	Dez-18	Dez-17
Fornecedores - Actividade Operacional	197 724,2	199 061,5
Fornecedores - Viaturas em regime "Buy-Back"	41 217,8	84 690,6
Total Fornecedores	238 941,9	283 752,1
Reclass. para Passivos assoc. a Activos detidos para venda	212 260,4	
Total Fornecedores	26 681,5	283 752,1

35. CREDORES E OUTROS PASSIVOS – OUTROS

Os saldos da rubrica Credores e Outros Passivos – Outros, em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017, são como segue:

Credores e Outros Passivos - Outros	Dez-18	Dez-17
Bónus e Apoios a Concessionários	4 640,9	5 948,0
Extensões de Garantia	2 330,8	3 522,5
Adiantamentos de Clientes	2 095,4	1 570,7
Contratos Comodato	250,0	290,8
Outros	356,0	180,6
Credores e Outros Passivos - Outros	9 673,1	11 512,7
Reclass. para Passivos assoc. a Activos detidos para venda	9 632,9	
Credores e Outros Passivos - Outros	40,2	11 512,7

36. DIVULGAÇÕES DE PARTES RELACIONADAS

Para efeitos de apresentação das Demonstrações Financeiras Consolidadas da SAG Gest, são consideradas como Partes Relacionadas todas as Entidades entre as quais existe a capacidade de controlo (ou seja, que entre si estão expostas, ou têm direito a rendimentos variáveis e que têm a capacidade de influenciar esses rendimentos), ou de exercer influência significativa na tomada de decisões financeiras e operacionais e ainda Acionistas e Membros dos Órgãos de Gestão dessas Entidades.

Para além dos saldos e das transações com as Entidades incluídas no perímetro de consolidação, referidas na Nota 3 – Entidades Consolidadas, que foram anulados no processo de preparação das Demonstrações Financeiras Consolidadas da SAG Gest, existem outros saldos e transações com Partes Relacionadas, que se encontram divulgados no quadro seguinte.

SALDOS NÃO CORRENTES COM PARTES RELACIONADAS				
Entidade	Natureza da Entidade	Natureza dos Saldos	Dez-18	Dez-17
SGC – S.G.P.S., S.A.	Accionista	Operações Financeiras	141 313,4	139 580,8
SGC – S.G.P.S., S.A.	Accionista	Imparidades	(141 313,4)	0,0
Total Saldos Não Correntes			0,0	139 580,8

SALDOS CORRENTES COM PARTES RELACIONADAS				
Entidade	Natureza da Entidade	Natureza dos Saldos	Dez-18	Dez-17
SGC - SGPS, S.A.	Accionista	IRC	1 159,7	454,3
Autolombos, Lda.	Associada	Operações Financeiras	,8	408,5
Autolombos, Lda.	Associada	Operações Financeiras - Juros	-	1,5
Autolombos, Lda.	Associada	Compras	2 571,7	-
Principal, S.A.	Accionista	Adiantamento por conta Prestação de Serviços	721,3	-
Vinair	Relacionada	Serviços Partilhados	17,2	-
SGC - SGPS, S.A.	Accionista	Serviços Partilhados	4,0	-
Alfraparque - Sociedade Imobiliária, SA	Relacionada	Serviços Partilhados	3,2	-
Total Saldos Correntes - Activo			4 477,9	864,2
Reclassificação para Activos detidos para venda			2 596,9	
Total Saldos Correntes - Activo			1 881,1	864,2
Autolombos, Lda.	Associada	Serviços Partilhados	32,8	-
Total Saldos Correntes - Passivo			32,8	0,0

Os saldos com a Accionista SGC – SGPS, passaram, a partir de 31 de dezembro de 2013, a ser reconhecidos pelo Custo Amortizado, como Ativos Não Correntes. Em 31 de dezembro foi reconhecida a imparidade da totalidade do saldo.

TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS				
Entidade	Natureza da Entidade	Natureza da Transacção	Período de 12 Meses findo em 31 Dezembro	
			2018	2017
Principal, S.A.	Accionista	Aquisição de Serviços	-	(1 597,2)
SGC – S.G.P.S., S.A.	Accionista	Juros Corridos	955,5	1 290,0
Autolombos, Lda.	Associada	Juros Corridos	(0,2)	25,6
Autolombos, Lda.	Associada	Prestação Serviços Partilhados	25,1	26,8
Autolombos, Lda.	Associada	Compras e Aquisição de Serviços	1 333,0	1 217,7
Autolombos, Lda.	Associada	Prestação de Serviços	(8 335,8)	(5 789,4)
Alfraparque - Sociedade Imobiliária, SA	Relacionada	Prestação Serviços Partilhados	11,8	5,1
Alfraparque - Sociedade Imobiliária, SA	Relacionada	Aquisição de Serviços	(175,3)	(270,7)

As transações relativas a juros corridos (ganhos) respeitam a juros associados às aplicações financeiras indicadas no quadro anterior, que são calculados utilizando as taxas de juro e demais condições em tudo

equivalentes às praticadas no mercado, para transações semelhantes entre terceiros não relacionados atuando de boa-fé.

37. ACRÉSCIMOS DE GASTOS

Os Acréscimos de Gastos estão divulgados no quadro seguinte.

Acréscimos de Gastos	Dez-18	Dez-17
Apoios Comerciais a Concessionários e Rappel	10 357,2	10 926,3
Remunerações a Liquidar	2 513,1	2 705,8
Bónus a Atribuir a Concessionários	1 412,5	4 296,2
Juros Fábrica VW Belgium	912,2	-
Registos e Legalizações	618,8	451,4
Impostos Sobre Viaturas	418,2	371,2
Garantias e Comparticipações	412,8	1 347,2
Contratos de Manutenção	384,3	439,9
Acréscimos de Custos Viaturas Usadas	384,1	580,7
Publicidade	378,0	353,3
Indemnizações	354,4	-
Consultoria	304,5	253,8
Prémios	215,7	253,3
Rendas Instalações	130,9	-
Transportes	122,5	98,6
Subcontratos	108,1	93,1
Auditoria e Consultoria	98,1	93,2
Preparação de Viaturas	84,3	95,5
Formação	83,6	217,7
Seguros	51,8	76,8
Reparação e Manutenção	24,0	143,8
Imposto Municipal Sobre Imóveis	2,0	39,0
Outros Acréscimos de Gastos	542,7	437,7
Total Acréscimos de Gastos	19 914,1	23 274,5
Reclass. para Passivos assoc. a Activos detidos para venda	19 375,7	
Total Acréscimos de Gastos	538,4	23 274,5

38. RENDIMENTOS A RECONHECER

Os Rendimentos a Reconhecer são como segue:

Rendimentos a Reconhecer	Dez-18	Dez-17
Viaturas Facturadas não Entregues *	7 515,5	35 170,8
Extensões de Garantia	2 332,4	-
Valores a Reconhecer "Buy Back" **	207,6	2 190,1
Valores a Reconhecer Obras em Curso	161,8	282,7
Serviço Mobilidade	153,8	239,6
Apoios Comerciais a Viaturas em Inventário	145,7	148,0
Valores a Reconhecer Peças	54,8	-
Contratos de Manutenção	-	2,2
Outros Rendimentos a Reconhecer	48,3	46,2
Total Rendimentos a Reconhecer	10 619,9	38 079,8
Reclass. para Passivos assoc. a Activos detidos para venda	10 619,9	
Total Rendimentos a Reconhecer	-	38 079,8

* De acordo com o divulgado na Nota 2.5.1.1 a) i – Rendimentos a Reconhecer – Faturação Antecipada.

** De acordo com o divulgado na Nota 2.5.1.1 a) ii. – Rendimentos a Reconhecer – Transações em regime de "Buy-Back".

O valor de Viaturas Faturadas não Entregues representa o montante das viaturas já faturadas a Clientes, mas ainda não entregues. Por este facto, este valor de faturação não se encontra incluído nos Proveitos da Atividades.

O valor na rubrica de Extensões de Garantias reflete o rendimento a reconhecer inerente aos serviços de extensão de garantias das viaturas vendidas que a Subsidiária SIVA passou a prestar, de acordo com o que se encontra relatado na Nota 6 – Outros Ganhos Operacionais.

39. RENDAS E ALUGUERES OPERACIONAIS

Rendas e Alugueres como Locatário

No desenvolvimento das suas atividades regulares, a SAG Gest assumiu responsabilidades com o arrendamento de imóveis e com o aluguer operacional de viaturas.

O quadro seguinte inclui o detalhe das responsabilidades futuras com rendas, tendo em conta os valores acordados nos contratos em vigor em 31 de dezembro de 2018.

Os contratos de arrendamento de imóveis compreendem prazos de vigência entre 1 e 36 meses, enquanto os prazos de vigência dos contratos de aluguer operacional de viaturas variam entre 1 e 43 meses.

Ano	Rendas de Edifícios		Rendas de Viaturas	
	Numero de Contratos	Valor a Pagar	Numero de Contratos	Valor a Pagar
2019	11	2.139,4	37	450,1
2020	2	204,6	66	133,3
2021	1	200,1	5	55,3
2022	1	50,0	6	21,8
Total		2.594,1		660,5

40. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017, tal como definido pela IFRS 9 e pela IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Valorização, o valor contabilístico de cada uma das categorias de Ativos e Passivos Financeiros foi reconhecido como se encontra relatado no quadro seguinte.

31 de Dezembro de 2018	Notas	Ativos / passivos ao custo amortizado	Ativos / passivos ao justo valor através de resultados	Total
Activos Não Correntes Reconhecidos ao Custo Amortizado				
Devedores e Outros Activos - Entidades Relacionadas	25 e 36	,0	-	,0
Activos Correntes				
Devedores e Outros Activos - Clientes	24	188,7	-	188,7
Devedores e Outros Activos - Entidades Relacionadas	25 e 36	1 881,1	-	1 881,1
Devedores e Outros Activos - Outros	26	36,2	-	36,2
Depósitos a Prazo	30	2 146,0	-	2 146,0
Caixa e Equivalentes de Caixa	30	1 254,2	-	1 254,2
Sub-total Activos Correntes		5 506,1	-	5 506,1
Total Activos Financeiros		5 506,1	-	5 506,1
Passivos Não Correntes Reconhecidos ao Custo Amortizado				
Empréstimos Bancários	33	38 997,6	-	38 997,6
Passivos Correntes				
Empréstimos Bancários	33	33 319,7	-	33 319,7
Credores e Outros Passivos - Fornecedores	34	26 681,5	-	26 681,5
Credores e Outros Passivos - Outros	35	40,2	-	40,2
Sub-total Passivos Correntes		60 041,4	-	60 041,4
Total Passivos Financeiros		99 039,0	-	99 039,0

31 de Dezembro de 2017	Notas	Empréstimos e outras contas a receber	Outros passivos financeiros	Total
Activos Não Correntes Reconhecidos ao Custo Amortizado				
Devedores e Outros Activos - Entidades Relacionadas	25 e 36	139 580,8	-	139 580,8
Activos Correntes				
Devedores e Outros Activos - Clientes	24	28 574,1	-	
Devedores e Outros Activos - Entidades Relacionadas	25 e 36	864,2	-	864,2
Devedores e Outros Activos - Outros	26	6 055,2	-	6 055,2
Depósitos a Prazo	30	3 196,0	-	3 196,0
Caixa e Equivalentes de Caixa	30	4 396,9	-	4 396,9
Sub-total Activos Correntes		43 086,4	-	43 086,4
Total Activos Financeiros		43 086,4	-	43 086,4
Passivos Não Correntes Reconhecidos ao Custo Amortizado				
Empréstimos Bancários	33	-	44 097,6	44 097,6
Passivos Correntes				
Empréstimos Bancários	33	-	88 667,1	88 667,1
Credores e Outros Passivos - Fornecedores	34	-	283 752,1	283 752,1
Credores e Outros Passivos - Outros	35	-	11 512,7	11 512,7
Sub-total Passivos Correntes		-	383 931,9	383 931,9
Total Passivos Financeiros		-	428 029,5	428 029,5

41. COMPROMISSOS E CONTINGÊNCIAS

a) Garantias

- b) Em 31 de dezembro de 2018 existem garantias prestadas por terceiros não relacionados, a favor de Entidades incluídas no perímetro de consolidação, no valor total de Eur mil 35.972,8 (Eur mil 36.117,2 em 31 de dezembro de 2017) como divulgado no quadro seguinte.

Entidades	Dez-18	Dez-17
Concessionários	35.422,8	35.567,2
Usados	400,0	400,0
Outros	150,0	150,0
Total	35.972,8	36.117,2

- i. A responsabilidade das Entidades incluídas no perímetro de consolidação por garantias bancárias prestadas, a seu pedido, por terceiros não relacionados, era em 31 de dezembro de 2018 de Eur mil 166.182,9 (Eur mil 174.060,8 em 31 de dezembro de 2017), como divulgado no quadro seguinte.

Entidades	Dez-18	Dez-17	Reclassificação para Passivos assoc. a Activos detidos para venda
VW / Audi	135 956,7	144 180,7	135 956,7
Alfândega	15 100,0	15 100,0	15 100,0
Skoda	5 500,0	5 500,0	5 500,0
VW Bank Portugal	7 000,0	7 000,0	7 000,0
Atlantsider	1 000,0	1 000,0	0,0
Bentley	307,7	307,7	307,7
Ministério da Administração Interna	221,0	0,0	221,0
Lamborghini	163,5	163,5	163,5
Estado Maior do Exército	134,4	15,3	134,4
Guarda Nacional Republicana	130,4	130,4	130,4
Soc. C.Obras Gerais	121,3	121,3	121,3
Autoridade Tributária e Aduaneira	103,3	103,3	103,3
Polícia de Segurança Pública	83,9	83,9	83,9
Polícia Judiciária	60,6	60,6	60,6
Seat	50,0	50,0	50,0
Tribunal do Trabalho de Lisboa	43,3	43,3	43,3
INEM	38,3	38,3	38,3
Câmara Municipal Lisboa	43,2	41,2	43,2
Câmara Municipal de Sintra	26,2	26,2	0,0
REN	22,3	13,3	22,3
Juiz 1ª Secção Lisboa	22,0	22,0	22,0
SEF	15,2	15,2	15,2
EDP	4,7	12,5	4,7
Dir Geral do Patrim. Gov. Regional	9,3	9,3	9,3
Município de Ourém	6,7	6,7	6,7
CTT	6,4	6,4	6,4
Município de Almada	6,1	6,1	6,1
Petrogal	3,7	3,7	3,7
Vimágua	2,8	0,0	2,8
Total	166 182,9	174 060,8	165 153,9

- ii. Como relatado nas Notas 33 – Empréstimos e 36 – Divulgações de Partes Relacionadas, a Acionista SGC – SGPS intervém como avalista ou fiadora em empréstimos bancários contratados pela SAG Gest ou pelas suas Subsidiárias que totalizam Eur mil 90.721,4.
- iii. Como referido na Nota 33 – Empréstimos Bancários, para garantia do pagamento integral das responsabilidades associadas aos Mútuos no valor nominal de Eur mil 31.200,0 e Eur mil 17.997,6 foi constituído primeiro e segundo penhor, respetivamente, sobre a totalidade das Unidades de Participação representativas do Capital do Fundo Imocar – Fundo de Investimento Imobiliário Fechado.
- iv. Também de acordo com o relatado na Nota 33 – Empréstimos Bancários, para garantia do pagamento integral das responsabilidades associadas ao Mútuo de Eur mil 17.997,6 foi constituído primeiro penhor sobre os seguintes títulos:
 - a) 64.494 Ações representativas de cerca de 77% do Capital Social da Subsidiária Loures Automóveis
 - b) 1.100.000 Ações representativas da totalidade do Capital Social da Subsidiária Rolporto
 - c) 30.000 Ações representativas de 60% do Capital Social da Subsidiária Rolvia
 - d) 5.000.000 Ações representativas da totalidade do Capital Social da Subsidiária SIVA
 - e) 50.000 Ações representativas da totalidade do Capital Social da Subsidiária Soauto SGPS
 - f) 444.504 Ações representativas da totalidade do Capital Social da Subsidiária Soauto SA
 - g) Quota com o valor nominal de Eur mil 100,0 representativa de 40% do capital social da Participada Autolombos

- v. Ainda em conformidade com o referido na Nota 33 – Empréstimos Bancários, para garantia do pagamento integral das responsabilidades associadas à Conta Corrente no valor nominal de Eur mil 17.500,0 foi constituído primeiro penhor sobre 50.000 Ações representativas da totalidade do Capital Social da Subsidiária SIVA Defleet, S.A. e sobre o saldo da Conta de Depósitos à ordem da SIVA, onde são recebidos os valores relativos a Incentivos à atividade de importação concedidos pelos Fabricantes dos veículos automóveis comercializados pela SIVA. A Subsidiária SIVA assumiu ainda a responsabilidade de proceder a reembolsos antecipados do financiamento com base nos valores recebidos de Incentivos Fábrica e também com base nos valores provenientes das vendas das viaturas que fazem parte do inventário da SIVA Defleet, S.A.
- vi. Ainda em conformidade com o referido na Nota 33 – Empréstimos Bancários, para garantia do pagamento integral das responsabilidades associadas à Conta Corrente no valor nominal de Eur mil 20.000,0 foi constituído primeiro penhor sobre 50.000 Ações representativas da totalidade do Capital Social da Subsidiária SIVA Defleet, S.A.
- vii. A SAG Gest e a Subsidiária SIVA dispõem de um conjunto de Depósitos a Prazo que totalizam Eur mil 11.871,5 que se encontram penhorados para fazer face a determinadas responsabilidades contraídas pela Subsidiária SIVA:

Vencimento	Responsabilidade Garantida	Valor do Depósito (EUR)	Reclassificação para Passivos assoc. a Activos detidos para venda	Total
Jun-2019	Garantia Bancária prestada a favor da Skoda	5 500,0	5 500,0	-
Jun-2019	Contratos de Financiamento e Garantias Bancárias prestadas a favor da VW e da Audi	6 096,0	6 096,0	-
Sem Prazo	Garantia Bancária prestada a favor do Ministério da Administração Interna	134,4	134,4	-
Sem Prazo	Garantia Bancária prestada a favor do Ministério da Administração Interna	119,2	119,2	-
Sem Prazo	Garantia Bancária prestada a favor do Estado Maior do Exército	10,1	10,1	-
Sem Prazo	Garantia Bancária prestada a favor da REN Portgás Distribuição	9,0	9,0	-
Sem Prazo	Garantia Bancária prestada a favor da Vimágua	2,8	2,8	-
		11 871,5	11 871,5	-

c) Contingências

- i. A Administração Fiscal Portuguesa emitiu, à SAG Gest e a outras Entidades incluídas no perímetro de consolidação, notas de liquidação adicional em relação a Imposto Sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas e Derrama devidos com referência aos exercícios de 1999 a 2010 que totalizam Eur mil 4.166,0, e são como segue:

Valor do Imposto Sobre o Rendimento e Derrama			
31 Dezembro 2018		31 Dezembro 2017	
Ano	Valores Reclamados	Ano	Valores Reclamados
1999	888,0	1999	888,0
2001	633,6	2001	633,6
2002	552,0	2002	552,0
2003	430,9	2003	430,9
2004	367,7	2004	367,7
2008	384,3	2008	384,3
2009	19,4	2009	19,4
2010	890,0	2010	890,0
2011	-	2011	25,4
Total	4.166,0		4.191,3

As Entidades relevantes, por discordarem dos fundamentos que presidiram à emissão das referidas notas de liquidação adicional e relatórios de correções da Matéria Tributável, instauraram, com respeito pelos prazos legais aplicáveis, processos de impugnação judicial em relação a cada uma delas, pelo que estes valores não se encontram reconhecidos como custos nas Demonstrações Financeiras Consolidadas referidas a 31 de dezembro de 2018.

Como se refere na Nota 16 – Imposto Sobre o Rendimento, e no âmbito do regime excecional de regularização de dívidas, aprovado em 31 de Outubro de 2013, a SAG Gest procedeu ao pagamento

das quantias exequendas dos processos em curso, libertando as Garantias Bancárias apresentadas no âmbito dos respetivos processos de impugnação judicial, no valor de Eur mil 6.327,2. No entanto, e por não se ter alterado a disposição das Entidades face às liquidações adicionais, os processos de impugnação judicial seguem o seu curso normal.

Durante os doze meses findos em 31 de dezembro de 2018 foi proferida sentença favorável à SAG Gest em relação ao processo respeitante ao exercício de 2011, tendo sido reembolsado o valor de Eur mil 25,4 anteriormente reclamado.

Uma vez que os fundamentos utilizados pela Administração Fiscal Portuguesa para a emissão das notas de liquidação adicional relativas aos anos de 1999 a 2007 são substancial e materialmente idênticas aos utilizados em anterior nota de liquidação adicional respeitante aos exercícios de 1997 e de 1998, a opinião da Administração foi adicionalmente suportada pelo trânsito em julgado do Acórdão, favorável à SAG Gest, proferido em 09 de Março de 2010 pelo Tribunal Central Administrativo Sul em relação à impugnação da liquidação adicional respeitante aos exercícios de 1997 e de 1998.

Na opinião da Administração, suportada em pareceres emitidos pelos seus Advogados, as possibilidades de sucesso dos referidos processos de impugnação são elevadas, pelo qual não foi constituída qualquer provisão relacionada com este assunto.

- ii. A SAG Gest apresentou pedidos de reembolso relativos aos Pagamentos por Conta de IRC (PEC), efetuados nos anos de 2007, 2008 e 2009, por não se ter apurado coleta suficiente para a sua dedução nas declarações de rendimentos relativas aos exercícios de 2007 a 2014, no valor total de Eur mil 1.399,5. O detalhe é como segue:

Ano	Montante	Data de apresentação
2007	696,7	29 Agosto 2012
2008	464,6	14 Agosto 2013
2009	238,2	25 Julho 2014
Total	1 399,5	

A Autoridade Tributária indeferiu estes pedidos de Reembolso de PEC. A SAG Gest, por discordar dos fundamentos apresentados para estes indeferimentos, interpôs recursos e aguarda decisão sobre os mesmos.

Na opinião da Administração, suportada em pareceres emitidos pelos seus Advogados, as possibilidades de sucesso dos referidos recursos são elevadas, pelo qual não foi constituída qualquer imparidade relacionada com estes valores.

- iii. A Autoridade Tributária emitiu, em 2014, um elevado número de liquidações de IUC à Subsidiária SIVA que, por discordar dos fundamentos que estiveram na origem da emissão destas liquidações, instaurou vários processos de impugnação judicial.

Estão ainda em curso dois destes processos, um relativo a 200 liquidações de imposto, no valor de Eur mil 36,3, e outro referente a 332 liquidações no valor de Eur mil 62,1.

Na opinião da Administração, a probabilidade de sucesso é elevada uma vez que os restantes processos, em tudo semelhantes aos que estão em curso, tiveram desfecho favorável para a Subsidiária SIVA.

- iv. A Autoridade Tributária emitiu à Subsidiária SIVA, em 2017, uma liquidação adicional em sede de Imposto do Selo relativo ao exercício de 2014, no valor Eur mil 919,3. A Entidade, por discordar dos fundamentos, instaurou processo de impugnação judicial, depois de efetuar o pagamento do imposto reclamado pela Autoridade Tributária.
- v. Na sequência dos acordos estabelecidos quando se concretizou a operação de aumento de capital da então Participada Unidas S/A, subscrito na totalidade por três Fundos de Investimento Brasileiros, em 13 de Julho de 2011, a SAG Gest assumiu responsabilidade relativamente a contingências existentes

e anteriores à data daquela operação, onde se poderão incluir processos fiscais ainda em curso, como segue:

- a. Em 21 de Maio de 2009, a Secretaria da Receita Federal Brasileira emitiu à Participada Unidas S/A autos de infração relativos à cobrança de débitos de Imposto de Renda Sobre Pessoa Jurídica e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido relativos, principalmente, à dedutibilidade da amortização de ágio nos exercícios compreendidos entre 2004 e 2007, no valor atualizado total de \$R mil 55.999 em 31 de dezembro de 2018 (\$R mil 54.401 em 31 de dezembro de 2017).
- b. Em 11 de dezembro de 2014, a Secretaria da Receita Federal Brasileira emitiu à Participada Unidas S/A autos de infração relativos à cobrança de débitos de Imposto de Renda Sobre Pessoa Jurídica e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido, relativos, principalmente, à dedutibilidade da amortização de ágio e despesas de contratos de “swap” referente ao exercício de 2009, no valor atualizado de \$R mil 33.384 em 31 de dezembro de 2018 (\$R mil 32.147 em 31 de dezembro de 2017).

A Unidas S/A, por discordar dos fundamentos que presidiram à emissão dos referidos autos, instaurou, com observância dos prazos legais aplicáveis, processos de impugnação administrativa em relação a cada um deles, e aguarda julgamento.

Entretanto, na opinião da Administração da Unidas S/A, suportada em pareceres emitidos pelos seus Assessores Jurídicos, são apenas qualificados como possíveis os riscos de perda, na instância final dos referidos processos, razão pela qual não foi constituída qualquer provisão para este risco, no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 nem no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2017. Na data da emissão das Demonstrações Financeiras da Unidas S/A e da preparação das Demonstrações Financeiras Consolidadas da SAG Gest, os referidos processos de impugnação encontravam-se em curso, e o seu andamento tem sido acompanhado pela Administração da SAG Gest.

Em dezembro de 2015, a SAG Gest alienou, a favor da Acionista Principal SA, a totalidade da participação que detinha na Unidas S/A. O respetivo Contrato de Compra e Venda de Ações estabelece que se mantém a responsabilidade da SAG Gest em relação às contingências acima referidas.

Em dezembro de 2016 os Fundos de Investimento Brasileiros acima referidos cederam uma parcela da sua participação, representando 20% do Capital Social da Participada Unidas S/A, à Enterprise Holdings International, tendo em consequência cedido àquela Entidade a mesma proporção dos seus eventuais direitos de regresso sobre a SAG Gest em relação a estas contingências.

Em dezembro de 2017, os referidos Fundos de Investimento Brasileiros e a Unidas S/A renunciaram aos seus direitos de regresso sobre a SAG Gest em relação às contingências geradas por factos ocorridos em data anterior a 2011. Estas renúncias tornaram-se irrevogáveis em 9 de março de 2018.

Em consequência, apenas permanecem contratualmente em vigor as responsabilidades assumidas pela SAG Gest em relação às contingências geradas por factos ocorridos em data anterior a 2011 que, como acima se refere, foram cedidas em dezembro de 2016 à Enterprise Holdings International. Esta Entidade detém atualmente uma participação indireta de cerca de 11% na Unidas S/A.

- vi. Aguarda decisão do Tribunal Arbitral no Brasil, processo requerido pela entidade vendedora da Unidas Rent-a-Car à SAG Gest em 2001, relativo ao acesso aos fundos depositados em conta Escrow, constituída no âmbito da aquisição referida. Apesar de considerarmos expectável uma decisão favorável do Tribunal Arbitral, mesmo que venha a ser dado provimento à pretensão da requerente, a mesma não terá impacto na situação patrimonial da SAG, na medida em que o caso em disputa se refere à decisão sobre para quem reverte os saldos da Escrow Account.

42. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 28 de Fevereiro de 2019 a subsidiária Rolporto, adquiriu todas as ações na posse do acionista minoritário na sua participada Rolvia, S.A., representativas de 40% do capital social desta subsidiária, passando a deter a totalidade do capital da Sociedade. A totalidade das ações foram adquiridas por um valor de Eur 570,0 mil, que inclui Eur 200,0 mil de prestações acessórias de capital. As ações foram adquiridas, livres de quaisquer ónus, encargos e outras responsabilidades, livres de quaisquer limitações e com todos os direitos a elas inerentes.

Em 28 de Março a subsidiária SOAUTO SGPS, adquiriu todas as ações na posse dos acionistas minoritários na sua participada Loures Automóveis, S.A., representativas de 20,01% do capital social da Sociedade, passando a deter a totalidade do capital da Sociedade. A totalidade das ações foram adquiridas por um valor de Eur 240,0 mil. As ações foram adquiridas, livres de quaisquer ónus, encargos e outras responsabilidades, livres de quaisquer limitações e com todos os direitos a elas inerentes.

Em 22 de Abril de 2019 a SAG Gest adquiriu as ações da subsidiária SIVA Defleet à subsidiária SIVA, representativas de 100% do capital social da Sociedade, por um valor de Eur 49,2 mil. As ações foram adquiridas, livres de quaisquer ónus, encargos e outras responsabilidades, livres de quaisquer limitações e com todos os direitos a elas inerentes.

Em 22 de Abril de 2019 a SAG Gest adquiriu as quotas da associada Autolombos, representativas de 40% do capital social da Sociedade, à subsidiária Soauto Comércio S.A. A totalidade das quotas foram adquiridas por um valor de Eur 10,9 mil. As quotas foram adquiridas, livres de quaisquer ónus, encargos e outras responsabilidades, livres de quaisquer limitações e com todos os direitos a elas inerentes.

Considerando a estratégia de racionalização da estrutura atual da SAG Gest, grupo societário-económico no qual a subsidiária LGA se encontra inserida foi aprovada por unanimidade a celebração do Contrato de Trespasse, com intervenção da SAG Gest – Soluções Automóvel Globais, SGPS, S.A. na qualidade de acionista única da LGA, através do qual a LGA trespasa à SIVA o estabelecimento composto por oficina de preparação de veículos automóveis novos e manutenção e reparação de veículos automóveis usados, contratos, elementos, direitos (incluindo de propriedade intelectual, marcas, nomes e insígnias), ativos e passivos a eles referentes. Esta operação foi realizada no dia 15 de abril de 2019.

O acordo estabelecido entre a SAG Gest, a Porsche Holdings (Sociedade pertencente ao Grupo VW) com sede em Salzburg, o Banco Comercial Português, S.A., o Banco BPI, S.A., a Caixa Geral de Depósitos, S.A. e o Novo Banco, S.A. que tem em vista a alienação à PHS do negócio automóvel da SAG, conforme relatado no ponto 2.6 a)) Continuidade das Operações, foi assinado a 30 de Abril de 2019.

No âmbito do acordo acima referido a SAG Gest irá ainda alienar a totalidade das ações que detém nas subsidiárias Siva Serviços e AA00 à subsidiária SIVA e a subsidiária Autoimpor irá alienar a totalidade das ações que detém na subsidiária Globalrent também à SIVA.

Foi ainda deliberado por unanimidade aprovar o projeto de fusão da Sociedade com a Autoimpor (Sociedade incorporada), a qual assume a modalidade de fusão por incorporação, prevista no artigo 97.º, n.º 4, alínea a), do Código das Sociedades Comerciais, mediante a transferência global do património da Sociedade Incorporada para a Sociedade. A fusão permitirá eliminar atividades de índole meramente burocrática e administrativa, relacionadas com as exigências formais da existência de duas sociedades juridicamente distintas.

Com a conclusão (i) das fusões da subsidiária Autoimpor na subsidiária LGA e desta na SAG Gest, (ii) da Transação e (iii) dos PERs da SAG e da SIVA, a SAG passará a deter (i) participações representativas de 40 (quarenta) por cento do capital social da Autolombos – Sociedade de Automóveis, Lda., (ii) ações representativas de 100 (cem) por cento do capital social da SIVA Defleet – Comércio de Automóveis, S.A., e (iii) a totalidade das unidades de participação do IMOCAR – Fundo de Investimento Imobiliário Fechado (“Unidades de Participação IMOCAR”), um fundo imobiliário fechado gerido pela NORFIN – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliários, S.A. em que todas as Unidades de Participação continuarão empenhadas aos Bancos em garantia do reembolso de capital, e pagamento de juros, custos e despesas relacionadas com a dívida da SAG aos Bancos, após homologação final do PER da SAG e conclusão da Transação.

Ainda no âmbito do acordo com a Porsche Holdings e o Bancos, foi submetido no dia 30 de abril a homologação judicial, um acordo extrajudicial de recuperação com os bancos e outras entidades credoras num processo especial de recuperação. Adicionalmente, o Conselho de administração decidiu que a SAG Gest e as demais Sociedades do seu perímetro económico, aderissem ao acordo extrajudicial de recuperação da IAMC, para remissão dos seus créditos. Que foi submetido na mesma data.

A 30 de Abril de 2019 foi assinado um Contrato de Promessa Compra e Venda de um imóvel situado na Avenida Marechal Gomes da Costa (Lighthouse) através do qual a IMOCAR – Fundo de Investimento Imobiliário Fechado irá vender o referido imóvel a uma entidade a designar pela Porsche Holdings, originando esta venda uma perda no montante de Eur mil 8.791, a qual foi reconhecida nas demonstrações financeiras a 31 de Dezembro de 2018.

Para além do acima mencionado, não existem outros eventos subsequentes à data de reporte que possam ter impacto significativo nas Demonstrações Financeiras Consolidadas, ou que requeiram divulgação.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS 2018



Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria

Relatório sobre a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da SAG Gest – Soluções Automóvel Globais, SGPS, S.A. (o Grupo), que compreendem a demonstração da situação patrimonial consolidada em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 272.764,0 milhares de euros e um total de capital próprio negativo de 179.106,2 milhares de euros, incluindo um resultado líquido negativo de 186.844,5 milhares de euros), a demonstração dos resultados e de outro rendimento integral consolidado, a demonstração das alterações no capital próprio consolidado e a demonstração dos fluxos de caixa consolidados relativas ao período findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada da SAG Gest – Soluções Automóvel Globais, SGPS, S.A. em 31 de dezembro de 2018 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas” abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Incerteza material relacionada com a continuidade

Como referido na nota 2.6 a) do anexo às demonstrações financeiras consolidadas da SAG Gest – Soluções Automóvel Globais, SGPS, S.A., embora o Grupo apresente, a 31 de dezembro de 2018, capitais próprios negativos, as suas demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2018, foram preparadas segundo o princípio da continuidade, devido ao facto de ter sido assinado um acordo entre a SAG Gest, a Porsche Holdings GmbH e as instituições financeiras que participam nos financiamentos e garantias do Grupo SAG, que prevê a alienação à Porsche Holdings GmbH do negócio automóvel do Grupo SAG e por ser convicção da administração que todas as condições suspensivas do acordo e descritas na referida nota não ocorrerão. À data deste relatório, a transação não se encontra concluída,

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal
Receção: Palácio Sottomayor, Avenida Fontes Pereira de Melo, nº16, 1050-121 Lisboa, Portugal
Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, www.pwc.pt
Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

não sendo possível avaliar o impacto que a eventual ocorrência de alguma das condições suspensivas terá nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo e na sua capacidade para dar continuidade à atividade no futuro.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias. Além da matéria descrita na secção “Incerteza material relacionada com a continuidade”, consideramos que as matérias descritas abaixo são as matérias relevantes de auditoria a comunicar neste relatório.

Matérias relevantes de auditoria	Síntese da abordagem de auditoria
<p>Valorização dos inventários de viaturas usadas e de viaturas entregues a terceiros com acordo de recompra reconhecidos em Ativos não correntes detidos para venda</p> <p><i>Divulgações relacionadas com Ativos não correntes detidos para venda e com inventários apresentadas nas notas 2, 4 e 23 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas</i></p> <p>Em consequência do acordo celebrado em 30 de abril de 2019 entre a SAG Gest, a Porsche Holdings GmbH e as instituições financeiras que participam nos financiamentos e garantias do Grupo SAG, referido na secção “Incerteza material relacionada com a continuidade”, o Grupo SAG apresenta nas suas demonstrações financeiras consolidadas Ativos não correntes detidos para venda no valor de 217.416,8 milhares de euros.</p> <p>A rubrica Ativos não correntes detidos para venda, em 31 de dezembro de 2018, inclui os inventários de viaturas usadas no montante de cerca de 30.214,9 milhares de euros e viaturas entregues a terceiros com acordo de recompra com um valor de cerca de 40.615,6 milhares de euros.</p>	<p>Os procedimentos de auditoria que desenvolvemos incluíram, entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Análise dos controlos instituídos pela Empresa para monitorização da antiguidade de veículos usados e de viaturas entregues a terceiros com acordo de recompra e respetiva valorização; - Realização de testes de detalhe, por amostragem, à valorização de viaturas usadas e de viaturas entregues a terceiros com acordo de recompra registadas em inventários a 31 de dezembro de 2018; - Análise dos pressupostos utilizados pelo Grupo para apuramento do valor de mercado e aprovados pela Administração, os quais incluem (i) comparação com o referencial de mercado e (ii) considerações do histórico comercial de venda das viaturas usadas e de viaturas entregues a terceiros com acordo de recompra; - Procedimentos de revisão analítica, nomeadamente comparação com exercícios anteriores, das margens nas vendas de viaturas

<i>Matérias relevantes de auditoria</i>	<i>Síntese da abordagem de auditoria</i>
<p>Os referidos inventários encontram-se valorizados ao custo de aquisição ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. São reconhecidas perdas por imparidade sempre que o valor realizável líquido for inferior ao custo de aquisição.</p> <p>O valor realizável líquido é determinado com base no preço de mercado das viaturas usadas, o qual apresenta alguma volatilidade e, consequentemente, origina alguma incerteza no apuramento do valor de realização das mesmas.</p> <p>Relativamente a este tipo de inventários, as perdas por imparidade reconhecidas nas demonstrações financeiras consolidadas, para cobertura do risco de desvalorização, ascendem a 1.248,6 milhares de euros, à data de 31 de dezembro de 2018.</p> <p>Face à materialidade dos valores em questão e ao elevado nível de julgamento associado aos pressupostos subjacentes à análise do valor de mercado, este tema constituiu uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria.</p>	<p>usadas e de viaturas entregues a terceiros com acordo de recompra; e</p> <p>- Revisão da adequacidade da apresentação na demonstração da situação patrimonial consolidada e das divulgações efetuadas, tendo por referência o normativo contabilístico.</p>
<p><i>Cálculo da estimativa dos incentivos comerciais obtidos e concedidos reconhecidos em Resultado corrente de Operações descontinuadas</i></p>	
<p><i>Divulgações relacionadas com operações descontinuadas e com incentivos obtidos e concedidos, apresentados na rubrica Resultado corrente de operações descontinuadas, encontram-se nas notas 2, 4 e 5 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas</i></p> <p>Em consequência do acordo celebrado em 30 de abril de 2019 entre a SAG Gest, a Porsche Holdings GmbH e as instituições financeiras que participam nos financiamentos e garantias do Grupo SAG, referido na secção “Incerteza material relacionada com a continuidade”, o Grupo SAG apresenta na demonstração dos resultados e de outro rendimento integral consolidado na rubrica Resultado corrente de</p>	<p>Os procedimentos de auditoria que desenvolvemos incluíram, entre outros:</p> <p>- Identificação, avaliação e testes aos controlos chave identificados nos ciclos de compras e de vendas;</p> <p>- Testes de detalhe, por amostragem, aos incentivos comerciais obtidos e concedidos, nomeadamente através da análise e validação dos mapas de suporte preparados pelos serviços do Grupo;</p> <p>- Confirmações de saldos com as entidades que concedem e a quem são concedidos incentivos comerciais;</p>

mm

<i>Matérias relevantes de auditoria</i>	<i>Síntese da abordagem de auditoria</i>
<p>operações descontinuadas um valor de 32.125,1 milhares de euros, o qual integra as rubricas de Custo das vendas e Vendas, em que se encontram reconhecidos, respetivamente, os incentivos comerciais obtidos e os concedidos.</p> <p>Os incentivos obtidos e concedidos associados às compras e vendas de viaturas novas por parte do Grupo SAG representam valores significativos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os incentivos concedidos ascenderam a cerca de 45.446,9 milhares de euros no exercício de 2018, sendo que o valor de incentivos obtidos naquele mesmo exercício ascendeu a cerca de 29.928,3 milhares de euros.</p> <p>Pela materialidade dos valores envolvidos e dado que o cálculo da estimativa dos incentivos comerciais obtidos e concedidos é um processo não totalmente automatizado e que abrange diversas naturezas de apoios comerciais (bónus de volume, bónus de performance, bónus de cortesia, apoios a frotistas, etc), que são apurados de formas muito diferenciadas e envolvendo em alguns casos estimativas, este tema constituiu uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria.</p>	<p>- Procedimentos de revisão analítica sobre as rubricas de compras e de vendas (análise dos principais desvios face ao ano anterior e orçamento e obtenção de explicação para os mesmos); e</p> <p>- Revisão da adequacidade da apresentação na demonstração dos resultados e de outro rendimento integral consolidado.</p>

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- a) preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- b) elaboração do relatório de gestão, incluindo o relatório de governo societário, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e

MM

- e) avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

- f) obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- g) comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- h) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- i) declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas e as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais, bem como a verificação de que a informação não financeira foi apresentada.

Relatório sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais. Conforme previsto no artigo 451.º, n.º 7 do Código das Sociedades Comerciais este parecer não é aplicável à demonstração não financeira incluída no relatório de gestão.

Sobre a demonstração não financeira prevista no artigo 508º-G do Código das Sociedades Comerciais

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 6 do Código das Sociedades Comerciais, informamos que o Grupo incluiu no seu relatório de gestão a demonstração não financeira prevista no artigo 508º-G do Código das Sociedades Comerciais.

Sobre o relatório de governo societário

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 4 do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de governo societário inclui os elementos exigíveis ao Grupo nos termos do artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas alíneas c), d), f), h), i) e m) do referido artigo.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10º do Regulamento (UE) nº 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- a) Fomos nomeados/eleitos auditores da SAG Gest – Soluções Automóvel Globais, SGPS, S.A. pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 27 de maio de 2016 para um mandato compreendido entre 2016 e 2017, mantendo-nos em funções até ao presente período. A nossa última nomeação/eleição ocorreu na assembleia geral de acionistas realizada em 30 de maio de 2018 para o exercício de 2018.
- b) O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISAs mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude.
- c) Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização do Grupo em 10 de maio de 2019.
- d) Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77º, n.º 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face ao Grupo durante a realização da auditoria.
- e) Tal como divulgado no Relatório de governo societário, informamos que, para além da auditoria, prestámos ao Grupo os seguintes serviços permitidos por lei e regulamentos em vigor:
 - certificação da listagem de veículos automóveis detidos pela SIVA Defleet – Comércio de Automóveis, SA, à data de 31 de dezembro de 2017 e 31 de janeiro de 2018;
 - verificação da listagem de valores recebidos em fevereiro, março e abril de 2018, referentes a veículos automóveis vendidos, preparada pela GlobalRent – Sociedade Portuguesa de Rent-a-Car, Unipessoal, Lda. para efeitos de confirmação do valor de recebimentos mensal;
 - verificação da listagem de valores recebidos em fevereiro, março, abril, maio e junho de 2018, referentes a veículos automóveis vendidos, preparada pela SIVA – Sociedade de Importação de Veículos Automóveis, SA para efeitos de confirmação do valor de recebimentos mensal;

- verificação da listagem de veículos automóveis, à data de 15 de maio de 2018 e 2 de julho de 2018, da SIVA - Sociedade de Importação de Veículos Automóveis, S.A. e da SIVA Defleet – Comércio Automóveis, SA, preparada pela SIVA, SA, para efeitos de confirmação do valor de inventários de veículos automóveis;

- validação da listagem preparada pela SIVA - Sociedade de Importação de Veículos Automóveis, S.A. com os valores totais de apoios de fábrica e garantias recebidos, entre 27 de dezembro de 2017 e 30 de junho de 2018, da SIVA, SA para efeitos de confirmação dos valores de apoios de fábrica e garantias recebidos naquele período.

10 de maio de 2019

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



José Miguel Dantas Maio Marques, R.O.C.

RELATÓRIO E PARECER DO **CONSELHO FISCAL** **2018**

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal
sobre os documentos de prestação de contas consolidadas

Nos termos da lei, do contrato social e do mandato que nos conferiram apresentamos o nosso Relatório sobre a Actividade Fiscalizadora desenvolvida e damos o nosso parecer sobre o Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras Consolidadas apresentados pelo Conselho de Administração da SAG GEST - Soluções Automóvel Globais, SGPS, SA, sociedade aberta (Sociedade), relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2018.

1. Relatório

- 1.1. Acompanhámos no decurso do exercício a actividade da Empresa com a periodicidade e extensão que julgámos adequadas. Mantivemos contactos com a Administração e outros responsáveis, que sempre se disponibilizaram a prestar todos os esclarecimentos solicitados quer sobre a Sociedade, quer sobre as Sociedades por ela participadas.
- 1.2. No exercício das suas competências, o Conselho Fiscal manteve também contactos com o Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. com vista à discussão de matérias relevantes de auditoria, nomeadamente o grau de adequação do sistema de controlo interno e de gestão de riscos, e tomada de conhecimento das respectivas conclusões, para além de avaliar a sua independência.
- 1.3. Acompanhámos o processo de preparação de informação financeira periódica objecto de divulgação nos termos regulamentares, tendo para o efeito sido mantidas reuniões e contactos considerados apropriados, nomeadamente com o Conselho de Administração, e em particular, com o administrador responsável do pelouro financeiro, com quem foram mantidos contactos regulares.
- 1.4. Foram efectuadas as verificações julgadas oportunas e adequadas, não se tendo tomado conhecimento de qualquer situação que não respeitasse os estatutos e os preceitos legais aplicáveis.
- 1.5. Apreciamos a Certificação Legal das Contas Consolidadas e Relatório de Auditoria, elaborados pela PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. que merecem a nossa concordância e tomámos conhecimento do Relatório Adicional ao Órgão de Fiscalização contemplado no artigo 24º. do Decreto-Lei nº. 148/2015, de 9 de Setembro, emitido por aquela Sociedade Revisora Oficial de Contas sobre a fiscalização efectuada.
- 1.6. As Demonstrações Financeiras Consolidadas, que incluem a Demonstração dos Resultados e de outro Rendimento Integral Consolidado, a Demonstração da Situação Patrimonial Consolidada, Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidados, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio Consolidada e as Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas permitem, em nossa opinião, uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados do conjunto das Empresas incluídas na consolidação.
- 1.7. As políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados são adequados e conformes com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas pela União Europeia.

- 1.8. O Relatório de Gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação das Empresas incluídas na consolidação, evidenciando os aspectos mais significativos da respectiva actividade e as perspectivas de evolução face à conjuntura.

2. Parecer

Face ao exposto, e considerando as informações recebidas do Conselho de Administração e as conclusões constantes da Certificação Legal das Contas Consolidadas, do Relatório de Auditoria e do Relatório Adicional ao Órgão de Fiscalização, somos do parecer que se encontram em situação de serem aprovados o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras Consolidadas da SAG Gest – Soluções Automóvel Globais, SGPS, SA relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2018.

3. Declaração de Responsabilidade

Nos termos legalmente previstos, comunicamos que concordamos com o Relatório de Gestão e com as Demonstrações Financeiras Consolidadas e que, tanto quanto é do nosso conhecimento, o Relatório de Gestão Consolidado, as Demonstrações Financeiras Consolidadas e respectiva Certificação Legal de Contas e restantes documentos de prestação de contas legalmente exigíveis foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Sociedade e das Empresas incluídas no perímetro da consolidação, e que a informação constante do respectivo Relatório de Gestão Consolidado expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Sociedade e das Empresas incluídas no perímetro da consolidação, contendo uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

Alfragide, 13 de Maio de 2019

O Conselho Fiscal

João José Martins da Fonseca George (Presidente)

Duarte Manuel Palma Leal Garcia (Vogal)

Martinho Lobo de Almeida Melo de Castro (Vogal)